

**Universidade Federal de Pernambuco  
Centro de Ciências Sociais Aplicadas  
Departamento de Ciências Administrativas  
Programa de Pós-Graduação em Administração – PROPAD**

**Juliana Roberta da Silva**

**Os Ganhos Sociais na Perspectiva da  
Sustentabilidade Parcial para a Comunidade da  
Prainha do Canto Verde, Beberibe – CE**

**Recife, 2014**

**Juliana Roberta da Silva**

**Os Ganhos Sociais na Perspectiva da  
Sustentabilidade Parcial para a Comunidade da  
Prainha do Canto Verde, Beberibe – CE**

Orientadora: Carla Regina Pasa Gómez

Dissertação apresentada como requisito complementar para a obtenção do grau de Mestre em Administração, na área de concentração Gestão Organizacional, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco

Recife, 2014

Catálogo na Fonte  
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

S58 6g	Silva, Juliana Roberta da
<p>Os ganhos sociais na perspectiva da sustentabilidade parcial para a comunidade da Prainha do Canto Verde, Beberibe – CE / Juliana Roberta da Silva. - Recife : O Autor, 2014. 159 folhas : il. 30 cm.</p>	
<p>Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Carla Regina Pasa Gómez Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2014. Inclui referências, apêndices e anexos.</p>	
<p>1. Desenvolvimento sustentável. 2. Qualidade de vida. 3. Sustentabilidade. 4. Turismo I. Gómez, Carla Regina Pasa (Orientadora). II. Título.</p>	
658 CDD (22.ed.)	UFPE (CSA 2015 –103)

Universidade Federal de Pernambuco  
Centro de Ciências Sociais Aplicadas  
Departamento de Ciências Administrativas  
Programa de Pós – Graduação em Administração – PROPAD

# **Os Ganhos Sociais na Perspectiva da Sustentabilidade Parcial para a Comunidade da Prainha do Canto Verde, Beberibe - CE**

**Juliana Roberta da Silva**

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós- Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco e aprovada em 28 de maio de 2014.

Banca Examinadora:

Prof.<sup>a</sup> Carla Regina Pasa Gómez, Dr.<sup>a</sup>, UFPE (Orientadora)

Prof.<sup>a</sup> Luciana Araújo de Holanda, Dr.<sup>a</sup>, UFPE (Examinadora Externa)

Prof.<sup>o</sup> Walter Fernando Araújo de Moraes, Ph. D., UFPE (Examinadora Interno)

# Agradecimentos

Este é certamente um dos momentos mais planejados, ensaiados e desejados nesses últimos dois anos e alguns meses. O quanto este sentimento de gratidão me acompanhou e finalmente agora posso agradecer.

A Deus e aos meus anjos da guarda por terem, mais uma vez, guiado meus passos da maneira mais engrandecedora possível.

A minha mãe, Maria José, por ter participado de uma disputa desleal com o computador, os livros e tantos papéis. E apesar de não entender a importância dos seus competidores sempre me apoiou, tranquilizou-me e inspirou-me.

A minha orientadora, Carla Pasa, pela paciência, confiança, sabedoria e apoio. Muito obrigada!

As minhas amigas do Gipes, Mariana e Natália. A companhia constante de vocês foi extremamente importante. Agradeço também aos demais integrantes e ex-integrantes do Gipes.

Mais uma vez os colaboradores do Gipes se fazem presentes, Sílvio e Andrezza. Vocês são *tops*.

A Daniel Rodrigo, um dos meus amigos mais leais. Muito obrigada por ter ouvido, absolutamente, todos os meus pedidos de socorro. Agradeço também a Aline.

Ao professor Walter Moraes por ser exemplo de profissional e ser humano. O quanto ele ensina!

A comunidade da Prainha do Canto Verde por ter me recebido tão bem. Saudades!

A Capes e aos funcionários do Propad pelos serviços prestados.

## Resumo

A finalidade dessa investigação foi analisar a sustentabilidade social em destino turístico de base comunitária por meio de indicadores de sustentabilidade, a fim de se constatar, ou não, a existência de ganhos sociais. O arcabouço teórico consultado foi guiado pela relação conceitual existente entre sustentabilidade social e o turismo de base comunitária, além da necessidade da construção de indicadores sociais de sustentabilidade que permitissem averiguar empiricamente a existência de ganhos sociais em destinos turísticos dessa natureza. A Prainha do Canto Verde, localizada no Município de Beberibe-CE, caracterizada como uma comunidade de pescadores, representa o lócus de estudo escolhido. A abordagem deste trabalho é qualitativa. Os métodos empregados foram pesquisa bibliográfica e estudo de caso descritivo. Para coleta de dados foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, observação direta e levantamento bibliográfico. Os principais resultados da pesquisa são: i) a identificação de 6 categorias de análise: saúde, educação, trabalho, coesão social, protagonismo e valorização da cultura local; ii) o desenvolvimento de um conjunto de 38 indicadores construídos a partir da literatura sobre indicadores de sustentabilidade para destinos turísticos, e a construção de parâmetros de análise que permite classificar o indicador como ganho social, ou não; e iii) saúde, protagonismo e valorização cultural são as categorias de análise que apresentaram mais ganhos sociais. Por fim, embora as disputas existentes após a criação da Reserva Extrativista tenha originado focos de disputa na localidade, este trabalho aponta para um retrato positivo acerca dos ganhos sociais na Prainha do Canto Verde, conforme exposto nos resultados deste trabalho.

**Palavras – chave:** Ganhos Sociais. Indicadores de Sustentabilidade. Sustentabilidade Social. Turismo de Base Comunitária.

## **Abstract**

The goal of this research is to analyze social sustainability in community-based tourist destinations by means of sustainability indicators in order to confirm the existence (or not) of social gains. The consulted theoretical framework was guided by the conceptual relationship existing between social sustainability and community-based tourism and also by the need to establish social sustainability indicators that enable the empirical assessment of social gains in tourist destinations of this nature. Prainha do Canto Verde (Canto Verde Beach), located in Beberibe municipality, in the State of Ceará (CE), a fishermen community, represents the location chosen for this study. The approach of this work is qualitative. The employed methods are bibliographical research and descriptive case study. The methods used for data collection include semi-structured interviews, direct observation and bibliographical survey. The main results of the research are i) identification of 6 categories for analysis: health, education, work, social cohesion, social leadership and appreciation of local culture; ii) development of an assemble of 38 indicators based on the existing literature about sustainability indicators for tourist destination and the establishment of analysis parameters which allow the indicators as social gain or not; and iii) health, social leadership and cultural appreciation are the analysis categories that present most social gains. Finally, even though the creation of the Extractive Reserve generated disputes within the area, this work points towards a positive portrait of the social gains in Prainha do Canto Verde, according to the results of this work.

**Keywords:** . Social Gains. Sustainability Indicators. Social Sustainability. Community-based Tourism.

## Lista de Figuras

Figura 01 (2):	Conceitos presentes na dimensão social	29
Figura 02 (2):	Desenho lógico da ferramenta	41
Figura 03 (2):	Legenda de parâmetros e cores	41
Figura 04 (3):	Acesso e localização da Prainha do Canto Verde no litoral cearense	76
Figura 05 (3):	Orla da Prainha do Canto Verde	77
Figura 06 (3):	Prainha do Canto Verde	77
Figura 07 (3):	Fluxograma do desenho metodológico	83
Figura 08 (4):	Fachada do PSF da PCV	88
Figura 09 (4):	Entrada do PSFda PCV	88
Figura 10 (4):	Ambulância doada a comunidade	88
Figura 11 (4):	Recepção do PSF (a)	88
Figura 12 (4):	Sala de consultas no PSF (a)	91
Figura 13 (4):	Material utilizado para vacinação	91
Figura 14 (4):	Recepção do PSF (b)	92
Figura 15 (4):	Enfermaria e ambulatório do PSF (a)	92
Figura 16 (4):	Enfermaria e ambulatório do do PSF (2)	92
Figura 17 (4):	Sala de consultas do PSF (b)	92
Figura 18 (4):	Cartazes expostos no PSF (a)	93
Figura 19 (4):	Cartazes expostos no PSF (b)	93
Figura 20 (4):	Escola Municipal Bom Jesus dos Navegantes	95
Figura 21 (4):	Alunos da Educação Infantil (a).	96
Figura 22 (4):	Alunos da Educação Infantil (b)	96
Figura 23 (4):	Alunos do Ensino Médio (a)	97
Figura 24 (4):	Alunos do Ensino Médio (b)	97

Figura 25 (4): Fachada da biblioteca da Escola Bom Jesus dos Navegantes	98
Figura 26 (4): Estantes da biblioteca da Escola Bom Jesus dos Navegantes	98
Figura 27 (4): Acervo da biblioteca da Escola Bom Jesus dos Navegantes	99
Figura 28 (4): Armário da biblioteca da Escola Bom Jesus dos Navegantes	99
Figura 29 (4): Mesa de estudo na biblioteca da Escola Bom Jesus dos Navegantes (a)	99
Figura 30 (4): Mesa de estudo na biblioteca da Escola Bom Jesus dos Navegantes (b)	99
Figura 31 (4): Atividade de recreação na Escola Municipal Bom Jesus dos Navegantes (a)	100
Figura 32 (4): Atividade de recreação na Escola Municipal Bom Jesus dos Navegantes (b)	100
Figura 33 (4): Aula de educação física na Escola Municipal Bom Jesus dos Navegantes	101
Figura 34 (4): Centro Comunitário utilizado para realização de atividades culturais	102
Figura 35 (4): Pousada da Maezinha	104
Figura 36 (4): Pousada Sol e Mar	104
Figura 37 (4): Pousada Recanto Verde	105
Figura 38 (4): Pousada Refúgio da Paz	105
Figura 39 (4): Barraca na praia na PCV	105
Figura 40 (4): Palhoça na praia da PCV	105
Figura 41 (4): Casa de veraneio de um empresário de Fortaleza	111
Figura 42 (4): Associação Independente dos Moradores da PCV e Adjacências	112
Figura 43 (4): Associação dos Moradores da PCV	112
Figura 44 (4): Manifestação dos moradores contra a criação da Resex (a)	113
Figura 45 (4): Manifestação dos moradores contra a criação da Resex (b)	113
Figura 46 (4): Manifestação dos moradores contra a criação da Resex (c)	113
Figura 47 (4): Manifestação dos moradores contra a criação da Resex (d)	113

Figura 48 (4):	Moradores sentados sobre a Jangada S.O.S Sobrevivência durante a manifestação contra a criação da Resex	114
Figura 49 (4):	Comunidades que integram a Rede Tucum	115
Figura 50 (4):	Outdoor da Rede Tucum na PCV	116
Figura 51 (4):	Logomarca da Rede Tucum em uma pousada na PCV	116
Figura 52 (4):	Artesanato comercializado na PCV (a)	125
Figura 53 (4):	Artesanato comercializado na PCV (b)	125
Figura 54 (4):	Jangada S.O.S. Sobrevivência (a)	126
Figura 55 (4):	Jangada S.O.S. Sobrevivência (b)	126
Figura 56 (4):	Preparativos para a Festa das Velas na PCV	127
Figura 57 (4):	Igreja Católica da PCV	127
Figura 58 (4):	Ambientes de convivência Pousada Sol e Mar (a)	128
Figura 59 (4):	Ambientes de convivência Pousada Sol e Mar (b)	128
Figura 60 (4):	Ambientes de convivência Pousada Sol e Mar (c)	129
Figura 61 (4):	Ambientes de convivência Pousada Sol e Mar (d)	129

## Lista de Quadros

Quadro 01 (2): Terminologias e respectivas definições do TBC	36
Quadro 02 (2): Categoria de análise saúde	42
Quadro 03 (2): Parâmetro do indicador esperança de vida ao nascer	43
Quadro 04 (2): Parâmetro do indicador mortalidade infantil	44
Quadro 05 (2): Parâmetro do indicador prevalência da desnutrição total	44
Quadro 06 (2): Parâmetro do indicador imunização contra doenças infecciosas infantis	45
Quadro 07 (2): Parâmetro do indicador oferta de serviços básicos de saúde	46
Quadro 08 (2): Parâmetro do indicador campanhas preventivas	47
Quadro 09 (2): Categoria de análise educação	48
Quadro 10 (2): Parâmetro do indicador escolarização	49
Quadro 11 (2): Parâmetro do indicador alfabetização	49
Quadro 12 (2): Parâmetro do indicador escolaridade	50
Quadro 13 (2): Parâmetro do indicador bibliotecas	51
Quadro 14 (2): Parâmetro do indicador ginásio de esportes	51
Quadro 15 (2): Parâmetro do indicador museus, teatros, cinemas e centros culturais	52
Quadro 16 (2): Parâmetro do indicador instituições de ensino superior	53
Quadro 17 (2): Categoria de análise trabalho	54
Quadro 18 (2): Parâmetro do indicador empregos no turismo	55
Quadro 19 (2): Parâmetro do indicador empregados no turismo de origem e procedência local	55
Quadro 20 (2): Parâmetro do indicador cumprimento da legislação trabalhista	56
Quadro 21 (2): Parâmetro do indicador acidentes de trabalho	57
Quadro 22 (2): Parâmetro do indicador empregados menores de 18 anos no turismo	57
Quadro 23 (2): Parâmetro do indicador taxa de desemprego na baixa temporada	58

Quadro 24 (2):	Parâmetro do indicador empregados com qualificação profissional	58
Quadro 25 (2):	Parâmetro do indicador programas de qualificação profissional	59
Quadro 26 (2):	Categoria de análise coesão social	60
Quadro 27 (2):	Parâmetro do indicador redes comunitárias	60
Quadro 28 (2):	Parâmetro do indicador redução de conflitos	61
Quadro 29 (2):	Parâmetro do indicador promoção da solidariedade	61
Quadro 30 (2):	Parâmetro do indicador cooperação para alcance objetivos comuns	62
Quadro 31 (2):	Categoria de análise protagonismo	63
Quadro 32 (2):	Parâmetro do indicador organização interna	63
Quadro 33 (2):	Parâmetro do indicador articulação externa	64
Quadro 34 (2):	Parâmetro do indicador acordos comunitários	65
Quadro 35 (2):	Parâmetro do indicador participação no processo decisório	65
Quadro 36 (2):	Categoria de análise valorização da cultura local	66
Quadro 37 (2):	Parâmetro do indicador interação do artesanato local	67
Quadro 38 (2):	Parâmetro do indicador valorização dos pratos típicos	67
Quadro 39 (2):	Parâmetro do indicador bens patrimoniais	68
Quadro 40 (2):	Parâmetro do indicador eventos e festividades tradicionais	68
Quadro 41 (2):	Parâmetro do indicador conhecimento da população sobre sua cultura	69
Quadro 42 (2):	Parâmetro do indicador fomento à cultura	69
Quadro 43 (2):	Parâmetro do indicador compartilhamento do espaço	70
Quadro 44 (2):	Parâmetro do indicador participação cultural	71
Quadro 45 (2):	Parâmetro do indicador mudanças de hábitos	71
Quadro 46 (3):	Relação dos objetivos específicos e instrumentos de coleta de dados	79
Quadro 47 (3)	Relação dos entrevistados	80
Quadro 48 (3)	Diagrama visual dos indicadores propostos	85

Quadro 49 (4): Análise da categoria saúde	94
Quadro 50 (4): Análise da categoria educação	102
Quadro 51 (4): Análise da categoria trabalho	109
Quadro 52 (4): Análise da categoria cessão social	119
Quadro 53 (4): Análise da categoria protagonismo	124
Quadro 54 (4): Análise da categoria valorização da cultura local	130
Quadro 55 (5): Indicadores sugeridos para estudos futuros	133

## Lista de Gráficos

Gráfico 01 (4):	Indicadores estudados na categoria de análise saúde	94
Gráfico 02 (4):	Ganhos sociais da categoria de análise saúde	94
Gráfico 03 (4):	Indicadores estudados na categoria de análise educação	103
Gráfico 04 (4):	Ganhos sociais da categoria de análise educação	103
Gráfico 05 (4):	Indicadores estudados na categoria de análise trabalho	109
Gráfico 06 (4):	Ganhos sociais da categoria de análise trabalho	109
Gráfico 07 (4):	Indicadores estudados na categoria de análise coesão social	119
Gráfico 08 (4):	Ganhos sociais da categoria de análise coesão social	119
Gráfico 09 (4):	Indicadores estudados na categoria de análise protagonismo	124
Gráfico 10 (4):	Ganhos sociais da categoria de análise protagonismo	124
Gráfico 11 (4):	Indicadores estudados na categoria de análise valorização da cultura local	131
Gráfico 12 (4):	Ganhos sociais da categoria de análise valorização da cultura local	131

## Lista de Abreviaturas e Siglas

AIDS	<i>Acquired immuno deficiency síndrome</i>
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
DS	Desenvolvimento Sustentável
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IES	Instituição de Ensino Superior
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MS	Ministério da Saúde
MTur	Ministério do Turismo
OMS	Organização Mundial da Saúde
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONGs	Organizações Não-Governamentais
PCV	Prainha do Canto Verde
PNT	Plano Nacional do Turismo
PSF	Posto de Saúde Familiar
Rede Tucum	Rede de Turismo Comunitário
Rede Turisol	Rede de Turismo Solidário
Resex	Reserva Extrativista
TBC	Turismo de Base Comunitária

# Sumário

<b>1. Introdução</b>	<b>15</b>
<b>1.1 Apresentação do problema de pesquisa</b>	<b>15</b>
<b>1.2 Objetivos da pesquisa</b>	<b>20</b>
1.2.1 Objetivos específicos da pesquisa	20
<b>1.3 Relevância e justificativa da pesquisa</b>	<b>20</b>
<b>1.4 Estrutura da dissertação</b>	<b>23</b>
<b>2. Referencial teórico</b>	<b>24</b>
<b>2.1 Desenvolvimento sustentável</b>	<b>24</b>
<b>2.2 Sustentabilidade parcial – Dimensão social</b>	<b>27</b>
<b>2.3 Indicadores de sustentabilidade</b>	<b>31</b>
<b>2.4 Turismo de base comunitária</b>	<b>34</b>
<b>2.5 Indicadores de sustentabilidade social para o turismo de base comunitária</b>	<b>40</b>
2.5.1 Saúde	42
2.5.2 Educação	47
2.5.3 Trabalho	53
2.5.4 Coesão social	59
2.5.5 Protagonismo	62
2.5.6 Valorização da cultura local	65
<b>3. Procedimentos metodológicos</b>	<b>73</b>
<b>3.1 Delineamento da pesquisa</b>	<b>73</b>
<b>3.2 Lócus do estudo</b>	<b>76</b>
<b>3.3 Coleta de dados</b>	<b>79</b>
<b>3.4 Análise dos dados</b>	<b>81</b>

<b>4. Discussão dos resultados</b>	<b>87</b>
<b>4.1 Ganhos sociais – Saúde</b>	<b>87</b>
<b>4.2 Ganhos sociais – Educação</b>	<b>95</b>
<b>4.3 Ganhos sociais – Trabalho</b>	<b>103</b>
<b>4.4 Ganhos sociais – Coesão Social</b>	<b>109</b>
<b>4.5 Ganhos sociais – Protagonismo</b>	<b>119</b>
<b>4.6 Ganhos sociais – Valorização da Cultura Local</b>	<b>125</b>
<b>5. Conclusões</b>	<b>132</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>138</b>
<b>APÊNDICE A – AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA</b>	<b>147</b>
<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS</b>	<b>149</b>
<b>ANEXO I – DECRETO DE CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA DA PRAINHA DO CANTO VERDE</b>	<b>156</b>
<b>ANEXO II - PORTARIA DE CRIAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA PRAINHA DO CANTO VERDE</b>	<b>159</b>

# 1 Introdução

---

No intuito de contextualizar o leitor, são apresentados, nesta seção, a problemática da pesquisa, seus objetivos e a justificativa para a realização da mesma.

## 1.1 Apresentação do problema de pesquisa

O turismo é visto como uma das atividades econômicas de grande potencial na atualidade em decorrência de sua capacidade geradora de emprego e renda (MINISTÉRIO DO TURISMO – MTur, 2007). Levando em consideração também os benefícios sociais e ambientais, este pode ser considerado um mecanismo de inclusão e transformação socioambiental (IRVING et al., 2005).

De acordo com os dados da Infraero (2013), no Brasil, a atividade turística encontra-se em ascensão, cuja movimentação nos voos internacionais, no ano de 2011, foi de 18.159.330 passageiros (dezoito milhões, cento e cinquenta e nove mil, trezentos e trinta), enquanto que em 2012, esse quantitativo subiu para 18.892.033 (dezoito milhões oitocentos e noventa e dois mil e trinta e três). Esse aumento pode ser atribuído, também, pela mudança no interesse do turista em conhecer destinos fora dos roteiros tradicionais - Europa e América do Norte - juntamente com a representatividade do Brasil no atual cenário internacional.

É válido destacar que a população brasileira ultimamente tem viajado mais, posto que se constata um total de 74.100.800 (setenta e quatro milhões, cem mil e oitocentos) passageiros oriundos de voos domésticos entre os anos de 2008 e 2012 - o equivalente a um aumento 77,4% (setenta e sete vírgula quatro por cento) em quatro anos (INFRAERO, 2013) influenciada, entre outros fatores, pela facilidade de crédito e tarifas mais acessíveis.

No entanto, é ressaltado por Cruz (2000) que as estatísticas por si só não são suficientes para demonstrar a importância do turismo. De maneira geral, as estatísticas do turismo enaltecem os possíveis benefícios decorrentes da atividade e tendem a mascarar ou minimizar seus impactos negativos socioambientais e culturais decorrentes do processo (IRVING et al., 2005).

Há de se considerar que a atividade turística pode gerar tanto impactos positivos como negativos (KREAG, 2001) e que a principal contribuição de tal atividade está em sua capacidade de organizar sociedades e/ou reordenar territórios para a sua realização.

Diversos autores como Ruschmann (2000), Beni (2006) e a Organização Mundial do Turismo (OMT – 1999) citam os problemas decorrentes de um turismo mal planejado, desorganizado, que “explora o turista ao invés do turismo”, de emprego de mão de obra infantil, perdas de tradições, dentre outros problemas. Nesse sentido, o modelo convencional de turismo é duramente criticado por Coriolano (2009, p. 281), ao afirmar que “pescadores transformam-se em garçons, jardineiros, vigilantes; rendeiras em camareiras, garçonetes, renunciando as atividades tradicionais”. Isso porque, muitas vezes, os moradores nativos são vistos como empregados ou subempregados da indústria do turismo ou, em algumas situações, como figuras lendárias que constituem o cenário do destino turístico.

Por isso, para ser considerado uma atividade indutora de desenvolvimento, é necessário que o turismo seja observado como um fenômeno social e não meramente uma solução para a balança de pagamentos ou para prosperidade dos negócios (MACEDO et al., 2011), e é com essa perspectiva que desponta como alternativa ao turismo convencional, “o Turismo de Base Comunitária (TBC)”, priorizando a conservação de modos de vidas tradicionais e a preservação da biodiversidade, focado nas pequenas comunidades com desvantagens socioeconômicas” (SAMPAIO; ZAMIGNAN, 2012). Para o MTur (2008), o TBC corresponde ao modelo de desenvolvimento do turismo que é orientado pelos princípios da

economia solidária, além do associativismo, da valorização da cultura local e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais. Essas comunidades desejam estar inseridas na atividade turística e reivindicam pela apropriação e a repartição dos benefícios entre seus membros (GUZZATTI; SAMPAIO; CORIOLANO, 2013).

Segundo Morgado (2006), uma das principais características do TBC refere-se a apropriação dos benefícios, decorrentes desta atividade, pelos moradores locais. Nessa nova perspectiva, os ganhos são percebidos localmente e a comunidade deixa de ser espectadora das atividades turísticas organizadas externamente.

De acordo com Silva, Ramiro e Teixeira (2009), a interação entre a comunidade local e os visitantes pode gerar ganhos de bem-estar para ambos. Para Maldonado (2005) e Coriolano (2006), os grupos responsáveis por promover o TBC se apropriam dos ganhos, inerentes à atividade, evitando a exploração por parte de investidores e empresários externos à comunidade, havendo ainda a preocupação com a biodiversidade da região (SAMPAIO; ZAMIGNAN, 2012).

Portanto, considerando-se que existem preocupações econômicas, sociais e ambientais inerentes ao TBC, percebe-se uma aproximação dos princípios deste turismo com as dimensões da sustentabilidade. Para Coriolano (2012a), o TBC gera benefícios para as comunidades por meio da criação de oportunidades de trabalho e renda para a maioria; juntamente com proteção social e conservação dos recursos naturais, ele tende a promover o desenvolvimento local na região.

Embora Bursztyn (2009) reconheça que o TBC promova ganhos nas diferentes dimensões da sustentabilidade, este trabalho se debruçará apenas sobre a sustentabilidade social, uma vez que o fator humano é bastante expressivo nessa nova proposta do turismo. Conforme Coriolano (2006) o TBC se desenvolveu a partir da interação dos indivíduos que tinham como objetivo coordenar a gestão do turismo e preservar as tradições locais.

Percebe-se também que o turista que visita tais destinos possui um forte interesse em conhecer a história e os hábitos da comunidade receptora (SAMPAIO, 2005). O fator humano também é ressaltado por Foladori (2002), quando o autor destaca a importância da participação social no processo de construção do Desenvolvimento Sustentável (DS), pois, para o autor, as dimensões econômica e ambiental são reflexos da dimensão social.

Parte-se do princípio de que a sustentabilidade social deve ser entendida como um processo de desenvolvimento fundamentado na equidade e democracia, na melhoria da qualidade de vida; e que o TBC contribui para a sustentabilidade social de uma localidade à medida que promove a implementação de ações que satisfaçam continuamente as necessidades humanas básicas, como: “alimento, água, saúde, segurança, liberdade emprego recreação” (BENI, 2006, p.104), devendo estes serem mensurados continuamente para avaliar a efetividade da sua contribuição.

A sustentabilidade social remete necessariamente a abordagem parcial da sustentabilidade, Sachs (2007) defende essa abordagem visto que dificilmente acontecerá um processo concomitante de equilíbrio e integração das diversas dimensões da sustentabilidade ambiental, social, econômica, cultural e territorial. Ainda para o autor, a sustentabilidade parcial refere-se a satisfação de apenas uma ou algumas dimensões da sustentabilidade

Por outro lado, Fabrino (2012, p. 547) ressalta que “embora se reconheça que o turismo comunitário nasce de um ideário diferenciado de desenvolvimento turístico, assume-se do pressuposto que isto per se não o torna sustentável”.

Esses indicadores sociais de sustentabilidade estão presentes nas publicações de Burzryn (2012), Irving et al. (2005), Mendonça (2009), Sampaio e Zamignan (2012), Coriolano (2006; 2012 a), entre outros, como: protagonismo, repartição dos benefícios, articulação dos atores locais, democratização das oportunidades, aumento da qualidade de vida, valorização dos costumes e hábitos locais. Assim, o monitoramento e o controle de indicadores sociais

devem ser utilizados para compor fluxo de informações necessárias para compreender o fenômeno, tomar decisões e planejar ações (MEADOWS, 1988). Para Bellen (2006), os indicadores de sustentabilidade simplificam as informações sobre fenômenos complexos, facilitando a avaliação e análise dos destinos turísticos.

Sendo assim, a Prainha do Canto Verde (PCV), distrito do município de Beberibe – Ceará, localizada a 126 quilômetros da capital, Fortaleza, é um dos destinos turísticos de base comunitária referência em discussões teóricas-empíricas, pois ao longo de sua trajetória foi capaz de apresentar “uma solução local [...] contra um sistema caracterizado pela crise da pesca, especulação imobiliária, grilagem de terras, pela expulsão dos nativos de suas terras, pela falta de participação efetiva dos moradores na tomada de decisão” (MENDONÇA, 2009, p. 289).

Conforme Galdino (2012), em 2001, os líderes da comunidade da PCV iniciaram um processo de solicitação de criação de uma Reserva Extrativista (RESEX), com o objetivo proteger os meios de vida, a cultura e garantir a utilização e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados. Mais adiante, em 2009, por meio de um Decreto Presidencial, foi criada a RESEX da PCV, com uma área de 29.794 hectares, a qual é administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Diante do exposto, parte-se da premissa de que o TBC é capaz de promover ganhos sociais para a comunidade local, e que estes são possíveis de serem mensurados através de indicadores de sustentabilidade.

A partir da necessidade de investigar empiricamente a premissa desta pesquisa, tem-se a formulação do seguinte problema de pesquisa: quais os ganhos sociais para a comunidade da PCV, Beberibe – CE, na perspectiva da sustentabilidade parcial?

Como forma de responder a tal questão, foram formulados os seguintes objetivos:

## **1.2 Objetivos da pesquisa**

Identificar os ganhos sociais para a comunidade da PCV, Beberibe – CE, na perspectiva da sustentabilidade parcial.

### **1.2.1 Objetivos específicos**

- a) Identificar categorias de análise presentes no TBC alinhados aos princípios da sustentabilidade social;
- b) Propor um conjunto de indicadores que permitam avaliar os ganhos sociais para o turismo de base comunitária na perspectiva da sustentabilidade parcial; e
- c) Aplicar o conjunto de indicadores selecionado na PCV, Beberibe – CE

Após apresentar os objetivos de pesquisa, faz-se necessário discutir acerca da justificativa de tal investigação, o que se faz na próxima subseção.

## **1.3 Relevância e justificativa da pesquisa**

Em contraste com o turismo vivenciado em resorts, praias ou centros urbanos que tem como prática o conforto e o requinte de acomodações de luxo, a intensa comercialização de “souvenirs” e a alta gastronomia desponta o TBC. Este é apontado, por instituições públicas e privadas, como o tipo de turismo que representa uma alternativa econômica e ao mesmo tempo uma ferramenta para a conservação socioambiental (MTur, 2008).

Na visão de Bursztyn (2012), as discussões envolvendo o TBC no mundo, de um modo geral, estão vinculadas ao debate sobre como a atividade turística pode contribuir para a redução da pobreza nos países menos desenvolvidos. É válido ressaltar que o TBC emergiu de uma perspectiva onde a comunidade local é a principal responsável por promover esse turismo diferenciado (CORIOLANO, 2006).

Para Bursztyn (2012), o TBC está presente em praticamente todos os países da América Latina. Essas iniciativas procuram aliar “lugares de rara beleza cênica com manifestações culturais únicas” (BURSZTYN, 2012, p. 54).

Nesse contexto a PCV tem sido lócus de investigação de diversos autores, como Bursztyn et al. (2003), Mendes e Coriolano (2006), Oliveira e Coriolano (2009), Mendonça (2009) e Nascimento e Coriolano (2012), uma vez que se caracteriza como um estudo de caso maduro e viável, dada sua trajetória histórica; porém, não foram encontrados estudos que se dispuseram a analisar a dimensão social da sustentabilidade nesta localidade. Do mesmo modo, não foram encontrados na literatura brasileira estudos cujo lócus de aplicação dos indicadores de sustentabilidade sejam destinos turísticos de base comunitária.

Por outro lado, os estudos de Mendonça (2009), Coriolano (2006) e Mendonça e Irving (2004) destacam a comunidade da PCV, pela eminente preocupação com os aspectos negativos do turismo, como: aumento do custo de vida, especulação imobiliária, violência, prostituição, subempregos, degradação ambiental, perda de tradições, poluição, entre outros. No entanto, pouco se sabe sobre como o TBC contribui com as questões sociais da localidade.

Consideram-se relevantes estudos sobre este tema, uma vez que, no cenário nacional, a discussão sobre o TBC cresceu consideravelmente nos últimos 10 anos, além de que diversas instituições passaram a fomentar essa atividade, como o MTur, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o ICMBio. Vale

ressaltar que esse novo eixo do turismo também é apoiado por Organizações Não-Governamentais (ONGs) e universidades.

Argumenta-se ainda que as investigações sobre TBC são ainda bastante teóricas e descritivas (CORIOLANO, 2006; ZAMIGNAM e SAMPAIO, 2010; SANSOLO e BURSZTYN, 2012), havendo poucas comprovações empíricas sobre o fenômeno. De acordo com as considerações feitas por Goodwin e Santilli (2009), após analisarem diversas iniciativas de TBC, em todos os continentes, o termo TBC é utilizado de maneira muito flexível, ou seja, iniciativas com características bastante divergentes são consideradas como TBC, o que dificulta o entendimento consensual sobre o fenômeno. No entanto, ainda para os autores, na maioria dos casos a comunidade desenvolve a gestão da atividade beneficiando um grupo mais amplo de participantes locais.

Para Irving et al. (2005, p. 18), as comunidades responsáveis por desenvolver o TBC são também responsáveis por sugerir “caminhos que levem à melhoria da qualidade de vida, ao fortalecimento da cultura local e ao bem estar social.” O TBC corresponde ao “modelo alternativo de desenvolvimento turístico baseado na auto gestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais” (MTur, 2008, p. 01).

Diante do exposto, percebe-se que a literatura ressalta indicadores de sustentabilidade social presentes no TBC, embora se desconheçam estudos que identifiquem sistematicamente quais são os benefícios que o TBC gera para a comunidade local.

Assim, justifica-se a realização deste trabalho uma vez que ele propõe constatar (ou não) empiricamente, por meio de indicadores sociais de sustentabilidade, o que é afirmado na literatura sobre TBC. Essas conclusões poderão auxiliar os agentes promotores dos TBC, internos e externos à comunidade, na elaboração de ações que contribuam para a sustentabilidade local.

## 1.4 Estrutura da dissertação

Esta dissertação está estruturada em cinco seções, a saber: introdução, referencial teórico, procedimentos metodológicos, discussão dos resultados e conclusões. A primeira seção apresentou o tema estudado, bem como os objetivos dessa pesquisa (geral e específico) e sua justificativa enquanto proposta de trabalho.

A segunda seção traz a discussão teórica, partindo do conceito de DS, acompanhado do arcabouço da dimensão social da sustentabilidade. Em seguida, são apresentados os pressupostos de indicadores de sustentabilidade. Posteriormente, este trabalho aborda o tema do TBC e na sequência propõe um conjunto de indicadores para análise da dimensão social da sustentabilidade adequado à realidade do TBC, com a finalidade de averiguar quais os ganhos que o TBC apresenta diante da dimensão social da sustentabilidade. A terceira seção apresenta os aspectos metodológicos para a realização dessa pesquisa, como: delineamento, lócus do estudo e os procedimentos de coleta e análise dos dados.

Na quarta seção discute-se os resultados, onde são ponderados os ganhos sociais inerentes a atividade turística na PCV, a partir dos indicadores e parâmetros de análise investigados. Por último, são apresentadas as considerações finais constituindo-se das principais conclusões resultantes da investigação, possíveis limitações da pesquisa e sugestões para estudos futuros.

## **2 Referencial teórico**

---

A revisão da literatura apresentada a seguir tem o objetivo de discutir os conceitos de DS, sustentabilidade social, indicadores de sustentabilidade e TBC. Por fim, a seção ainda propõe um conjunto de indicadores para análise da dimensão social da sustentabilidade adequados à realidade o TBC.

### **2.1 Desenvolvimento sustentável**

As respostas ambientais aos descuidos antrópicos são cada vez mais constantes, e aparecem em diversos pontos do mundo (MARCONATTO et al., 2013) mudanças como transformação de biomas naturais em áreas de desertificação, o processo de aquecimento global, o avanço do mar sobre o continente, a extinção de espécies da fauna e flora, o acontecimento de eventos extremos - estiagens, enxurradas, tufões e terremotos - com maior intensidade, o que têm provocado questionamentos sobre o avanço do homem frente aos limites do planeta.

Embora esses fatos estejam acontecendo com maior frequência e intensidade, não é necessário adotar uma linha de pensamento catastrofista, conforme é proposto no trabalho do Clube de Roma, publicado sob o título de “Limites do Crescimento”, em 1972. Na visão de Duarte e Whermann (2002), as sociedades devem ficar atentas tanto para a escassez de recursos e energia como também para a diminuição da qualidade dos mesmos e, por consequência, para a diminuição das condições de vida atuais e futuras.

Nesse mesmo ano, 1972, foi realizada a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano - também conhecido como Conferência de Estocolmo, na Suécia - como a

primeira conferência global voltada para o meio ambiente (MEADOWS et al. 1972). Na referida reunião foi criada a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD).

Da mesma forma, o ano de 1987 marca a publicação do relatório intitulado “Nosso Futuro Comum”, também conhecido como o Relatório Brundtland, elaborado pela CMMAD, o qual é considerado o marco inicial das discussões entre a relação sociedade e meio ambiente. Para Barbosa (2008), o relatório destaca as questões sociais no que se refere ao uso da terra e sua ocupação, a água, os serviços sociais, educativos e sanitários, além de administração do crescimento urbano. Para a CMMAD os modelos de crescimento discutidos até então não tinham como preocupação a solução de problemas sociais, nem uma consciência ambiental.

O Relatório de Brundtland foi responsável por introduzir o termo ‘DS’, que adquire relevância em um curto espaço de tempo, assumindo um caráter diretivo nos debates sobre os rumos do desenvolvimento (JACOBI, 2003). Ele surge a partir do processo histórico de avaliação crítica entre a sociedade e o meio ambiente, como uma tentativa de combinar as crescentes preocupações sobre as questões ambientais e socioeconômicas (HOPWOOD, MELLOR, O’BRIEN, 2005).

É necessário ressaltar que a busca por um modelo de desenvolvimento que não comprometa as condições de vida atuais e futuras não corresponde a uma preocupação circunscrita a órgãos ambientais. O tema é debatido desde a educação básica até o contexto empresarial (COSTA e STEINKE, 2013), perpassando por universidades, associações de classe, ONGs e o governo, em suas diferentes esferas. Porém, essa preocupação precisa ultrapassar o debate conceitual e ser incorporada a mudanças no padrão de comportamento e consumo diário (SACHS, 2000).

Por sua vez, o DS pode ser compreendido como o desenvolvimento de um sistema ambiental, social e econômico, tendo como característica central a harmonia com o sistema biofísico do planeta, de maneira que todas as gerações - atuais e futuras - disponham dos recursos necessários para a sua sobrevivência (DIESENDORF, 2000; BRIASSOULIS, 2001). Na visão de alguns autores, dentre esses Foladori (2005) e Bellen (2006), o DS convencionou-se a dividir-se em três dimensões: social, econômica e ambiental. Tais dimensões são também conhecidas “*triple bottom line*”, modelo gerencial proposto por Elkington (2004).

É apregoado por Sachs (1993), em seus primeiros estudos, que a sustentabilidade possui como base três dimensões, as quais são ecológica, social, econômica. De acordo com o autor, a dimensão ecológica se refere ao uso efetivo dos recursos naturais existentes nos diversos ecossistemas, com o menor índice de impacto ambiental possível. Por sua vez a dimensão social consiste na melhor distribuição de renda com redução das desigualdades sociais, e a econômica representa o montante de aportes públicos e privados destinados à satisfação das necessidades pessoais. Em sequência, a dimensão econômica está centrada no progresso econômico, aumento da produtividade do trabalho e em proporcionar oportunidades de trabalho decente para todos. Em outras palavras, a dimensão econômica não se preocupa apenas com o crescimento econômico, mas também com as oportunidades de acesso ao trabalho decente para a sociedade (SACHS, 2004). No entanto, um dos principais desafios está em conciliar os objetivos da dimensão econômicas com as outras dimensões, ambiental e social. Além disso, devido ao processo de mudança e evolução das sociedades, a sustentabilidade não deve ser compreendida como um conceito estático. Para o autor (1990, p. 235), “a sustentabilidade constitui-se num conceito dinâmico, que leva em conta as necessidades crescentes das populações, num contexto internacional em constante expansão”.

Ainda de acordo com Sachs (2008), as dimensões da sustentabilidade são medidas e critérios que podem ser interpretados como ponto de referência para a direção desejada dos

processos e não um estado final, uma vez que não se trata de uma dicotomia entre a sustentabilidade e a falta dela. Por isso, o autor acredita que a melhor forma de compreender e avaliar tal dinâmica é a partir da avaliação da sustentabilidade parcial.

## **2.2 Sustentabilidade parcial - Dimensão Social**

Na realidade, a sustentabilidade é uma temática que busca compreender problemas de vários campos de conhecimento, como também identificar soluções nas diferentes áreas. Para Hanai (2012, p.204), apenas a existência do termo sustentabilidade “já permite agregar múltiplos significados, tais como: redistribuição de rendimentos; equidade de produção; manutenção dos ecossistemas; manutenção da resiliência natural e do homem; e redistribuição de poder”.

Desse modo, Sachs (2008) propõe as tipologias sustentabilidade parcial e sustentabilidade global. O autor demonstra ser mais favorável com a abordagem da primeira, a sustentabilidade parcial, visto que a segunda integra de forma simultânea as dimensões social, ambiental, econômica, territorial, política nacional, entre outras, o que a transforma em uma abordagem de difícil operacionalização.

Para Barbieri (2011), a sustentabilidade global é utópica por ser um processo contínuo, além de ser um fenômeno complexo por envolver a integração de diferentes dimensões, isso porque, dentre outras coisas, encontra-se a sobreposição de determinada dimensão em detrimento das demais conforme Carvalho e Barbieri (2013).

Lourenço e Carvalho (2013, p. 10) apregoam que “a inclusão de aspectos sociais nos debates e práticas de sustentabilidade tem sido marginal, comparada com o foco nas outras duas dimensões do DS, ou seja, nos aspectos econômicos e ambientais da sustentabilidade”.

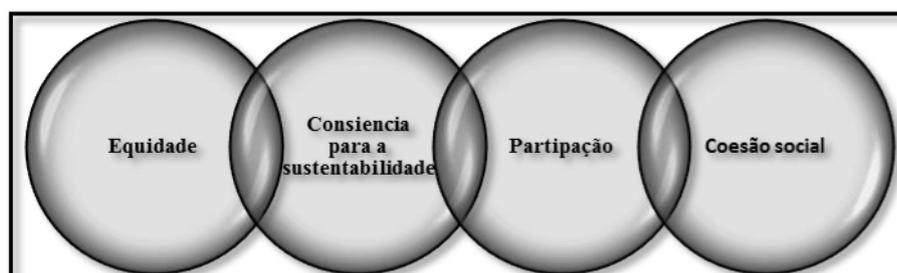
Para Axelsson et al., (2013), a definição e a mensuração da dimensão social da sustentabilidade é algo complexo de conseguir, tendo em vista que os aspectos centrais dessa dimensão são bastantes contextuais, ou seja, sofrem variações de uma localidade para outra e constantemente passam por reformulações.

Entre as décadas de 1970 e 1990, o discurso da sustentabilidade social esteve pautado na redução da pobreza e na contenção do crescimento populacional (SACHS, 2008). A dimensão social, conforme é abordada no Relatório Brundtland, está focada em questões de saúde pública, má distribuição de renda e a necessidade de redução da pobreza no mundo (AXELSSON et al., 2013).

No entanto, a partir da década de 1990, essa discussão também passa a englobar fatores como a melhoria da qualidade de vida, democracia, direitos humanos, bem como as relações sociais de produção (FOLADORI, 2002). A ECO- 92, realizada no Rio de Janeiro, no ano de 1992, introduziu uma nova perspectiva da sustentabilidade social, incluindo questões de bem-estar, segurança, vida saudável, acesso à educação, oportunidades de aprender, identidade, pertencimento do lugar e participação pública (AXELSSON et al., 2013).

Os estudos de Murphy (2012) detalham, de forma mais precisa, quais aspectos devem ser considerados pela dimensão social. Para o autor, os conceitos de equidade, consciência pública da sustentabilidade, participação e coesão social são fundamentais para o entendimento da dimensão social da sustentabilidade. A Figura 01 respresenta os conceitos envolvidos na temática.

Figura 01 (2) – Conceitos presentes na dimensão social



Fonte: Elaborado pela autora com base em Murphy (2012)

Para Murphy (2012), o princípio de equidade engloba desde o fornecimento de água potável, alimentação, emprego, educação, moradia, medicamentos essenciais e acesso aos serviços sociais, até a promoção da liberdade e não discriminação em relação a sexo, religião e raça.

O princípio de conscientização para a sustentabilidade também é abordado por Murphy (2012) como um dos fatores cruciais para a dimensão social. Esse princípio refere-se à sensibilização da população para a importância da sustentabilidade com vista a incentivos a padrões de consumo alternativos. Tal conscientização utiliza-se de “campanhas de publicidade ‘verdes’, rotulagem ecológica, eventos de sensibilização, programas de educação ambiental e atividades educacionais para o DS” (MURPHY, 2012, p.23). Essas iniciativas incentivam os consumidores a se engajarem em comportamentos ambientais benignos.

Na concepção de Azevedo e Malafaia (2011, p. 2), vislumbra-se “o nascimento de uma nova conscientização social que tende a sobrepujar a lógica de concentração de riquezas e exclusão social, de destruição dos ecossistemas e de exploração dos seres humanos”. De acordo com Murphy (2012, p. 23), “como resultado de uma maior consciência ambiental e o senso ético de responsabilidade, os consumidores vão procurar oportunidades “verdes”, seus estilos de vida e rotinas domésticas”.

Conforme Murphy (2012), o conceito de participação tem como característica promover a junção de indivíduos e grupos sociais no processo de tomada de decisão, para assim contribuir com a inclusão social. Barakat e Nobre (2013, p. 57 ) denominam participação como “a capacidade das pessoas de intervir estreitamente em seus processos econômicos, sociais, culturais e políticos que afetam suas vidas”. Em termos gerais, esse conceito refere-se à adesão de indivíduos ou grupos sociais ao processo de tomada de decisão. A participação social expressa a condição do indivíduo ser autônomo e capaz de decidir sobre aspectos da

sua vida pessoal e coletiva (STIGLITZ, 2002). Bacarat e Nobre (2013, p.49) complementam a relação entre participação social e sustentabilidade:

A participação social é considerada um elemento indissociável das discussões sobre o desenvolvimento sustentável, na medida em que promove o compartilhamento de conhecimentos e a negociação das relações de poder, facilitando a implementação de ações socioambientais.

Por último, Murphy (2012) apresenta o conceito de coesão social que tem como intuito o fortalecimento das redes comunitárias e a redução de conflitos; a promoção da tolerância, solidariedade e integração. A coesão social reforça a cooperação e o convívio na população local para atingir um objetivo comum.

Diante do exposto, percebe-se que para atingir a sustentabilidade social é necessário rever os valores e os padrões de vida das sociedades, bem como o trabalho conjunto do governo, ONG's, universidades e sociedade em geral. Entretanto, é destacado por Foladori (2005) que as sociedades vivenciam avanços parciais na sustentabilidade ecológica e retrocessos na sustentabilidade social, com o aumento da miséria e fome no mundo. Para Silva (2007), uma das principais dificuldades para atingir sustentabilidade social incide na divisão e distribuição de recursos entre a sociedade.

Sachs (2007) apregoa que dimensão social da sustentabilidade deve estar inicialmente, pautada na equidade e na democracia, para então garantir a apropriação efetiva de todos os direitos humanos. No Brasil, de acordo com a Constituição Federal de 1988, artigo sexto, são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, entre outros. À propósito, esses direitos sociais são investigados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) durante a construção dos indicadores de DS.

A necessidade de desenvolver instrumentos que fossem capazes de avaliar a sustentabilidade surgiu desde a ECO 92. De acordo com Feitosa e Gómez (2011), a utilização de mecanismos, denominados indicadores de sustentabilidade, podem auxiliar o processo de mudança para atingir padrões de vida socialmente sustentáveis.

Dessa forma, foram encontrados nas publicações de Martins e Cândido (2008), Hanai (2009) e OMT (2005) indicadores de sustentabilidade social sobre os direitos sociais citados - educação, saúde e emprego - os quais serão detalhadamente analisados nesta pesquisa. Porém, antes se faz necessário um melhor entendimento sobre o tema indicadores de sustentabilidade.

## **2.3 Indicadores de sustentabilidade**

Embora existam várias ferramentas para avaliação da sustentabilidade, aquelas baseadas em índices e indicadores são comumente as mais utilizadas (CORDEIRO, 2008). Para Silva (2007), tem se tornado eminente a utilização de indicadores para diagnóstico de uma realidade, uma vez que as desigualdades se materializam na distribuição dos recursos sociais, ambientais e econômicos.

De acordo com Mitchell (1996), indicador é uma ferramenta que permite a obtenção de informações sobre dada realidade. Para Cândido (2004), os indicadores se destacam pela possibilidade de despertar o interesse público à medida que podem sintetizar informações complexas de modo mais ilustrativo. Além de evidenciar a necessidade de estabelecerem metas ao mesmo tempo em que auxiliam a avaliação do sucesso em alcançá-las. Já para Hanai (2009, p. 177), “os indicadores identificam as características relevantes de um sistema e clarificam as complexas relações entre as diferentes variáveis envolvidas num fenômeno específico”.

Bellen (2006) afirma que o objetivo dos indicadores é agregar e quantificar as informações de modo que sua significância se torne mais perceptível, e também são capazes de simplificar as informações sobre fenômenos complexos, facilitando, assim, seu entendimento e a comunicação. No que se refere aos indicadores de sustentabilidade, Falcão

(2010) afirma que são ferramentas-chave para as tomadas de decisão dos diversos atores (gestores, políticos, membros da comunidade), que por sua vez, precisam se situar no processo de DS.

Quanto ao aspecto metodológico dos indicadores utilizados para a análise da sustentabilidade, esses podem ser tanto de natureza qualitativa como quantitativa (BELLEN, 2006; HANAI, 2009). Bellen (2006) demonstra-se mais adepto a trabalhar com indicadores qualitativos, afirmando que os quantitativos não são capazes de demonstrar a real situação da sustentabilidade. Já Hanai (2009) orienta para uma combinação entre as metodologias qualitativa e quantitativa, afirmando ser mais enriquecedor para a construção dos indicadores.

De acordo com Sepúlveda (2005, p. 236) “os indicadores apresentam um modelo empírico da realidade, não a própria realidade”, mas devem ser coerentes com esta a partir de uma metodologia de medição que permita a leitura de dados tanto quantitativos quanto qualitativos.

No entanto, Cordeiro (2008) elenca alguns cuidados que se deve ter para a construção dos indicadores: (i) inicialmente os indicadores devem avaliar eventos que sejam mensuráveis ou observáveis; (ii) é necessária atenção ao critério de relevância durante a escolha dos indicadores; (iii) verificar a existência de dados disponíveis; (iv) os indicadores ou grupos destes devem ser financeiramente viáveis; (v) outro fator importante é a aceitação política dos indicadores visto que, não legitimados, eles são incapazes de influenciar os tomadores de decisão; (vi) a possibilidade de comparação ao longo do tempo e entre diversas regiões é uma característica que agrega valor aos indicadores; (vii) por fim, é importante que os indicadores possam ser rapidamente atualizados.

Para Hanai (2009), a incorporação dos princípios da sustentabilidade às diversas políticas de desenvolvimento do turismo favoreceu a utilização de indicadores nos instrumentos e técnicas de planejamento, organização e gestão do turismo sustentável (TS).

Nesse contexto, Cordeiro e Partidário (2010) defendem a utilização de mecanismos que sejam capazes de avaliar efetivamente a sustentabilidade no turismo, bem como essa migre da teoria para a prática: “Os indicadores não servem apenas para informar sobre a situação do processo de desenvolvimento do turismo, mas também permitem verificar se os objetivos da sustentabilidade (quaisquer que sejam) estão sendo atingidos”. (HANAI, 2009, p. 177).

De acordo com Oliveira et al. (2011), os indicadores permitem gerar um conjunto de informações sobre a situação real do desenvolvimento turístico referentes aos aspectos sustentáveis e insustentáveis. No entanto, a fim de discutir o que seria sustentável ou não, Falcão (2010) sugere a proposição de parâmetros para a sustentabilidade. Ainda para a autora, é preciso saber quais são os parâmetros possíveis e, posteriormente, classificar como sustentável ou não.

Para evitar confusões entre os conceitos, Hanai (2009) propõe as seguintes definições terminológicas: categoria, indicador e parâmetro. Para o autor, categoria possui um foco prático, pois corresponde à estrutura organizada com visão, metas e número limitado de indicadores que permite a padronização das medições. Ademais:

- Indicador: variável (de valor ou de qualidade) derivada a partir de parâmetros (isolados ou combinados), que sinaliza informações sintéticas sobre um fenômeno e revela por meio da representação operacional, o atributo de um sistema (qualidade, característica ou propriedade) (HANAI, 2009, p. 367).
- Parâmetro: propriedade específica ou grandeza mensurável variável (característica ou dado), cuja medida é indicativa de uma quantidade ou função de um sistema, a qual se atribui um valor e por seu intermédio se definem outros valores ou funções (HANAI, 2009, p. 367).

É válido lembrar que esse estudo se debruça sobre formulação de um conjunto de indicadores compatíveis com a dimensão social da sustentabilidade, voltado para destinos turísticos de base comunitária. Em sequência, a escolha das dimensões da sustentabilidade, fundamenta-se sobre o delineamento dos indicadores e parâmetros de sustentabilidade.

No entanto, antes de ser apresentada uma proposta de indicadores de sustentabilidade social para o TBC, é necessário discutir um pouco sobre essa outra proposta de turismo, ponto que será abordado na seção seguinte.

## **2.4 Turismo de Base Comunitária**

Paralelo ao desenvolvimento do turismo convencional, pequenas comunidades propõem um turismo diferenciado (CORIOLANO, 2006), em que interpretam o turista não apenas como um cliente que procura descanso e conforto em ambiente agradável, mas o percebem como um indivíduo que possui interesse em aprender sobre a cultura local e de partilhar experiências de vida (GRIMM; SAMPAIO, 2011). Segundo Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009), o TBC requer menor densidade de infraestrutura e serviços. É preferível que estes sejam bem organizados, fornecendo qualidade, conforto e segurança, porém de maneira simples, demonstrando a identidade local.

De acordo com Bursztyn (2012, p.80), “o principal diferencial do TBC com relação ao turismo convencional é sua capacidade de promover encontros e intercâmbios culturais entre ‘quem está’ e ‘quem vêm, ‘os que recebem’ e ‘os que são recebidos’ ”. De acordo com Coriolano (2012b), no turismo comunitário, os turistas são estimulados a participar das atividades locais, sejam em áreas rurais, litorâneas, serranas ou sertanejas.

Para a OMT (2003), os novos turistas aparentam ter maior consciência ecológica e preocupam-se com a conservação da autenticidade cultural das comunidades tradicionais. As experiências de TBC demonstram a crescente demanda de turistas que buscam outro turismo, como afirmam Molina (2001) e Zaoual (2009).

Sampaio (2005) apregoa que o TBC se baseia na relação dialética entre o turista e a comunidade receptora e não na sobreposição da comunidade ao turista. Ambos são

considerados agentes de ação socioeconômico-ambiental, os quais devem pensar no novo modelo de desenvolvimento, regulando padrões de consumo e estilos de vida, como também a oferta de bens e serviços e seus impactos ambientais.

Com intuito de compreender a nova proposta de turismo, são utilizadas diversas nomenclaturas, tais como: “turismo comunitário, turismo solidário, turismo de base local, turismo de economia solidária, turismo alternativo” (CORIOLANO, 2012a, p. 13), além do ecoturismo comunitário, turismo de base comunitária e turismo rural comunitário. Porém, na maioria dos casos, tanto as denominações como as definições dos referidos conceitos não são consensuais, o que acentua a dificuldade de compreensão do fenômeno. Para o MTur (2007) a falta de consenso no campo conceitual do turismo comunitário é provocada por diversas razões, como: heterogeneidade das experiências, da origem do território e da perspectiva política da ONG responsável por organizar e viabilizar a experiência,

Para Bartholo (2009), “a diversidade de contextos, histórias, lugares e personagens fazem com que cada uma das iniciativas autoproclamadas ‘comunitárias’ sejam únicas”. No intuito de facilitar a compreensão dos conceitos. O Quadro 01 a seguir demonstra as múltiplas características e interpretações que o TBC possui. No entanto, devido à questão social - que representa o foco desse estudo, a presente pesquisa assume a terminologia e a definição utilizada pelo MTur (2007, p.1)

Turismo de Base Comunitária - Modelo alternativo de desenvolvimento turístico baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando a apropriação por parte destas comunidades dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística.

Quadro 01 (2) - Terminologias e respectivas definições do TBC.

Segmento	Iniciativa/autor	Terminologia	Definição
<b>Projetos</b>	Projeto Bagagem	Turismo Comunitário	Atividade turística que apresenta gestão coletiva, transparência no uso e destinação dos recursos e na qual a principal atração turística é o modo de vida da população local. ( <a href="http://www.projetobagagem.org">http://www.projetobagagem.org</a> )
	Projeto Saúde e Alegria	Ecoturismo de Base Comunitária	Baseada nos princípios da economia solidária apresenta-se como oportunidade importante de atividade integrada à valorização de práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais e da promoção da interculturalidade. ( <a href="http://www.saudeealegria.org.br">http://www.saudeealegria.org.br</a> )
<b>Experiências</b>	Fazenda Modelo Quilombo D'Oiti	Turismo Étnico de Base Comunitária	Modelo de desenvolvimento alicerçado em princípios democráticos cuja participação de membros da comunidade predomina em todo processo decisório e garante que a atividade turística seja um fortalecedor de ancestralidade. ( <a href="http://www.turismoafro.com.br">http://www.turismoafro.com.br</a> )
	Prainha do Canto Verde	Turismo Comunitário	Oportunidade para aperfeiçoar a organização comunitária, o desenvolvimento local e a co-gestão para preservar o patrimônio natural, cultural e as formas de vida tradicionais das comunidades e do seu território. ( <a href="http://prainhadocantoverde.org">http://prainhadocantoverde.org</a> )
<b>Redes</b>	TUCUM - Rede Cearense de Turismo Comunitário	Turismo de Base Comunitária	Baseado na gestão comunitária ou familiar das infraestruturas e serviços turísticos, no respeito ao meio ambiente, na valorização da cultura local e da economia solidária e controlado de maneira efetiva pelas populações locais (SANSOLO; BURSZTYN, 2009, p.147, apud FABRINI, 2012).
<b>Governo</b>	Ministério do Turismo (MTur - Brasil)	Turismo de Base Comunitária	Modelo alternativo de desenvolvimento turístico baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando a apropriação por parte destas comunidades dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística (Mtur, 2008, p. 01).
<b>Academia</b>	Maldonado	Turismo Comunitário	Forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários e de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos (Mtur, 2009, p.31).
	Coriolano	Turismo Comunitário	Aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo (2009, p.282).
	Sampaio et al..	Turismo comunitário, solidário e sustentável	Estratégia de sobrevivência e comunicação social de conservação de modos de vida e preservação da biodiversidade, organizado associativamente em territórios, como arranjos socioprodutivo e político de base comunitária, que se valem do consumo solidário de bens e serviços (2011, p.27)

Fonte: Adaptado de Fabrino (2012).

Conforme Bursztyn (2012), as discussões em nível mundial que envolvem o TBC estão vinculadas ao debate sobre como a atividade turística pode contribuir para a redução da pobreza. No entanto, é necessário compreender os motivos pelos quais determinadas comunidades não aceitaram o “*modus operandi*” imposto pelo turismo convencional e desenvolveram um novo eixo do turismo. No dizer de Coriolano (2012b), os moradores de áreas não contempladas pelo turismo convencional se organizaram em movimentos de resistência ao turismo elitista, buscando novas formas de produção de um turismo alternativo capazes de oferecer oportunidades de trabalho e de promoção social nas comunidades. Entretanto, é válido destacar que em algumas regiões propícias à consolidação do turismo convencional, a comunidade local foi capaz de rejeitar a atividade em questão e propôs outro turismo (MENDES; CORIOLANO, 2006).

Para Coriolano (2006), o TBC se refere ao jeito diferenciado de trabalhar o turismo, correspondente ao eixo centrado no trabalho das comunidades, de grupos solidários, ao invés do individualismo predominante no estilo econômico do turismo tradicional. “O TBC nasce da percepção das comunidades de que não é suficiente apenas fazer a crítica ao modelo de turismo convencional, gerador de segregação socioespacial, de concentração de renda e de problemas socioambientais” (SANSOLO; BURSZTYN, 2012, p.4). Faz-se, então, necessário, propor alternativas.

As comunidades responsáveis por constituir o TBC possuem como características o protagonismo, a coesão social e a valorização da cultura local. Elas se organizam por meio de associações, sindicatos, cooperativas, redes de turismo e até arranjos produtivos regionais, a fim de garantir a posse da terra, fortalecimento local e visibilidade (CORIOLANO, 2012c). De acordo com Coriolano (2006), o TBC se preocupa com a preservação da autenticidade cultural das comunidades tradicionais.

Na visão de Irving (2009), o TBC só efetivamente ocorre quando os sujeitos das comunidades locais são protagonistas e não objetos do processo em curso. O turismo comunitário corresponde àquele cujas comunidades, de forma associativa, constituem-se com a finalidade de possuir o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo e a valorização da cultura, tradições e hábitos locais (CORIOLANO, 2006). Para Fabrino (2013, p. 14), “o TBC está centrado nos recursos (humanos, naturais, de infraestrutura) endógenos”, em que a comunidade local participa diretamente da concepção, desenvolvimento e gestão do turismo. Corroborando com este ponto de vista, tem-se :

Na intenção de fomentar uma modalidade de turismo que se utiliza dos recursos naturais e culturais existentes nos lugares de forma sustentável, surge o turismo de base comunitária, o qual se diferencia do turismo convencional, chamado de massa, por priorizar a conservação do meio ambiente e das culturas tradicionais, e emergir como alternativa para que pequenas comunidades potencializem que seus modos de produção e de organização possam ser compreendidos como atrativos turísticos, sem que ocorra a espetacularização, mas sim oportunidades de trabalho e geração de renda para seus moradores (ZAMIGNAN; SAMPAIO, 2010, p. 2).

Coriolano (2006) que o TBC prioriza a geração de trabalho para os moradores locais, a formação de pequenos empreendimentos e a dinamização do capital local. No entanto, nas regiões onde o TBC é desenvolvido, o turismo não corresponde à principal atividade econômica, mas sim a uma atividade secundária, visto que é desenvolvido de maneira integrada como as demais atividades, como pesca, agricultura, artesanato, entre outras (SAMPAIO; CORIOLANO, 2009; CORIOLANO, 2006). Todavia, Grimm e Sampaio (2011) destacam que o TBC não é apenas uma atividade produtiva, procura-se ressaltar o papel fundamental da ética e da cooperação nas relações sociais.

Para Sansolo (2009), a geração de benefícios diretos para as comunidades locais, a conservação ambiental e a valorização da identidade cultural são os elementos que sustentam essa proposta de turismo. De acordo com Sampaio e Zamignan (2012), o TBC pode ser interpretado como um projeto de desenvolvimento territorial sistêmico desenvolvido por meio

da própria comunidade. O TBC oportuniza as comunidades locais a conservação de modos de vida tradicionais, denominados como sistemas sociais (ZAMIGNAN; SAMPAIO, 2010).

Na visão de Sampaio e Coriolano (2009), o TBC não representa apenas o desenvolvimento de uma atividade turística, porém uma proposta de desenvolvimento territorial sustentável. De acordo com Burzstyn (2012), esses princípios do TBC se complementam com as dimensões da sustentabilidade. Diante do que foi discutido anteriormente é possível constatar as características como protagonismo, coesão social e valorização da cultura local, que estão presentes na literatura sobre TBC, e correspondem a elementos que permitem serem investigados na análise da sustentabilidade social. Logo, essas características representam categorias de análises desta pesquisa e serão investigadas de forma detalhada a seguir, por meio dos indicadores de sustentabilidade.

De acordo com Middleton e Hawkins (1998), a sustentabilidade no turismo corresponde mais a uma aspiração do que propriamente um objetivo mensurável. Dessa forma, para que a sustentabilidade social não represente apenas um conceito, trabalhado somente no arcabouço teórico, o presente estudo visa propor um conjunto de indicadores, juntamente com parâmetros de análise, que possuam como objetivo a avaliação dos ganhos que o TBC provoca na dimensão social da sustentabilidade. Assim:

O TBC é apresentado como uma proposta fortemente associada ao turismo sustentável e ao desenvolvimento local. No entanto, acredita-se que essa discussão esteja mais apoiada em bases ideológicas (campo etéreo) e menos associada a evidências empíricas (realidade). Nesta perspectiva, é necessário promover um debate menos entusiasmado e mais criterioso em torno do turismo comunitário, instituindo parâmetros, sistematizando experiências e reconhecendo o alcance e os limites dessa proposta (FABRINO, 2013, p.14).

Diante da necessidade de avaliar empiricamente quais os ganhos do TBC, de acordo com as dimensões da sustentabilidade, a seção seguinte deste trabalho apresenta a discussão sobre indicadores de sustentabilidade social no âmbito das experiências de TBC.

## 2.5 Indicadores de sustentabilidade social para o turismo de base comunitária

Na intenção de investigar o problema de pesquisa enunciado nesse trabalho, foi elaborado um conjunto de indicadores capaz de identificar e avaliar os ganhos sociais gerados para a comunidade local advindo do TBC.

Primeiramente, buscou-se na revisão de literatura um estudo das temáticas da sustentabilidade social e do TBC; a partir de então foram definidas categorias de análise que podem contribuir para o desenvolvimento do referido trabalho.

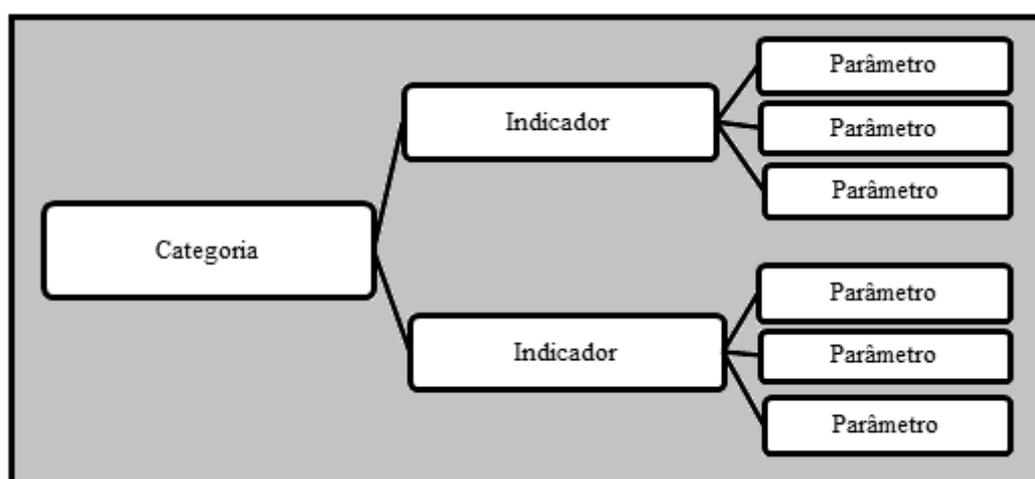
Conforme mencionado, diante do estudo da sustentabilidade social foi possível identificar as categorias de análise: saúde, educação e trabalho, visto que esses aspectos correspondem a alguns dos direitos sociais os quais permitem serem estudados por meio de indicadores de sustentabilidade.

Além disso, as categorias - saúde, educação e trabalho - são generalistas, e podem ser aplicadas a qualquer medição da sustentabilidade, independente do tipo de atividade e suas implicações, uma vez que ela é condição *sine qua non* para se medir a sustentabilidade social. Ou seja, tanto a atividade turística tradicional ou a de base comunitária, ou ainda, qualquer tipo de atividade, nessa categoria, seria utilizada para analisar a sustentabilidade da localidade, diferentemente das demais categorias elencadas que são direcionadas para a avaliação do TBC.

Como foi ressaltado anteriormente, a coesão social, o protagonismo e a valorização da cultura local correspondem a fatores sociais fortemente presentes nas publicações sobre TBC. Tais fatores constituem as categorias de análise pertinentes ao contexto social do TBC e serão estudadas por meio de indicadores de sustentabilidade.

Dando continuidade, o estudo da literatura sobre indicadores de sustentabilidade para o turismo, possibilitou a identificação de indicadores que permitissem investigar e avaliar cada uma das categorias escolhidas. Por fim, foram construídos parâmetros de análise no intuito de avaliar qual o estágio de sustentabilidade que o referido indicador se encontra. A Figura 02, a seguir, emonstra o desenho lógico da ferramenta proposta.

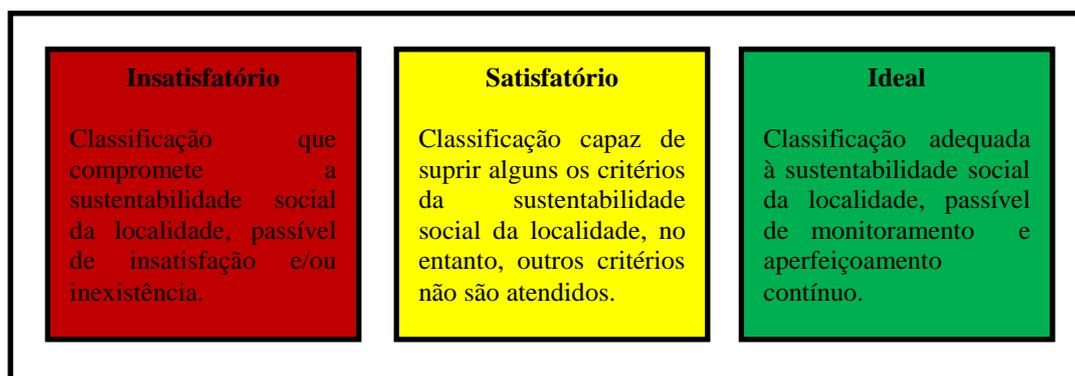
Figura 02 (2) - Desenho lógico da ferramenta.



Fonte: Elaborado pela autora.

Referente à construção dos parâmetros, a pesquisa adotou três parâmetros de análise que foram classificados em insatisfatório, satisfatório e ideal. Também foi sugerida uma legenda de cores para os parâmetros propostos: a cor vermelha foi atribuída para o parâmetro insatisfatório, a amarelo para o satisfatório e a verde para o ideal, conforme a Figura 03:

Figura 03 (2) - Legenda de parâmetros e cores.



Fonte: Elaborado pela autora.

Na sequência serão estudadas cada uma das categorias de análise selecionadas.

### 2.5.1 Saúde

Conforme já mencionado, a saúde foi escolhida como uma das categorias a serem estudadas. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS,1946), o conceito de saúde corresponde à ausência de doença, além da sensação de perfeito bem-estar físico, mental e social. Corresponde a uma das necessidades básicas fundamentais para o desenvolvimento humano. Essa categoria de análise, para Martins e Cândido (2008), permite ser estudada, por meio dos indicadores: esperança de vida ao nascer, mortalidade infantil, desnutrição, imunização contra doenças infantis, oferta aos serviços básicos de saúde. O Quadro 02 resume as categorias de análise do indicador Saúde.

A fim de complementar os indicadores propostos por Martins e Cândido (2008), esse trabalho também busca investigar a realização de campanhas preventivas, uma vez sendo preconizada, pela OMS, a prevenção contra o câncer, as doenças sexualmente transmissíveis, entre outras.

Quadro 02 (2) – Categoria de análise saúde.

Categoria de Análise – Saúde	
Autores	Indicador
Martins e Cândido (2008)	Esperança de vida ao nascer
	Mortalidade infantil
	Prevalência da desnutrição total
	Imunização contra doenças infecciosas infantis
	Oferta aos serviços básicos de saúde
Silva (2014)	Campanhas preventivas

Fonte: Elaborado pela autora.

Referente ao indicador esperança de vida ao nascer, tem-se como objetivo verificar o número médio de anos de vida que se espera de um recém-nascido (MARTINS; CÂNDIDO,

2008). No Brasil, em 2008, a esperança média de vida ao nascer alcançou 73 (setenta e três) anos de idade, pois houve um incremento de seis anos na vida média do brasileiro entre 1992 e 2008, em razão da melhoria nas condições gerais de vida e de saúde da população IBGE (2010). Portanto, baseado nos dados do IBGE (2010) o Quadro 03 apresenta os parâmetros para avaliação do indicador em questão.

Quadro 03 (2) – Parâmetro do indicador esperança de vida ao nascer.

Indicador	Esperança de vida ao nascer		
	Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
Parâmetro	Abaixo de 67 anos de vida para homens e mulheres na região.	Entre 67e 73 anos de vida para homens e mulheres na região.	Acima de 73 anos para homens e mulheres da região.

Fonte: Elaborado pela autora.

Para Martins e Cândido (2008), a mortalidade infantil é considerada um indicador importante das condições de vida e de saúde de uma localidade. Tal índice é calculado pela razão entre o número de crianças nascidas vivas e o número de óbitos de crianças menores de um ano de idade no determinado ano, utilizando-se a base de 1.000 nascimentos (IBGE, 2010).

A taxa de mortalidade infantil é classificada, pelo IBGE (2010), como alta - quando a razão de 50 mortes para cada 1.000 nascimentos (ou mais); média - havendo a razão de 20 a 49 mortes por 1.000 nascimentos; e baixa - sendo menos de 20 mortes entre 1.000 nascimentos. “Altas taxas de mortalidade infantil em geral estão relacionadas a baixos níveis de condições de vida, sobretudo de saúde” (IBGE, 2010, p. 234). Ademais, Martins e Cândido (2008) apregoam que os índices referentes à mortalidade infantil nos estados brasileiros evidenciam as disparidades regionais e a necessidade de direcionar políticas preventivas de saúde pública para os estados que possuem índices críticos - como Bahia, Pernambuco e Alagoas. Diante desse contexto, a presente pesquisa adotou parâmetros que foram sintetizados no Quadro 04.

Quadro 04 (2) – Parâmetro do indicador mortalidade infantil.

Indicador	Mortalidade infantil		
	Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
Parâmetro	Mais de 50 mortes para cada 1000 crianças de até 1 ano de idade.	Entre 20 e 49 mortes para cada 1000 crianças de até 1 ano de idade.	Menos de 20 mortes para cada 1000 crianças de até 1 ano de idade.

Fonte: Elaborado pela autora.

Em paralelo, o indicador prevalência da desnutrição total normalmente está relacionado às precárias condições de vida e assistência à mulher e às crianças (MARTINS; CÂNDIDO, 2008). De acordo com o IBGE (2010), tal indicador informa o estado nutricional da população infantil na faixa etária de até dois anos de idade. Martins e Cândido (2008), após a análise do caderno de informações de saúde (DATA SUS, 2006), constataram que esse indicador também expressa as desigualdades regionais, uma vez que apresentam índices insatisfatórios, sobretudo na Região Nordeste.

Para o IBGE (2008), a desnutrição infantil reduziu consideravelmente nos últimos 30 anos, tendo passado de 18,4%, em 1975, para 4,6%, em 2003. Esse fato permite ser explicado pelas políticas de saúde e distribuição dos alimentos, que foram implementadas no Brasil neste período. Com base nessas informações é apresentado no Quadro 05 os parâmetros desenvolvidos para a análise desse indicador:

Quadro 05 (2) – Parâmetro do indicador prevalência da desnutrição total.

Indicador	Prevalência da desnutrição total		
	Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
Parâmetro	O percentual de crianças desnutridas com até dois anos de idade é superior a 6%.	O percentual de crianças desnutridas com até dois anos de idade está ente 6% e 4%.	O percentual de crianças desnutridas com até dois anos de idade é inferior a 4%.

Fonte: Elaborado pela autora.

Outro indicador básico das condições de saúde infantil corresponde à imunização contra doenças infecciosas infantis, sendo conferido a esse indicador um alto grau de importância pelo poder público aos serviços de medicina preventiva (MARTINS; CÂNDIDO, 2008). De fato; como corrobora IBGE (2010, p. 242):

A atenção dada à saúde é imprescindível para alcançar o desenvolvimento sustentável, porque a saúde é a principal dimensão da qualidade de vida. Nesse sentido, é fundamental a realização de programas preventivos contra doenças infectocontagiosas e imunopreveníveis, essenciais para reduzir a morbidade e mortalidade derivadas das enfermidades infantis (IBGE, 2010, p.242).

Esse indicador expressa a cobertura vacinal das crianças menores de um ano de idade em relação à população total nessa mesma faixa etária em uma determinada localidade e períodos considerados (MARTINS; CÂNDIDO, 2008). Os serviços de imunização contra doenças infecciosas infantis abrangem as vacinas contra tuberculose, sarampo, poliomielite e três doses da tríplice viral (contra difteria, coqueluche e tétano).

De acordo com o IBGE (2010), no Brasil não há casos notificados desde junho de 1989 e a cobertura vacinal, realizada aos 2 (dois), 4 (quatro) e 6 (seis) meses de idade, atingiu 100% em 2006 e vem mantendo este percentual. Logo, os parâmetros estão representados no Quadro 06:

Quadro 06 (2) – Parâmetro do indicador imunização contra doenças infecciosas infantis.

Indicador	Imunização contra doenças infecciosas infantis		
	Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
Parâmetro	A cobertura vacinal realizada na localidade abrange até 90% das crianças da região.	A cobertura vacinal realizada na localidade é maior que 90% e menor que 95% crianças da região.	A cobertura vacinal realizada na localidade abrange de 95% à 100% das crianças da região.

Fonte: Elaborado pela autora.

A oferta dos serviços básicos de saúde também é vista como indicador, o qual consiste no acesso da população aos serviços e equipamentos básicos de saúde, sendo expresso por meio da disponibilidade de recursos humanos (empregos na área de saúde) e equipamentos

físicos (leitos hospitalares, equipamentos e materiais de consumo hospitalar) para a população local (MARTINS; CÂNDIDO, 2008).

Para o IBGE (2010), o acesso aos serviços de saúde é condição para a conquista e manutenção da qualidade de vida da população. Este indicador é relevante por expressar a oferta de infraestrutura básica de serviços de saúde, e é válido salientar que tal indicador leva em consideração todos os estabelecimentos de saúde, sejam eles públicos ou privados, com ou sem fins lucrativos, em regime ambulatorial ou de internação.

Para o referido indicador foi construído o Quadro 07 com os seguintes parâmetros de análise:

Quadro 07 (2) – Parâmetro do indicador oferta de serviços básicos de saúde.

Indicador	Oferta de serviços básicos de saúde		
	Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
Parâmetro	A população local não dispõe de infraestrutura e/ou profissionais na área de saúde.	A população local dispõe de infraestrutura e/ou profissionais na área de saúde, no entanto, alguns serviços médicos básicos não são ofertados e/ou os prazos para a realização estão acima do tempo médio previsto.	A população local dispõe de infraestrutura e/ou profissionais na área de saúde e encontra-se satisfeita com os serviços de saúde prestados.

Fonte: Elaborado pela autora.

No intuito de complementar os indicadores de saúde propostos por Martins e Cândido (2008), a pesquisa propõe que também deve averiguar se os serviços médicos ofertam à comunidade local a realização de campanhas preventivas, pois o Ministério da Saúde (MS) estabelece como obrigatória a realização de campanhas preventivas para doenças *acquired immunodeficiency syndrome* (AIDS) e câncer de colo do útero (MS, 2011). Esse trabalho também visa investigar sobre a realização de campanhas preventivas como demais doenças sexualmente transmissíveis (DST) e diferentes tipos de câncer, além de higiene bucal, aleitamento materno, entre outros. Assim, tem-se o Quadro 08 :

Quadro 08 (2) – Parâmetro do indicador campanhas preventivas.

Indicador	Campanhas preventivas		
	Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
<b>Parâmetro</b>	O serviço de saúde pública local não realiza quaisquer campanhas preventivas.	O serviço de saúde pública local realiza apenas as campanhas preventivas de câncer do colo útero e AIDS, conforme é preconizado pelo Ministério de Saúde.	O serviço de saúde pública local realiza campanhas preventivas para câncer de colo do útero, AIDS e demais DST, além da higiene bucal, entre outros.

Fonte: Elaborado pela autora.

Acredita-se que os indicadores e os parâmetros de análise citados anteriormente sejam capazes de investigar os principais aspectos presentes no contexto da saúde.

## 2.5.2 Educação

Segundo o IBGE (2010), a educação deve ser uma das prioridades para um país que busque alcançar níveis igualitários de desenvolvimento, além de ser um elemento fundamental para promover o desenvolvimento sustentável, capacitando os cidadãos para lidar com questões diárias que envolvam valores, habilidades e conhecimentos. “A educação estimula uma maior participação na vida política, desenvolve a consciência crítica, permite a geração de novas ideias e confere a capacidade para a continuação do aprendizado” (IBGE, 2010, p. 272).

Diante do exposto, torna-se necessária a definição de indicadores e parâmetros que tenham por característica a análise e avaliação da presente categoria. Martins e Cândido (2008) utilizaram-se dos indicadores escolarização, alfabetização e escolaridade para análise da dimensão social. No intuito de complementar a pesquisa, também serão utilizados o indicadores: bibliotecas, ginásio de esportes, instituições de ensino superior (IES), museus, teatros, cinemas e centros culturais, também propostos por Martins e Cândido (2008), porém

para a análise da dimensão cultural. Foi possível a integração destes indicadores, na presente categoria de análise, devido a sua influência direta e indireta com o nível educacional de uma localidade. Todavia, a pesquisa irá utilizar-se de todos esses indicadores, assumindo que neste caso os indicadores propostos para a análise da dimensão cultural complementam o estudo da dimensão social. O Quadro 09 relaciona os referidos indicadores:

Quadro 09 (2) – Categoria de análise educação.

Categoria de Análise - Educação	
Autores	Indicador
Martins e Cândido (2008)	Escolarização
	Alfabetização
	Escolaridade
	Bibliotecas
	Ginásio de esportes
	Instituições de Ensino Superior
	Museus, teatros, cinemas e centros culturais

Fonte: Elaborado pela autora.

Inicialmete, busca-se analisar o indicador escolarização. Para Martins e Cândido (2008), a análise da escolarização permite evidenciar o acesso da população à educação, abrangendo desde o ingresso pré-escolar até o curso superior. É válido salientar que o indicador escolarização tem por objetivo verificar o percentual de crianças e jovens até 17 anos de idade que frequentam a escola.

O acesso à escola permite aos indivíduos, a partir da infância, a sociabilidade no âmbito escolar, a noção de crescimento individual e coletivo, a valorização do conhecimento formal (escolar) e o contato com valores sociais (IBGE, 2010). O acesso da população à escola vem aumentando, gradativamente, no Brasil nos últimos anos em todos os grupos de idade. Atesta o IBGE (2010, p.258)

Em 2008, 97,9% das crianças entre 7 e 14 anos de idade frequentavam a escola, o que sugere que a universalização do ensino fundamental está em vias de ser alcançada. Todavia, esse alto percentual de acesso à escola não garante a qualidade do ensino, como também não torna evidente a defasagem escolar (IBGE, 2010, p.258).

Dessa forma, foram estabelecidos como parâmetros de análise para o referido indicador o Quadro 10:

Quadro 10 (2) – Parâmetro do indicador escolarização.

Indicador	Escolarização		
	Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
Parâmetro	A comunidade local possui um percentual inferior a 50% de crianças e jovens, até 17 anos, que frequentam a escola.	A comunidade local possui um percentual de 50% a 80% de crianças e jovens, até 17 anos, que frequentam a escola.	A comunidade local possui um percentual acima de 80% entre crianças e jovens, até 17 anos, que frequentam a escola.

Fonte: Elaborado pela autora.

Outro indicador a ser considerado corresponde à alfabetização, pois para Martins e Cândido (2008), esse indica o percentual da população adulta que é capaz de ler e escrever.

De acordo com o IBGE (2010), nos anos 90, o governo e a sociedade civil promoveram a universalização do ensino fundamental, tal ação contribuiu para aumento da alfabetização da população brasileira. Portanto, observou-se que entre 1992 e 2006 houve aumento na taxa de alfabetização, tendo alcançado 89,6%.

Em 2007, a população brasileira atingiu o percentual de 90% de alfabetização, mantendo essa taxa em 2008 (IBGE, 2010). Com base no que foi discutido o Quadro 11 apresenta os parâmetros construídos para este indicador.

Quadro 11 (2) – Parâmetro do indicador alfabetização.

Indicador	Alfabetização		
	Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
Parâmetro	Até 85% da população adulta local é alfabetizada.	Mais 85% até 90% da população adulta local é alfabetizada.	Mais de 90% da população adulta local é alfabetizada.

Fonte: Elaborado pela autora.

Martins e Cândido (2008, p.79) apregoam que “o acesso à educação é uma condição fundamental para que a população tenha maiores possibilidades de inserção no mercado de

trabalho e a igualdade social”. O IBGE corrobora afirmando que “a inserção em um mercado de trabalho exigente de habilidades intelectuais e uma progressiva qualificação profissional, por consequência requer um maior nível de escolaridade e um ensino de qualidade” (IBGE, 2010, p.272).

Referente ao indicador escolaridade, esse representa a quantidade média de anos de estudo de uma determinada população. Para Martins e Cândido, no cenário ideal, as pessoas de 25 anos ou mais de idade deveriam ter no mínimo 11 anos de estudo, o equivalente ao ensino médio completo. No entanto, a análise feita pelo IBGE (2010) sobre a escolaridade no Brasil, no período de 1992 a 2008, revela médias inferiores a 8 anos de estudo, ou seja, período inferior a conclusão do ensino fundamental.

Em 2008, a escolaridade média do brasileiro alcançou apenas 7 anos de estudo, e a situação agrava-se na Região Nordeste, onde todos os estados estão inferiores à média nacional. As médias giram entre 5 anos de estudo em Alagoas e 6 em Sergipe. Diante desse contexto, para o indicador escolaridade foram estabelecidos como parâmetros o Quadro 12:

Quadro 12 (2) – Parâmetro do indicador escolaridade.

Indicador	Escolaridade		
	Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
Parâmetro	Menos de 30% dos jovens da comunidade concluem o Ensino Fundamental II.	Entre 30% e 50% dos jovens da comunidade concluem o Ensino Fundamental II.	Mais de 50% dos jovens da comunidade concluem o Ensino Fundamental II.

Fonte: Elaborado pela autora.

A fim de aprimorar a análise feita sobre a categoria educação, destaca-se a necessidade de observar a existência, ou não, de bibliotecas, assim como suas condições. Para Martins e Cândido (2008, p.249), “o contato com livros possibilita o acesso a diferentes tipos de informações e conhecimentos, recursos importantes para a formação profissional e pessoal de todo cidadão”. Ainda para os autores, a quantidade de bibliotecas em uma localidade

apresenta uma relação positiva com o DS, devido à possibilidade de acesso às informações.

São assim, estabelecidos como parâmetros o Quadro 13:

Quadro 13 (2) – Parâmetro do indicador bibliotecas.

Indicador	Bibliotecas		
	Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
Parâmetro	A comunidade local não dispõe de biblioteca.	A comunidade local dispõe de biblioteca, podendo ser uma ou mais; no entanto, o acervo está desatualizado e/ou sua infraestrutura apresenta problemas de espaço, iluminação, ventilação, condições do mobiliário, entre outros.	A comunidade local dispõe de biblioteca, podendo ser uma ou mais, que dispõe de um acervo atualizado e sua infraestrutura não apresenta problemas de espaço, iluminação, ventilação, condições do mobiliário, entre outros.

Fonte: Elaborado pela autora.

Nesse contexto, também buscou-se analisar o indicador de ginásio de esportes (MARTINS; CÂNDIDO, 2008). A existência de ginásio de esportes representa para a localidade um espaço de integração e vivência social por meio da prática de esportes, competições esportivas e eventos sociais. Para Martins e Cândido (2008, p.256), a “integração que esses espaços sociais proporcionam resulta em maiores oportunidades para a construção de uma sociedade com menos desigualdades, favorecendo o exercício da cidadania”. Dessa forma, o Quadro 14 foi estabelecido como parâmetro:

Quadro 14 (2) – Parâmetro do indicador ginásio de esportes.

Indicador	Ginásio de esportes		
	Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
Parâmetro	A comunidade local não dispõe de ginásio de esportes.	A comunidade local dispõe de ginásio de esportes, podendo ser um ou mais; no entanto o prédio apresenta problemas de infraestrutura, como acessibilidade, quadras não divididas conforme modalidade esportiva e/ou faixa etária.	A comunidade local dispõe de ginásio de esportes, podendo ser uma ou mais, com infraestrutura adequada à modalidade esportiva e a faixa etária, além de apresentar acessibilidade.

Fonte: Elaborado pela autora.

Do mesmo modo, o IBGE (2010) considera pertinente verificar a existência de museus, teatros, cinemas e centros culturais em uma determinada localidade, visto que esses ambientes representam uma possibilidade de inserção social e, ferramenta didática, pois as atividades culturais estarão acessíveis à população em geral. A presença dessas atividades poderá estimular a população local “a descoberta de talentos e potencialidades locais voltadas para as atividades artísticas [...] além de constituir um meio de entretenimento e acesso a novos conhecimentos” (MARTINS; CÂNDIDO, 2008, p.263). Os parâmetros descritos para este indicador estão presentes no Quadro 15:

Quadro 15 (2) – Parâmetro do indicador museus, teatros, cinemas e centros culturais.

Indicador	Museus, teatros, cinemas e centros culturais.		
	Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
Parâmetro	A comunidade local não dispõe de museus, teatros, cinemas e centros culturais.	A comunidade local dispõe pelo menos de um estabelecimento de entretenimento, como museu, teatro, cinema ou centro cultural, porém, os eventos não acontecem com periodicidade.	A comunidade local dispõe de um ou mais estabelecimento de entretenimento, como museu, teatro, cinema ou centro cultural, e os eventos acontecem com periodicidade.

Fonte: Elaborado pela autora.

Por fim, o acesso da população ao ensino superior é uma das formas mais eficientes de inserção social por proporcionar ao cidadão melhores condições vida (IBGE, 2010). Nessa perspectiva, Martins e Cândido (2008) assumem que a existência de IES apresenta uma relação positiva com o DS. Assim sendo, para a construção dos parâmetros de análise, Quadro 16, buscou-se analisar a existência de IES e as áreas de conhecimento dos cursos ofertados por essas instituições.

Quadro 16 (2) – Parâmetro do indicador IES.

Indicador	IES		
	Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
Parâmetro	Não existem IES na localidade.	Existem IES, públicas ou particulares, na localidade; no entanto, os cursos ofertados não abrangem as três áreas de conhecimento: saúde, humanas, exatas.	Existem IES, públicas ou particulares, na localidade, e os cursos ofertados contemplam três áreas de conhecimento: saúde, humanas e exatas.

Fonte: Elaborado pela autora.

### 2.5.3 Trabalho

De acordo com a OMT (2003), é fundamental que a atividade turística disponha de funcionários qualificados para fornecer serviços e operar as instalações, do contrário o turismo não será sustentável nesse destino. Para Hanai (2010), as condições de trabalho, o quantitativo de emprego e o nível de qualificação dos funcionários correspondem aos indicadores de sustentabilidade presentes na dimensão social. O referido autor destaca a importância de “identificar a evolução de empregos de turismo em suas distintas concepções” (HANAI, 2009, p. 375). Logo, o Trabalho corresponde a um direito social e foi escolhido como categoria de análise, conforme as publicações de OMT (2003) e Hanai (2009). Sendo indicadores listados no Quadro 17:

Quadro 17 (2) – Categoria de análise trabalho.

Categoria de Análise – Trabalho	
Autores	Indicador
Trabalho OMT (2005) e Hanai (2009)	Empregos no turismo
	Empregados no turismo de origem e procedência local
	Cumprimento da legislação trabalhista
	Acidentes de trabalho
	Empregados menores de idade
	Taxa de desemprego na baixa temporada
	Empregados com qualificação profissional
	Programas de qualificação profissional

Fonte: Elaborado pela autora.

O indicador empregos no turismo possui como objetivo verificar o percentual de pessoas empregadas no setor turístico. De acordo com o MTur (2013, p.40):

O setor de turismo é estratégico na geração de emprego e renda, e se destaca por possuir baixo custo de investimento por unidade de emprego criado e, também, demanda uma grande diversidade de postos de trabalhos, com diferentes requisitos de formação, em praticamente todos os níveis.

Os estudos de Hanai (2009) e Pedron et al. (2004) constataram que embora o turismo rural não tenha como característica principal a geração de empregos, ele é capaz de gerar novas funções e ocupações, proporcionando às famílias empreendedoras um bem-estar perceptível, vinculado a melhores condições financeiras e a uma maior inserção social, além de trazer benefícios concretos para a comunidade como um todo.

Dessa forma, constata-se uma similaridade entre os pressupostos do TBC e o turismo rural, no que diz respeito ao trabalho e emprego. No entanto, os estudos sobre TBC, até o momento, não investigam essas questões por meio de uma metodologia sistemática; pelo contrário, normalmente, os autores fazem considerações generalistas. Portanto, para a construção de alguns parâmetros, a presente pesquisa fundamentou-se nas publicações sobre turismo rural.

Na intenção de averiguar o percentual de postos de trabalho gerados pelo TBC foram estabelecidos como parâmetros de análise o Quadro 18:

Quadro 18 (2) – Parâmetro do indicador empregos no turismo.

Indicador	Empregos no turismo		
	Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
Parâmetro	O turismo gera menos de 10% das oportunidades de emprego existentes na localidade.	O turismo gera entre 10% a 20% das oportunidades de emprego existentes na localidade.	O turismo gera mais 20% das oportunidades de emprego existentes na localidade.

Fonte: Elaborado pela autora.

Em paralelo, Hanai (2009) também propôs o indicador empregados no turismo de origem e procedência local, cujo objetivo consiste em investigar o percentual de empregados oriundos da localidade. É ressaltado por Coriolano (2006, p.202) que o TBC “prioriza a geração de trabalho para os residentes nas comunidades, os pequenos empreendimentos locais, a dinamização do capital local, a garantia da participação de todos. Logo, o Quadro 19, foi estabelecido como parâmetro:

Quadro 19 (2) – Parâmetro do indicador empregados no turismo de origem e procedência local.

Indicador	Empregados no turismo de origem e procedência local		
	Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
Parâmetro	Entre os profissionais que trabalham no TBC menos de 50% é procedente da comunidade local	Entre os profissionais que trabalham no TBC entre 50% e 70% é procedente da comunidade local	Entre os profissionais que trabalham no TBC mais de 70% é procedente da comunidade local

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme já foi mencionado, é válido ressaltar que a literatura consultada sobre o TBC não tinha como propósito investigar as relações de trabalho sobre a ótica da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Porém, nos estudos de Hanai (2009), observa-se a

necessidade de verificar o cumprimento da legislação trabalhista nos postos de empregos gerados pelo turismo rural. Portanto, esse indicador também será investigado nesta pesquisa.

De acordo com o MTur (2013), o setor turístico foi responsável pela geração de quase três milhões de empregos diretos entre os anos de 2003 e 2012, o que demonstra a força da atividade. Destaca-se, que embora não se tenham valores absolutos, o quantitativo de empregos informais existentes no turismo seja superior aos empregos formalizados (MTur, 2007). Como parâmetro para este indicador foi construído o Quadro 20.

Quadro 20 (2) – Parâmetro do indicador cumprimento da legislação trabalhista.

Indicador	Cumprimento da legislação trabalhista		
Parâmetro	Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
	Menos de 50% dos estabelecimentos locais que trabalham com o turismo, cumprem a legislação trabalhista.	Entre 50% e 70% dos estabelecimentos locais que trabalham com o turismo cumprem a legislação trabalhista.	Acima de 70% dos estabelecimentos locais, que trabalham com o turismo, cumprem a legislação trabalhista.

Fonte: Elaborado pela autora.

Diante desse cenário, aprofunda-se a investigação analisando os indicadores: acidentes de trabalho e menores de 18 anos de idade empregados do turismo (HANAI, 2009). Destaca-se que a literatura estudada sobre TBC não apresenta muitas informações sobre os indicadores citados, o que corrobora a necessidade dos mesmos serem investigados.

O indicador acidentes de trabalho possui como objetivo verificar a ocorrência de acidentes de trabalho nos empreendimentos turísticos de base comunitária, tendo como parâmetro o Quadro 21:

Quadro 21 (2) – Parâmetro do indicador acidentes de trabalho.

Indicador	Acidentes de trabalho		
	Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
Parâmetro	Menos de 70% dos empreendimentos turísticos de base comunitária afirmam que nenhum funcionário sofreu acidente de trabalho.	De 70% a 85% dos empreendimentos turísticos de base comunitária afirmam que nenhum funcionário nunca sofreu acidente de trabalho.	Mais de 85% dos empreendimentos turísticos de base comunitária afirmam que nenhum funcionário nunca sofreu acidente de trabalho.

Fonte: Elaborado pela autora.

O indicador empregados menores de 18 anos de idade tem como objetivo identificar a existência de funcionários menores de 18 anos de idade nos empreendimentos turísticos de base comunitária. Para esse indicador foram estabelecidos como parâmetros de análise o Quadro 22:

Quadro 22 (2) – Parâmetro do indicador empregados menores de 18 anos no turismo.

Indicador	Empregados menores de 18 anos de idade		
	Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
Parâmetro	Foram identificados empreendimentos turísticos de base comunitária que empregassem menores de 18 anos de idade.	Não foram identificados empreendimentos turísticos de base comunitária que empregassem menores de 18 anos de idade.	Os empreendimentos turísticos de base comunitária não empregam menores de 18 de anos de idade, e apoiam iniciativas que contribuam para a formação profissional dos jovens.

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com Julião et al. (2009), os profissionais do setor turístico que não são assegurados pela CLT, ou seja, não possuem vínculo empregatício formalizado, alegam como uma das principais desvantagens o fato de, em períodos de baixa temporada, terem seus rendimentos diminuídos ou até mesmo ficarem sem emprego.

No entanto, é válido salientar que a taxa de desemprego no turismo não está circunscrita apenas aos empregos informais, abrangendo também os empregados que possuem registro profissional na carteira de trabalho. Os estudos de Hanai (2009) e OMT (2003)

apresentam o indicador taxa de desemprego na baixa temporada, e para este foram estabelecidos os seguintes parâmetros o Quadro 23:

Quadro 23 (2) – Parâmetro do indicador taxa de desemprego na baixa temporada.

Indicador	Taxa de desemprego na baixa temporada		
	Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
Parâmetro	Os empreendimentos turísticos de base comunitária reduzem em mais de 30% o quantitativo de funcionários em períodos de baixa temporada.	Os empreendimentos turísticos de base comunitária reduzem de 30% a 15% o quantitativo de funcionários em períodos de baixa temporada.	Os empreendimentos turísticos de base comunitária reduzem em menos de 15% o quantitativo de funcionários em períodos de baixa temporada.

Fonte: Elaborado pela autora.

Todavia, buscou-se avaliar o nível de qualificação profissional daqueles que trabalham nos empreendimentos turísticos de base comunitária, assim como a existência de programas de qualificação profissional.

O indicador empregados com qualificação profissional (HANAI, 2009) possui como objetivo verificar o percentual de funcionários nos empreendimentos turísticos de base comunitária e qual a qualificação profissional para realização da atividade exercida, sendo considerado como parâmetro de análise o Quadro 24:

Quadro 24 (2) – Parâmetro do indicador empregados com qualificação profissional.

Indicador	Empregados com qualificação profissional		
	Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
Parâmetro	Menos de 30% dos empregados nos estabelecimentos locais do TBC possuem qualificação profissional.	De 30% a 50% dos empregados nos estabelecimentos locais do TBC possuem qualificação profissional.	Mais de 50% dos empregados nos estabelecimentos locais do TBC possuem qualificação profissional.

Fonte: Elaborado pela autora.

Em paralelo, investiga-se sobre a realização de cursos de qualificação profissional, pois de acordo com a OMT (2003), a ausência destes pode influenciar a qualidade dos

serviços prestados, por consequência a sustentabilidade da atividade. Diante do exposto, o indicador programas de qualificação profissional possui como objetivo verificar a existência de cursos e/ou programas de qualificação profissional nas áreas relacionadas ao turismo. O Quadro 25 foi construído como parâmetro para o referido indicador.

Quadro 25 (2) – Parâmetro do indicador programas de qualificação profissional.

Indicador	Programas de qualificação profissional		
	Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
Parâmetro	Não são ofertados na localidade programas de qualificação profissional.	A oferta de programas de qualificação na localidade ocorre a cada 2 anos.	A oferta de programas de qualificação na localidade ocorre anualmente..

Fonte: Elaborado pela autora.

## 2.5.4 Coesão social

A literatura sobre TBC interpreta a comunidade local como um elemento integrado, que almeja os mesmos interesses, onde as oportunidades são partilhadas igualmente e todos são responsáveis pelo planejamento e gestão do turismo (FABRINO, 2013). De acordo com Coriolano e Sampaio (2012), no turismo comunitário, os moradores locais possuem o controle produtivo da atividade e se preocupam com o envolvimento participativo para o avanço da gestão integrada e o desenvolvimento de projetos que proporcionem melhores condições de vida local. Assim, a coesão social foi escolhida como categoria de análise.

Para Murphy (2012), tal coesão é capaz de promover não só a harmonia entre os diferentes grupos sociais, mas também reduzir a desigualdade nas oportunidades de vida e garantir o acesso local aos principais serviços básicos. Busca-se estudar a referida categoria por meio dos indicadores listados no Quadro 26:

Quadro 26 (2) - Categoria de análise coesão social.

Categoria de Análise - Coesão Social	
Autores	Indicador
Coesão Social Murphy (2012)	Redes comunitárias
	Redução de conflitos
	Promoção da solidariedade
	Cooperação para atingir um objetivo comum

Fonte: Elaborado pela autora

O indicador redes comunitárias tem como objetivo verificar a formação e o fortalecimento de redes comunitárias no TBC. Para Coriolano e Sampaio (2012), as redes comunitárias buscam fomentar oportunidades de negócios, tendo em vista a melhoria das condições de vida e trabalho da comunidade. Dessa forma, foram estabelecidos como parâmetro o Quadro 27:

Quadro 27 (2) – Parâmetro do indicador redes comunitárias.

Indicador	Redes comunitárias de turismo		
	Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
Parâmetro	Não foi identificada na comunidade local a existência de redes comunitárias de turismo.	Foi identificada na comunidade local a existência de redes comunitárias de turismo; no entanto, essas não desenvolvem ações de integração entre os membros da comunidade.	Foi identificada na comunidade local a existência de redes comunitárias de turismo, cujas ações são capazes de promover a integração entre os membros da comunidade.

Fonte: Elaborado pela autora.

Outro indicador a ser analisado refere-se à redução de conflitos na região. De acordo com Murphy (2012), a coesão social possui como característica a redução de conflitos na localidade. A literatura sobre TBC não menciona incidência de conflitos entre os membros da comunidade, ou da comunidade local com os turistas; pelo contrário, a harmonia, a integração e o compartilhamento são características desse novo eixo do turismo (GUZZATTI et al., 2013). O Quadro 28 foi construído como parâmetro para o indicador em questão.

Quadro 28 (2) – Parâmetro do indicador redução de conflitos.

Indicador	Redução de conflitos		
	Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
Parâmetro	O TBC não é capaz de promover a redução de conflitos na comunidade	O TBC é capaz de promover a redução de conflitos na comunidade; no entanto, existem focos isolados de disputa	O TBC é capaz de promover substancialmente a redução de conflitos na comunidade

Fonte: Elaborado pela autora

Além disso, busca-se analisar se o TBC vivenciado na localidade é capaz de promover a solidariedade entre os membros da comunidade. De acordo com Murphy (2012), a promoção da solidariedade fortalece as relações nas redes comunitárias, assim como contribuem para a redução de conflitos e disputas locais. Diante desse contexto, para tal indicador são apresentados como parâmetros o Quadro 29:

Quadro 29 (2) – Parâmetro do indicador promoção da solidariedade.

Indicador	Promoção da solidariedade		
	Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
Parâmetro	A comunidade local não promove ações de solidariedade.	A comunidade promove ações de solidariedade apenas nas datas comemorativas do calendário, como Natal, Dia das Crianças, entre outras.	A comunidade local promove ações de solidariedade em datas comemorativas como Natal, Dia das Crianças, entre outras, e sempre que existe alguma necessidade na localidade.

Fonte: Elaborado pela autora

Nesta categoria, o último indicador a ser investigado refere-se à cooperação para atingir um objetivo comum. Tal indicador busca analisar o nível de, como o próprio termo já diz, cooperação e convívio da população local para a resolução de objetivos comuns. Para Coriolano e Sampaio (2012), as comunidades envolvidas com o TBC utilizam-se de experiências de participação associativa - como cooperativismo, associações e líderes

comunitários - para a consecução de objetivos comuns. Foi estabelecido como parâmetro de análise o Quadro 30:

Quadro 30 (2) – Parâmetro do indicador cooperação para alcance objetivos comuns.

Indicador	Cooperação para alcance de objetivos comuns		
Parâmetro	Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
	A comunidade local não dispõe de cooperativas, associações ou líderes comunitários que estimulam a cooperação para o alcance de objetivos comuns.	A comunidade local dispõe de cooperativas, associações ou líderes comunitários que estimulam a cooperação para o alcance de objetivos comuns, porém o sentimento de cooperação entre as pessoas não é tão forte, visto que muitas pessoas ainda trabalham de maneira individualista.	A comunidade local dispõe de cooperativas, associações ou líderes comunitários que estimulam a cooperação para o alcance de objetivos comuns e o sentimento de cooperação entre as pessoas é forte, visto que a muitas pessoas trabalham de maneira coletiva.

Fonte: Elaborado pela autora.

## 2.5.5 Protagonismo

O protagonismo é uma das principais características das comunidades locais responsáveis por implementar o TBC, afirmam Coriolano (2006), Sampaio (2005), Sampaio e Zamignan (2012), Burzytyn (2012) e Maldonado (2005). Para os referidos autores o protagonismo é um elemento fundamental para a implementação e desenvolvimento desse novo eixo do turismo, o TBC, visando melhores condições de vida. O turismo comunitário é protagonizado pelas comunidades locais como uma estratégia de organização social e produtiva (SAMPAIO, 2005)

Diante do exposto, o protagonismo foi escolhido como categoria de análise, a qual será estudada por meio dos indicadores relacionados no Quadro 31:

Quadro 31 (2) - Categoria de análise protagonismo.

Categoria de Análise - Protagonismo	
Autores	Indicador
Protagonismo  Hanai (2009) e Fabrino (2013)	Organização Interna
	Articulação Externa
	Acordos Comunitários
	Participação no processo decisório

Fonte: Elaborado pela autora.

O indicador organização interna, proposto por Fabrino (2013), possui como objetivo identificar e qualificar as formas de organização interna, no que diz respeito às regras e aos procedimentos existentes, ou não, na comunidade que promovam o turismo comunitário. Para a autora, a existência de modelos de organização interna, formalização e frentes de atuação, permitem à comunidade local uma maior estruturação e cooperação para consecução de objetivos (FABRINO, 2013).

De acordo com Sansolo (2009), existem duas formas de gestão do turismo uma delas está centrada no Estado e a outra na sociedade civil organizada. Ainda para o autor, por meio da organização comunitária e do fortalecimento das associações de moradores podem surgir alternativas para uma gestão mais equilibrada do turismo. Portanto, foi adotado como parâmetro o Quadro 32:

Quadro 32 (2) – Parâmetro do indicador organização interna.

Indicador	Organização Interna		
	Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
Parâmetro	A comunidade local não possui em sua organização interna manuais, modelos de gestão e regimentos internos que estabeleçam diretrizes em prol do TBC.	A comunidade local possui em sua organização interna manuais, modelos de gestão e regimentos internos que estabeleçam diretrizes em prol do TBC; no entanto, esses são pouco utilizados e/ou mal estruturados.	A comunidade local possui em sua organização interna manuais, modelos de gestão e regimentos internos que estabeleçam diretrizes em prol do TBC.

Fonte: Elaborado pela autora.

No que se refere ao indicador articulação externa, esse tem por objetivo verificar a existência de apoio externo técnico e financeiro voltados para o desenvolvimento do turismo comunitário (FABRINO, 2013). As experiências de TBC são, normalmente, apoiadas por instituições de ensino e ONGs. A iniciativa governamental também tem incentivado e apoiado às experiências de TBC, embora que de maneira tímida (BURSZTYN et al., 2009). Dessa forma, são propostos os seguintes parâmetros de análise, Quadro 33:

Quadro 33 (2) – Parâmetro do indicador articulação externa.

Indicador	Articulação externa		
	Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
Parâmetro	Nos últimos cinco anos, a comunidade local não recebeu apoio externo técnico e/ou financeiro voltados para o desenvolvimento do TBC.	Nos últimos cinco anos, a comunidade local recebeu apoio externo técnico e/ou financeiro, voltados para o desenvolvimento do TBC.	A comunidade local anualmente recebe apoio externo técnico e/ou financeiro, voltados para o desenvolvimento do TBC, além de dispor de uma articulação capaz de prospectar novos parceiros.

Fonte: Elaborado pela autora

Além disso, Fabrino (2013) sugere o indicador acordos comunitários, buscando verificar a existência de pactos que contribuam para a repartição dos benefícios e oportunidades advindos da atividade turística local. O objetivo deste indicador é analisar se toda a comunidade, ou a maior parte dela, consegue se beneficiar das ações relacionadas ao TBC. De acordo com Coriolano (2006, p. 202), “o TBC assegura a participação das pessoas da comunidade com o planejamento descentralizado e associativo”. Assim, são considerados como parâmetros de análise o Quadro 34:

Quadro 34 (2) – Parâmetro do indicador acordos comunitários.

Indicador	Acordos Comunitários		
	Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
Parâmetro	A comunidade local não possui acordos comunitários que contribuam para a repartição dos benefícios e democratização das oportunidades referente ao TBC.	A comunidade local possui acordos comunitários que contribuem para a repartição dos benefícios e democratização das oportunidades referentes ao TBC; no entanto, as regras e os regulamentos para esses processos não são claramente definidos.	A comunidade local possui acordos comunitários que contribuem para a repartição dos benefícios e democratização das oportunidades referentes ao TBC, e as regras e os regulamentos para esses processos não são claramente definidas.

Fonte: Elaborado pela autora

Por último, a fim de complementar a investigação sobre o protagonismo, utiliza-se do indicador proposto por Hanai (2009) referente à participação no processo decisório, que tem como objetivo verificar a participação dos indivíduos e dos grupos sociais que participam do processo de tomada de decisão. Coriolano (2006) afirma que no TBC os membros da comunidade local participam ativamente do processo de tomada de decisão, dessa forma foram estabelecidos como parâmetro o Quadro 35:

Quadro 35 (2) – Parâmetro do indicador participação no processo decisório.

Indicador	Participação no processo decisório		
	Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
Parâmetro	A comunidade local não participa do processo de tomada de decisão.	A comunidade local participa do processo de tomada de decisão, embora não existam instrumentos formais que legitimam a participação.	A comunidade local participa do processo de tomada de decisão e existem instrumentos formais que legitimam a participação

Fonte: Elaborado pela autora.

## 2.5.6 Valorização da cultura local

Outra característica muito marcante refere-se à preservação da cultura nas localidades onde acontece esse eixo do turismo. De acordo com Coriolano (2006), o TBC se preocupa com a preservação da autenticidade cultural das comunidades tradicionais. Grimm e Sampaio

(2011, p. 64) corroboram afirmando que “o turismo comunitário é exercido de forma planejada e controlada, e pode colaborar tornando esta uma atividade de baixo impacto negativo e de grande responsabilidade social e ambiental no que tange à preservação do meio ambiente e da cultura local”.

Para Garcia et al. (2013, p. 149), “a culinária típica, arquitetura colonial, festas folclóricas, paisagens únicas, tradições e artesanato baseado em produtos locais são algumas das características com potencial para impulsionar o turismo de base comunitária”. Nesse contexto, a valorização da cultura local foi escolhida como categoria de análise e será estudada a partir dos indicadores listados no Quadro 36:

Quadro 36 (2) – Categoria de análise valorização da cultura local.

<b>Categoria de Análise – Valorização da Cultura Local</b>	
<b>Autores</b>	<b>Indicador</b>
<b>Valorização da cultura local</b> Hanai (2009) e Fabrino (2013)	Interação do artesanato local
	Valorização dos pratos típicos
	Bens patrimoniais
	Eventos e festividades tradicionais
	Conhecimento da população sobre sua cultura
	Fomento à cultura
	Participação Cultural
	Compartilhamento do Espaço
	Mudanças de hábitos

Fonte: Elaborado pela autora

De acordo com Hanai (2009), a valorização da cultura local, de um destino turístico, pode ser visualizada a partir do artesanato, gastronomia, monumentos locais, festividades entre outros. Portanto, inicialmente pretende-se estudar o indicador integração do artesanato local, cujo objetivo é verificar a integração do artesanato local com a atividade turística no que se refere a sua utilização, promoção e comercialização (HANAI, 2009), sendo estabelecidos como parâmetros de análise o Quadro 37:

Quadro 37 (2) – Parâmetro do indicador interação do artesanato local.

Indicador	Interação do artesanato local		
	Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
Parâmetro	A comunidade não produz nem comercializa artesanato no destino turístico de base comunitária.	A comunidade produz e comercializa artesanato local no destino turístico de base comunitária.	A comunidade produz e comercializa artesanato local no destino turístico de base comunitária., além de comercializá-lo em outras localidades

Fonte: Elaborado pela autora.

Dando continuidade, o indicador valorização dos pratos típicos possui como objetivo identificar a valorização da culinária local a partir da oferta gastronômica na região (HANAI, 2009). Para Zuñiga et al. (2012), o TBC está intimamente relacionado com a tradição local da culinária e as formas de produção e processamento dos alimentos. O Quadro 38 apresenta os parâmetros de análise:

Quadro 38 (2) – Parâmetro do indicador valorização dos pratos típicos.

Indicador	Valorização dos pratos típicos		
	Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
Parâmetro	Os empreendimentos comerciais de base comunitária não ofertam pratos típicos	Os empreendimentos comerciais de base comunitária ofertam pratos típicos apenas em determinadas épocas do ano.	Os empreendimentos comerciais de base comunitária ofertam pratos típicos durante todas as épocas do ano.

Fonte: Elaborado pela autora

Embora o TBC represente um eixo do turismo que esteja mais vinculado à natureza e cultura local, deve-se investigar sobre a existência de bens patrimoniais mesmo em destinos turísticos de base comunitária. Este trabalho utilizará o indicador bens patrimoniais proposto por Hanai (2009), que busca identificar a existência e o estado de conservação dos bens patrimoniais na localidade. Nesse contexto os parâmetro foram estabelecidos no Quadro 39:

Quadro 39 (2) – Parâmetro do indicador bens patrimoniais.

Indicador	Bens patrimoniais		
	Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
<b>Parâmetro</b>	Não existem bens patrimoniais na comunidade que demonstrem a valorização da cultura local.	Existem bens patrimoniais na comunidade que demonstram a valorização da cultura local; no entanto, eles estão depredados ou em condições inadequadas de conservação.	Existem bens patrimoniais na comunidade que demonstram a valorização da cultura local, e esses estão bom estado de conservação.

Fonte: Elaborado pela autora.

Outro indicador a ser analisado, também proposto por Hanai (2009), refere-se aos eventos e festividades tradicionais, cujo objetivo é verificar realização e a promoção de eventos e festividades tradicionais locais como manifestações típicas. Para Garcia (2013), as festividades tradicionais representam um importante elemento na construção de identidades, tradições e práticas culturais. Para tal indicador foi estabelecido como parâmetro o Quadro 40:

Quadro 40 (2) – Parâmetro do indicador eventos e festividades tradicionais.

Indicador	Eventos e festividades tradicionais		
	Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
<b>Parâmetro</b>	A comunidade local não realiza eventos e festividades tradicionais que promovam a cultura local	A comunidade local realiza eventos e festividades tradicionais que promovem a cultura local; no entanto, não existe uma periodicidade para a realização dessas.	A comunidade local realiza eventos e festividades tradicionais que promovem a cultura local, periodicamente.

Fonte: Elaborado pela autora

Além dos indicadores já citados, pratos típicos, artesanato, bens patrimoniais e festividades, elementos que demonstram a valorização da cultura local, é importante investigar se a população conhece e valoriza a sua cultura. Nesse contexto, utiliza-se o indicador conhecimento da população sobre sua cultura, a fim de verificar o nível de conhecimento dos membros da população local sobre sua cultura (HANAI, 2009). O Quadro 41 corresponde aos parâmetros de análise elaborados para este indicador.

Quadro 41 (2) – Parâmetro do indicador conhecimento da população sobre sua cultura.

Indicador	Conhecimento da população sobre sua cultura.		
	Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
<b>Parâmetro</b>	População local não conhece ou não valoriza a cultura do destino turístico de base comunitária.	População local conhece a cultura do destino turístico de base comunitária.; no entanto, não são desenvolvidas ações de valorização e resgate da cultura na localidade.	População local conhece a cultura do destino turístico de base comunitária, e desenvolve ações de valorização e resgate da cultura na localidade.

Fonte: Elaborado pela autora

Na intenção de complementar a análise sobre a valorização da cultura local, Hanai (2009) sugere o indicador fomento à cultura tendo como objetivo verificar a existência de entidades e instituições responsáveis por promover a cultura local.

Neste indicador busca-se averiguar a existências de instituições ou grupos comunitários que promovam a cultura local. Conforme já foi mencionado, o TBC é uma iniciativa apoiada por diversas instituições (BURZSTYN, 2012); porém existem poucas informações, na literatura pesquisada, sobre a existência de organizações que promovam a cultura. Sendo assim, esta pesquisa apresenta como parâmetro o Quadro 42 :

Quadro 42 (2) – Parâmetro do indicador fomento à cultura.

Indicador	Fomento à cultura		
	Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
<b>Parâmetro</b>	A comunidade não possui apoio de nenhuma instituição ou entidade que fomenta à cultura local.	A comunidade possui apoio de pelo menos uma instituição ou entidade responsável por fomentar a cultura local.	A comunidade possui apoio de mais de uma instituição ou entidade responsável por fomentar a cultura local

Fonte: Elaborado pela autora.

Em contrapartida, Fabrino (2013) se propõe a investigar a valorização da cultura local a partir da relação do turista com a comunidade local. Para a autora, “o TBC parte do princípio

de uma relação horizontal entre quem recebe e quem visita, sendo o diálogo, a troca e o compartilhamento de vivências a base desse encontro” (FABRINO, 2013, p.24).

A fim de se investigar sobre o intercâmbio cultural promovido pelas experiências de TBC, a partir da troca de referências e experiências entre os visitantes e a comunidade local, a autora propõe os indicadores compartilhamento do espaço e participação cultural.

O indicador compartilhamento do espaço possui como objetivo verificar se o visitante e a comunidade dividem o mesmo lugar e se este representa um espaço de encontro e convívio (FABRINO, 2013). Para Sampaio e Zamignan (2012), o intuito das vivências comunitárias oferecidas por esse novo eixo do turismo é do compartilhar experiências. Portanto, o Quadro 43 foi construído como parâmetro para o referido indicador :

Quadro 43 (2) – Parâmetro do indicador compartilhamento do espaço.

Indicador	Compartilhamento do espaço		
	Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
<b>Parâmetro</b>	Os turistas e a comunidade não compartilham dos mesmos espaços de encontro e convívio.	Os turistas e a comunidade compartilham determinados espaços de encontro e convívio; no entanto, existem espaços ou horários restritos para cada grupo	Os turistas e a comunidade compartilham amplamente dos mesmos espaços de encontro e convívio.

Fonte: Elaborado pela autora.

Já o indicador participação cultural tem como objetivo averiguar se a comunidade local interage com o turista a fim de inteira-lo sobre os hábitos e a cultura da localidade. Para Sansolo e Bursztyn (2012), comunidades abrem suas portas com intuito de compartilhar um pouco de sua cultura; já os turistas possuem o interesse em conhecer e vivenciar uma realidade diferente da sua origem. No Quadro 44 são apresentados os parâmetros propostos:

Quadro 44 (2) – Parâmetro do indicador participação cultural.

Indicador	Participação cultural		
	Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
Parâmetro	A comunidade local não interage com os turistas a fim de inteirar os hábitos e da cultura da região.	A comunidade local interage com os turistas a fim de inteirar os hábitos e da cultura da região.	A comunidade local interage com os turistas a fim de inteirar os hábitos e da cultura da região e valoriza bastante essa interação.

Fonte: Elaborado pela autora.

Por último, o indicador mudanças de hábito, proposto do Hanai (2009), cujo objetivo é verificar se a comunidade local apresenta mudanças no vestuário, linguagem ou hábitos tradicionais, proveniente de sua interação com os turistas.

Considera-se pertinente a utilização desse indicador, uma vez que é ressaltada na literatura de TBC a troca de experiências entre o turista e a comunidade local; no entanto, a literatura pesquisada não aborda o impacto cultural provocado por essa interação. Nesse contexto foram construídos como parâmetros de análise o Quadro 45:

Quadro 45 (2) – Parâmetro do indicador mudanças de hábitos.

Indicador	Mudanças de hábitos		
	Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
Parâmetro	A comunidade local apresenta mudanças significativas no vestuário, na linguagem ou nos hábitos tradicionais provocados pela interação com os turistas, além de alegar que esse convívio está contribuindo para a perda de tradições locais.	A comunidade local apresenta algumas mudanças no vestuário, na linguagem ou nos hábitos tradicionais provocados pela interação com os turistas; no entanto, essas mudanças não contribuem para a perda de tradições locais.	A comunidade local não apresenta mudanças no vestuário, na linguagem ou nos hábitos tradicionais provocados interação com os turistas, pelo contrário, essa interação fortalece as tradições locais

Fonte: Elaborado pela autora.

Após a apresentação e detalhamento das categorias de análise, indicadores e parâmetros para o estudo da sustentabilidade social em destinos turísticos de base comunitária a seção

seguinte deste trabalho se debruçará sobre os procedimentos metodológicos e a caracterização do locus onde esta pesquisa se realizará.

## **3 Procedimentos metodológicos**

---

Nesta seção serão descritos os procedimentos metodológicos necessários para a realização dessa dissertação, apresentando-se, assim, o delineamento da pesquisa, a caracterização da localidade, os procedimentos de coleta e de análise dos dados.

### **3.1 Delineamento da pesquisa**

Este estudo apresenta-se por meio de procedimentos qualitativos. A abordagem qualitativa foi escolhida para o desenvolvimento da pesquisa, uma vez que possibilita uma visão mais aprofundada e detalhada do objeto proposto (RICHARDSON, 2008).

Conforme Marshall e Rossman (2010), a pesquisa qualitativa permite melhor compreender um fenômeno social complexo. É ressaltado por Pimentel (2009) que os estudos no campo do turismo são complexos, pois nessa área existe polissemia de experiências e essas não podem ser facilmente sistematizadas e/ou generalizadas. Para Coriolano (2006) a comunidade local é a principal responsável pelo desenvolvimento do TBC. É válido destacar que a participação social pode ser interpretada como um dos principais diferenciais dessa nova proposta do turismo.

Vergara (2013) argumenta sobre a necessidade de justificar as escolhas metodológicas. Assim, justifica-se a escolha por uma pesquisa qualitativa, visto que essa abordagem possibilita a reunião, organização e interpretação de informações com o objetivo de compreender as interações sociais (FLICK, 2009a). Para Paiva et al. (2011), a validade da pesquisa qualitativa reside na capacidade que os métodos utilizados numa investigação propiciam à consecução fidedigna de seus objetivos.

No entanto, a pesquisa qualitativa pode ser muito abrangente, e nesse sentido Gil (2010) propõe a classificação de tal análise, a fim de melhor organizar os fatos e, conseqüentemente, entendê-los. Esta classificação deve contemplar a área de conhecimento, a finalidade da pesquisa, os objetivos gerais e os métodos empregados.

No que se refere à área de conhecimento, o presente estudo situa-se nas Ciências Sociais. Para Chanlat (2006), essa ciência se interessa pela vida social tendo como objetivo as atividades e o comportamento das sociedades. Martins e Theóphilo (2009) corroboram afirmando que o contexto social é o objeto de estudo das ciências sociais.

Em relação à finalidade do estudo, a pesquisa é denominada como aplicada, visto que a pergunta de pesquisa procura identificar quais são os ganhos sociais para a comunidade da PCV, advindos do TBC na perspectiva da sustentabilidade social. Para Cooper e Schindler (2003), a pesquisa aplicada possui como foco a prática na solução de problemas, além de permitir respostas para questões específicas.

O presente estudo, quanto ao objeto de pesquisa, enquadra-se como descritivo. Para Selltiz et al. (1975), a pesquisa social, em muitos casos, possui como propósito a descrição de características de uma comunidade. Para Gil (2010), a pesquisa descritiva possibilita a descrição das características do fenômeno estudado, assim como permite estabelecer relações entre os elementos estudados. Ela permite a “descrição estruturada da organização social da comunidade ou dos principais padrões de comportamento” (SELLTIZ et al.,1975, p.75.).

Por fim, de acordo com os métodos empregados, esta pesquisa classifica-se como bibliográfica e estudo de caso. A pesquisa bibliográfica, para Martins e Theóphilo (2009), trata-se de uma estratégia de investigação necessária para a condução de qualquer pesquisa científica, pois procura explicar e discutir o assunto com base em referências publicadas. De acordo com Gil (2010, p.30), “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato

de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Ainda referente aos métodos empregados, conforme já foi mencionado, esta pesquisa corresponde a um estudo de caso particular. Godoi et al. (2012) ressaltam que o estudo de caso deve estar pautado em uma situação ou evento particular cuja importância vem do que ele revela sobre o fenômeno ou objeto de investigação. Yin (2005) apregoa que nos estudos de casos podem ser utilizados em várias situações contribuindo para o conhecimento individual, coletivo, organizacional, social e político - porém, a necessidade de utilização desse método reside no interesse de um fenômeno social complexo.

É ressaltado por Godoi et al.(2012) que os estudos de caso descritivo apresentam um relato detalhado sobre um fenômeno social envolvendo sua configuração, estruturas, atividades, mudança no tempo e relacionamento com outros fenômenos. O resultado do estudo de caso se baseia em várias fontes de evidências, precisando convergir em um formato de triângulo, com outro resultado, e, assim, beneficiando o desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise dos dados (YIN, 2005).

Por último, esta pesquisa está fundamentada no paradigma funcionalista, também classificado como um paradigma interpretativo pós-positivista. Para Novaes e Gil (2009), esse paradigma é dominante nas ciências sociais. Ainda para os autores, o paradigma funcionalista é “estritamente vinculado ao positivismo, sua abordagem é objetiva, caracterizando-se pela preocupação para explicar a ordem social, o consenso, a integração social e a satisfação de necessidades” (NOVAES; GIL, 2009, p.138).

De acordo com Creswell (2010), as pesquisas pós-positivistas defendem uma filosofia determinística em que os problemas de pesquisa interpretados refletem a necessidade de identificar e avaliar as causas que influenciam os resultados.

Diante das considerações levantadas e, principalmente, por se tratar de um estudo de caso, torna-se necessário descrever o caso a ser estudado, a fim de possibilitar uma melhor compreensão sobre o contexto e o objeto discutidos nesta dissertação.

### 3.2 Lócus do estudo

A PCV, localizada no Distrito de Paripueira, Município de Beberibe, litoral leste do Ceará, a 126 km da capital, Fortaleza, pode ser caracterizada como uma comunidade de pescadores, composta por uma população de 1.200 habitantes. A Figura 04 apresenta o acesso e a localização da PCV.

Figura 04 (3) - Acesso e localização da PCV no litoral cearense.



Fonte: Governo do Estado do Ceará/Departamento de Estradas e Rodagens (2007)

A pesca artesanal é a principal atividade na região e, nesse contexto, destaca-se a pesca da lagosta - embora outras espécies marinhas também sejam pescadas (MENDONÇA, 2009; CORIOLANO, 2012 a). De acordo com Coriolano (2009), há mais de 30 anos a comunidade da PCV vem construindo uma história em defesa das terras, das condições de

vida dos pescadores e de conquista dos direitos humanos. Ainda para a autora, a PCV tornou-se conhecida nacionalmente desde 1993. De acordo com SCHARER, 2003, 294)

Em 1993 começou uma nova etapa na história da Prainha, quando no dia 4 de abril 4 pescadores na jangada comunitária chamada S.O.S Sobrevivência iniciaram uma viagem de protesto contra a pesca predatória, a especulação imobiliária, o turismo selvagem e a falta de apoio do governo do Ceará. Com o apoio logístico de duas mulheres da comunidade viajando de carro, chegaram no Rio de Janeiro num esplendoroso dia de sol, sendo esperados por Dorival Cayimmi, uma multidão de torcedores e a imprensa nacional e internacional.

É válido salientar que as terras do litoral cearense tornaram-se supervalorizadas em virtude do lazer e do turismo e, por consequência, tornaram-se alvos de disputas entre os investidores do turismo e as comunidades tradicionais (CORIOLANO, 2006). As Figuras 05 e 06 retratam a localidade.

Figura 05 (3) – Orla da PCV



Fonte: Dados da pesquisa

Figura 06 (3) – Principal acesso da PCV



Fonte: Dados da pesquisa

Para Mendonça (2009), a PCV apresenta uma proposta de turismo que pode ser considerada como uma solução local na busca de alternativas contra um sistema caracterizado pela crise da pesca, especulação imobiliária, expulsão dos nativos de suas terras e falta de participação efetiva dos moradores na tomada de decisão em instâncias diversas. O turismo comunitário é um processo de descoberta, quando a comunidade discute o que quer e o que pode fazer para o desenvolvimento das pessoas e do lugar (CORIOLANO, 2006). Mendonça e Irving (2004) apregoam que essa iniciativa tem sido considerada e divulgada nacional e

internacionalmente como um caso de sucesso em desenvolvimento turístico. A comunidade possui sentimento associativista intenso devida à luta dos moradores em defesa de seu território, em virtude da especulação imobiliária de seu litoral, desencadeada por agências turísticas e empreendedores imobiliários (GALDINO, 2012)

A organização comunitária responsável por estruturar o TBC na localidade iniciou, ainda em 2001, a partir de debates públicos entre moradores da comunidade e agentes do IBAMA e do ICMBio, o processo de criação da Resex da PCV. Nesse contexto, após sucessivas negociações e aprovações, em 08 de junho de 2009 foi instituída a RESEX da PCV, por meio do Decreto nº 0-002, tendo como objetivo principal:

Art. 2º A Reserva Extrativista ora criada tem por objetivo proteger os meios de vida, a cultura e garantir a utilização e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista da comunidade da PCV, residente na área de abrangência da Reserva e demais populações habitantes de áreas contíguas.

É válido destacar que após criação da Resex, os pesquisadores que tenham como objetivo desenvolver atividades com finalidade científica na PCV devem, obrigatoriamente, solicitar a autorização para a realização da pesquisa ao ICMBio. Inicialmente, o pesquisador deve fazer o cadastro no Sistema de Autorização e Informações em Biodiversidade (SISBIO), apresentar o resumo e objetivos da pesquisa, os instrumentos de coleta de dados e o período da visita. Finalizada esta etapa, a solicitação da autorização é julgada na reunião entre a associação dos moradores e os representantes do ICMBio. A autorização concedida para a realização desta pesquisa encontra-se disponível no Apêndice A.

Embora a criação da Resex represente uma conquista para a comunidade local, os estudos de Fabrino (2013) apontam que esse fato tem dividido opiniões e propiciado focos de conflitos na PCV. Esse fato voltará a ser discutido na seção de discussão dos resultados. A seguir serão apresentados os procedimentos de coleta de dados.

### 3.3 Coleta de dados

Para maior compreensão dos instrumentos de coleta de dados que foram utilizados no estudo, elaborou-se o Quadro 46 com a finalidade de relacionar os objetivos específicos com os instrumentos de coleta de dados.

Quadro 46 (3) – Relação dos objetivos específicos e instrumentos de coleta de dados.

Objetivos Específicos	Instrumentos de coleta de dados
a) Identificar os elementos presentes no TBC alinhados aos princípios da sustentabilidade	Esse objetivo foi alcançado a partir de uma pesquisa bibliográfica
b) Apresentar o conjunto de indicadores que permitam avaliar os ganhos na perspectiva da sustentabilidade	Esse objetivo foi alcançado a partir de uma pesquisa bibliográfica
c) Aplicar o conjunto de indicadores selecionado na PCV.	Esse objetivo foi alcançado a partir da realização de entrevistas semiestruturadas, observação direta e diário de campo.

Fonte: Elaborado pela autora.

Para alcançar o primeiro e o segundo objetivo específico foi utilizado levantamento bibliográfico. De acordo com Gil (2010), a pesquisa bibliográfica permite a identificação do estágio atual do conhecimento, fundamenta-se no material publicado por autores, específicos ou não, do tema. “A pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo” (LIMA; MIOTO, 2007).

No entanto, para atingir o terceiro objetivo serão utilizadas as técnicas de entrevistas semiestruturadas, observação direta e diário de campo. De acordo com Flick (2009b), a entrevista permite conhecer e compreender melhor o fenômeno estudado, podendo extrair importantes considerações. Lima (2004) caracteriza a entrevista semiestruturada pela pré-definição de perguntas, porém ressalta que essa técnica também permite perguntas abertas. Para Flick (2009a), a entrevista semiestruturada representa uma forma especial de desenvolver a entrevista, uma vez que o entrevistado poderá ter a oportunidade de expor o seu conhecimento *a priori* sobre o tema investigado.

No que se refere ao roteiro de entrevista encontra-se disponível no Apêndice B deste trabalho, é composto por 80 perguntas abertas divididas de acordo com a categoria de análise estudada. Quanto aos atores investigados, buscou-se identificar aqueles que estejam diretamente relacionados com a categoria de análise investigada. Na intenção de preservar a identidade dos entrevistados, esses serão apresentados por pseudônimos. O Quadro 47 apresenta uma breve caracterização dos entrevistados.

Quadro 47 (3) - Relação dos entrevistados.

<b>Pseudônimo</b>	<b>Gênero</b>	<b>Idade</b>	<b>Residente</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Cargo</b>
Entrevistado 1	Feminino	46 anos	Moradora nativa PCV	Ensino Médio completo	Técnica em enfermagem
Entrevistado 2	Feminino	49 anos	Moradora nativa PCV	Ensino Médio completo	Agente de saúde
Entrevistado 3	Masculino	30anos	Morador nativo da Prainha da Canto Verde	Especialista	Diretor pedagógico
Entrevistado 4	Feminino	46 anos	Moradora nativa da PCV	Especialista	Professora
Entrevistado 5	Masculino	34 anos	Morador nativo da PCV	Ensino Fundamental II completo	Proprietário de pousada
Entrevistado 6	Feminino	33 anos	Moradora nativa da PCV	Ensino Fundamental II completo	Proprietária de pousada
Entrevistado 7	Masculino	32 anos	Morador nativo da PCV	Ensino Fundamental II completo	Pescador e auxiliar administrativo na pousada
Entrevistado 8	Masculino	50 anos	Morador nativo da PCV	Ensino Fundamental I completo	Proprietário de pousada
Entrevistado 9	Masculino	72 anos	Morador da PCV desde 1992, naturalizado brasileiro	Ensino Fundamental II completo	Membro do conselho do turismo
Entrevistado 10	Masculino	34 anos	Morador nativo da PCV	Ensino Fundamental II completo	Proprietário de uma mercearia
Entrevistado 11	Masculino	30 anos	Morador nativo da PCV	Ensino Fundamental II completo	Coordenador do conselho de TBC

Fonte: Elaborado pela autora.

Referente à observação direta, Merriam (1998) afirma que essa técnica permite ao pesquisador abranger os fatos e as evidências que poderão ajudar na compreensão do trabalho. As principais vantagens da observação direta consistem no fato do entrevistador conseguir capturar e compreender melhor o contexto no qual as pessoas interagem na oportunidade de perceber os fatos que passariam despercebidos, caso o observador não estivesse presente no local, e a oportunidade de alcançar os fatos que não seriam percebidas por meio de entrevistas (PATTON, 2002). A observação direta permite que o pesquisador assuma o papel de espectador, buscando a aproximação para que seja aceito pelo grupo (SPRADLEY, 1980).

No entanto, Patton (2002) destaca a impossibilidade de observar tudo que irá acontecer no campo, e propõe a definição prévia do que se pretende observar. Para o registro das observações, optou-se pela utilização de um diário de campo.

O diário de campo, como um dos instrumentos de pesquisa, possibilita o registro de impressões e sentimentos vivenciados durante o processo de pesquisa. As notas de campo contribuem para a descrição dos acontecimentos que serão presenciados; o registro dos diálogos realizados e a caracterização da localidade.

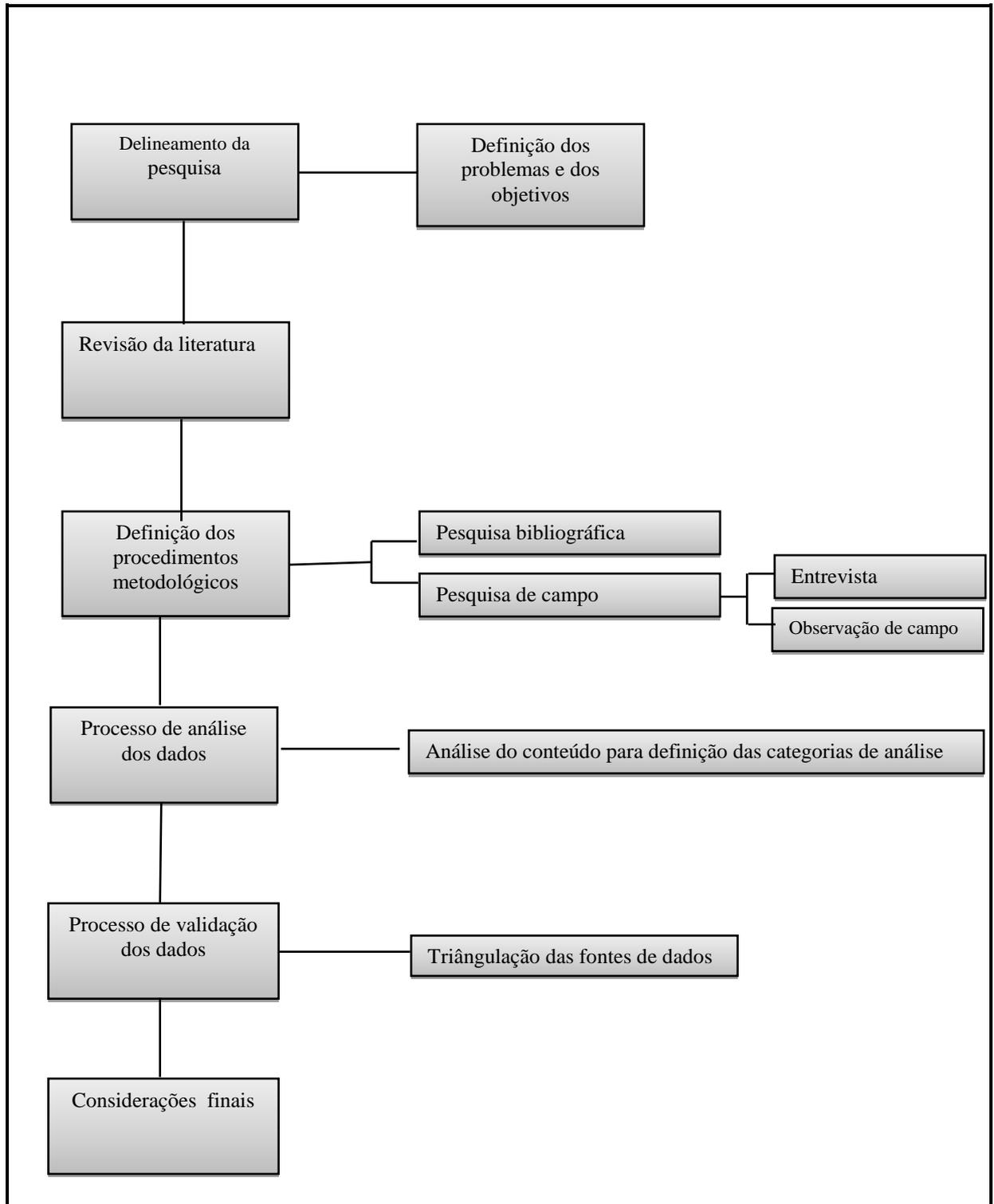
### **3.4 Análise dos dados**

Na coleta de dados é necessário que existam procedimentos de campo explícitos e planejados com a finalidade de compreender o fenômeno estudado (SOUZA, 2013). No que se refere à análise dos dados, Bardin (2010) apregoa que a análise de conteúdo pode ser definida como um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

Porém, antes de aprofundar a discussão sobre a análise dos dados se faz necessária a apresentação dos processos e instrumentos de coleta de dados que guiaram esta dissertação.

A Figura 07 representa o desenho metodológico desta pesquisa, cujo objetivo é facilitar a compreensão dos processos existentes nas etapas de coleta e análise de dados, por meio de um esquema que descreve os procedimentos e os instrumentos que foram utilizados no desenvolvimento da pesquisa.

Figura 07 (3) – Fluxograma desenho metodológico.



Fonte: Elaborado pela autora

Esta pesquisa utilizou os seguintes instrumentos de coleta: levantamento bibliográfico, roteiro de entrevista estruturado e diário de campo. Para Souza (2012, p.63), “o uso de

diferentes fontes de dados constitui-se em uma triangulação dos dados, permitindo reduzir as deficiências do estudo, focar no assunto estudado e fornecer respaldo às afirmações feitas”.

De acordo com Minayo et al (2009), a análise dos dados corresponde à decomposição dos mesmos e pela busca de relações entre as partes decompostas, no intuito de permitir uma melhor interpretação, compreensão e explicação das respostas que foram apresentadas. Em outras palavras, “a análise dos dados consiste no trabalho, organização, divisão em unidades manipuláveis, síntese, padrões, descoberta de aspectos importantes e a decisão do que vai ser transmitido dos dados que foram coletados” (FALCÃO, 2010, p. 95).

Nesse contexto, a presente pesquisa selecionou a técnica de análise de conteúdo, uma vez que esse método permite objetividade, sistematização e inferências (RICHARDSON, 2008), especificamente, por análise temática realizada a partir dos dados oriundos do conteúdo transcrito das entrevistas (SOUZA, 2012).

Segundo Vergara (2013), tal técnica objetiva a identificação do que está sendo entendido sobre determinado tema. Ainda para a autora, a análise do conteúdo pode também apoiar-se em procedimentos estatísticos, interpretativos ou ambos. Diante do exposto, esta pesquisa utilizou-se dos procedimentos interpretativos.

Para Godoy (1995), qualquer comunicação que vincule um conjunto de significações de um emissor para um receptor pode, inicialmente, ser traduzida pelas técnicas de análise de conteúdo. De acordo com Bardin (2010), cronologicamente, a análise de conteúdo permite ser dividida em 3 fases: pré- análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Sobre o tratamento dos resultados, a autora aprofunda a discussão e traz o conceito de codificação que consiste no “processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades” (BARDIN, 2010, p. 129)

A partir da análise dos dados foi possível codificar os indicadores conforme os parâmetros de análise propostos (insatisfatório, satisfatório, ideal). O Quadro 48 apresenta a

relação dos indicadores a serem investigados, assim como os parâmetros e a legenda de cores estabelecida, buscando demonstrar por meio desta ferramenta a análise dos resultados.

Quadro 48 (3) - Diagrama visual dos indicadores propostos.

Categoria de Análise	Indicador	Parâmetros		
		Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
Saúde	Esperança de vida ao nascer			
	Mortalidade infantil			
	Prevalência da desnutrição total			
	Imunização contra doenças infecciosas infantis			
	Oferta aos serviços básicos de saúde			
	Campanhas preventivas			
Educação	Escolarização			
	Alfabetização			
	Escolaridade			
	Bibliotecas			
	Ginásio de esportes			
	Instituições de Ensino Superior (IES)			
	Museus, teatros, cinemas e centros culturais			
Trabalho	Empregados no turismo			
	Empregados no turismo de origem e procedência local			
	Cumprimento da legislação trabalhista			
	Acidentes de trabalho			
	Empregados menores de 18 anos de idade			
	Taxa de desemprego na baixa temporada			
	Empregados com qualificação profissional			
	Programas de qualificação profissional			
Coesão Social	Redes comunitárias			
	Redução de conflitos			
	Promoção da solidariedade			
	Cooperação para atingir um objetivo comum			
Protagonismo	Organização interna			
	Articulação externa			
	Acordos comunitários			

	Participação no processo decisório			
Valorização da cultura local	Interação do artesanato local			
	Valorização dos pratos típicos			
	Bens patrimoniais			
	Eventos e festividades tradicionais			
	Conhecimento da população sobre sua cultura local			
	Fomento à cultura			
	Participação cultural			
	Compartilhamento do espaço			
	Mudanças de hábitos			

Fonte: Elaborado pela autora.

## 4 Discussão dos resultados

---

Nesta etapa discutem-se os principais resultados encontrados após a análise dos dados coletados. Este capítulo foi subdividido em seis seções: educação, saúde, trabalho, coesão social, protagonismo, valorização da cultura local - as quais correspondem às categorias de análise investigadas.

Os resultados foram obtidos a partir de entrevistas semiestruturadas, nas quais os dados estão categorizados de acordo com os parâmetros de análise desenvolvidos nesta pesquisa.

De forma conceitual os ganhos sociais demonstram que as comunidades responsáveis por desenvolver o TBC, preocupam-se com as condições de saúde, educação e trabalho da região e são capazes de se articularem em prol da valorização do seu modo de vida. Em outras palavras, essas comunidades trabalham, conscientemente ou não, para minimizar os impactos negativos decorrentes do turismo convencional.

O presente trabalho assume a existência de ganhos sociais quando o indicador investigado for classificado como satisfatório ou ideal. De forma conceitual

Por fim, recorre-se aos quadros visuais e gráficos a fim de se evidenciar de maneira mais clara e elucidativa, os ganhos sociais para a comunidade da PCV na perspectiva da sustentabilidade parcial.

### 4.1 Ganhos sociais - Saúde

No intuito de mensurar a sustentabilidade parcial na PCV, investigou-se a categoria de análise saúde, por meio dos indicadores sociais citados no Quadro 02.

Durante o período de coleta de dados, constatou-se que a população da PCV dispõe de um Posto de Saúde da Família (PSF), conforme as Figuras 08, 09 e 10, e uma ambulância, Figura 11, a qual é proveniente de uma doação privada, porém custeada por recursos da prefeitura da cidade de Beberibe – CE.

Figura 08 (4) – Fachada do PSF da PCV.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 09 (4) – Entrada do PSF da PCV .



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 10 (4) - Recepção do PSF (a).



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 11 (4) – Ambulância doada a comunidade.



Fonte: Dados da pesquisa.

Para estudo desta categoria de análise foram entrevistados 2 (dois) profissionais da área de saúde que trabalham no posto local.

Inicialmente, será analisado o indicador esperança de vida ao nascer. De acordo com o entrevistado 2, a esperança de vida ao nascer varia entre 60 e 75 anos de idade. “Eles vive [pausa] 60, 70, 75, é essa faixa aí.” (ENTREVISTADO 2). Logo, o referido indicador é classificado como satisfatório. É válido salientar que a comunidade local não dispõe de dados históricos que possibilitem uma análise mais apurada sobre este indicador.

O entrevistado 2 relata que está aumentando o quantitativo de idosos na comunidade e estes estão vivendo mais. Inclusive, alguns dos principais problemas de saúde que os idosos da localidade enfrentam estão diretamente relacionados às atividades inerentes à profissão de pescador.

[sobre a faixa etária dos idosos] de 80, 90. [pausa] mas têm idosos, teve um senhor que faleceu com 93 ano e assim, o pescador que é mais sofrido, né? Porque tem problema de visão, questão do sol, coluna, mas mesmo assim, [...] (ENTREVISTADO 2)

Em sequência, apresenta-se a análise do indicador mortalidade infantil. Para o sistema de classificação de taxas de mortalidade infantil utilizado pela OMS, considera-se o número de nascimentos e mortes acontecidos no período de um ano.

De acordo com o entrevistado 2, nos últimos anos não houve casos de mortalidade infantil na comunidade. “Nos últimos 7, 8 ano a gente não tem óbito aqui de criança” (ENTREVISTADO 2). Essa informação também é reforçada pelo entrevistado 1 “[...] assim, graças a Deus muito tempo que não acontece, que antes vinha acontecendo. Isso quando num tinha equipe do PSF, né? Não tinha agente de saúde, aí acontecia [...]”.

Para os entrevistados, essa melhoria é decorrente da implantação de PSF na região, ocorrida no ano de 1994, e da realização do programa de assistência médica às gestantes, o pré-natal. Logo, o indicador mortalidade infantil pode ser categorizado como ideal.

Referente ao indicador prevalência da desnutrição total, constata-se uma diminuição da incidência de casos devido ao trabalho desenvolvido pela equipe do PSF. No entanto, ainda persistem casos pontuais e desnutrição infantil total. O depoimento seguinte conforma:

Aqui, graças a Deus que a gente superou bastante também. Tudo isso a gente agradece à questão também do aleitamento materno, do cuidado com a gestação, porque aí a criança... e aí a orientação, que a gente tá sempre orientando [...] Aí a gente ainda tem desnutrição? Tem. Eu tenho 9 criança menor de 2 ano na minha área e eu tenho 1 criança desnutrida. Então, pra mim é uma glória, porque a gente, há 8, 10 anos atrás, era 8 desnutrida e 2 normal. Hoje eu tenho criança abaixo de 2 anos e 1 só é desnutrido. Então a gente superou bastante essa! [referente à prevalência da desnutrição] ( ENTREVISTADO 2)

Após a realização dos cálculos percentuais, considerando a existência de 20 crianças com menos de anos de idade na localidade, constata-se que 4% da amostra possui prevalência da desnutrição total, sendo esse indicador enquadrado no parâmetro satisfatório.

De acordo com o entrevistado 2, a causa responsável pelo ocorrência desse caso de destruição corresponde à ausência de planejamento familiar, pois a mãe não seguiu as orientações médicas sobre o período de tempo que deve ser reservado entre uma gestação e outra.

Quanto ao indicador imunização contra doenças infantis infecciosas, verifica-se uma ampla cobertura vacinal para as crianças da localidade. “Vacina não falta. Sempre tem!” (ENTREVISTADO 1).

[...] existe um caderno de vacinas obrigatórias nos primeiros meses de vida, que já é ao nascer, com 2 meses, com 3 meses, com 4 meses, com 5 meses, com 6, aí para. Aí, com 1 ano, 1 ano e 3 meses. Aí essa criança vai ser revacinada aos 4 anos, certo? [...] Eles [as crianças] tão sendo imunizado a partir do momento que eles nascem [...] (ENTREVISTADO 2)

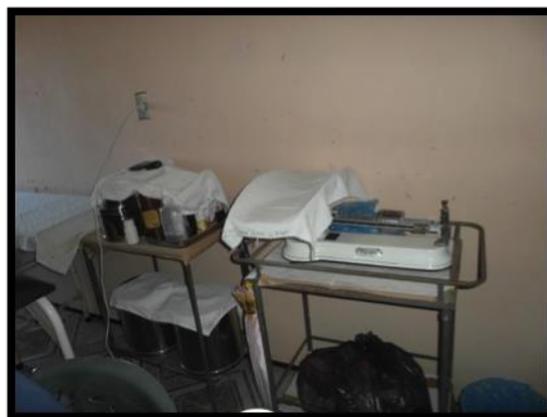
As Figuras 12 e 13 apresentam a sala de consultas e o material utilizado para a vacinação respectivamente.

Figura 12 (4) - Sala de consultas no PSF (a).



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 13 (4) – Material utilizado para vacinação.



Fonte: Dados da pesquisa.

Por outro lado, o indicador oferta dos serviços básicos de saúde representa o principal ponto crítico na análise dos ganhos sociais relacionados à saúde, visto que a população local não dispõe de infraestrutura adequada e um quantitativo de profissionais, na área de saúde, suficiente para atender a demanda local. Destaca-se também que o horário para a realização de consultas é bastante restrito.

Referente à infraestrutura, é relatado pelo entrevistado 1: “A gente não tem posto de saúde. Isso aqui é uma casa alugada [...] A gente tinha um posto, mas aí a duna cobriu, que era pela prefeitura e aí até agora”,

O entrevistado 2 alerta sobre as precárias condições onde os pacientes são atendidos: “Então, as portas são abertas, o médico não tem como examinar um paciente, se fechar a porta ninguém aguenta, no escuro e no calor”. Os relatos podem ser visualizado nas Figuras 14 -17.

Figura 14 (4) - Recepção do PSF (b).



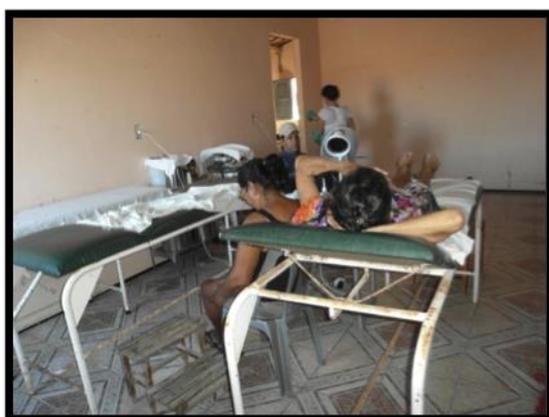
Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 15 (4) – Enfermaria e ambulatório do PSF (a).



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 16 (4) – Enfermaria e ambulatório do PSF (b).



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 17 (4) – Sala de consultas do PSF (b).



Fonte: Dados da pesquisa.

Sendo assim, o referido indicador foi classificado como insatisfatório.

Por outro lado, os entrevistados demonstram um sentimento de conquista no que diz respeito à equipe médica que trabalha na comunidade:

[...] a gente tá querendo sempre mais, né? Mas, temos um médico, uma enfermeira, uma auxiliar de enfermagem que veio na equipe, uma moça na farmácia que vem distribuir a medicação. [...] Então, nós temos uma equipe. Agora a gente tem uma equipe (ENTREVISTADO 2).

Porém, o PSF da comunidade da PCV realiza atendimentos apenas um dia na semana, todavia o horário não é suficiente para a demanda existente. Durante a semana, o único profissional responsável pelo expediente no posto de saúde é um técnico em enfermagem. A situação se agrava nos finais de semana, pois o posto de saúde permanece fechado.

[a comunidade local] se queixa, porque antes a gente tinha ... era dois atendimento na semana e foi tirado um [...] e a população reclama muito porque acha pouco e, assim, a comunidade tá crescendo, aí então eles reclamam que a gente merecia ter... pelo menos continuar os dois atendimento. (ENTREVISTADO 1).

Por último, analisa-se o indicador realização de campanhas preventivas, sendo possível averiguar a realização de campanhas, como: câncer de colo de útero, câncer de próstata, AIDS e demais DSTs, higiene bucal, dengue, hanseníase, o que pode ser constatado nas Figuras 18 e 19. Também foi verificado que as campanhas preventivas ocorrem em diversos pontos na comunidade, como no posto de saúde, escola e no centro comunitário.

A gente agora tá trabalhando com a prevenção de câncer de próstata, o que ainda é um tabu, o homem não aceita a questão do exame de próstata. A gente chama 15 pescador, vem 2, 3. Aí a gente faz essas campanhas preventivas sobre a dengue, a gente trabalha contra a dengue. Agora, contra tuberculose, que a gente tá com um caso na comunidade; hanseníase, que a gente também tá com um caso na comunidade. (ENTREVISTADO 2)

Figura 18 (4) – Cartazes expostos no PSF (a).      Figura 19 (4) – Cartazes expostos no PSF (b).



Fonte: Dados da pesquisa.



Fonte: Dados da pesquisa.

Após a análise dos indicadores investigados neste trabalho, percebe-se a existência de ganhos sociais em todos eles, com exceção do indicador oferta aos serviços básicos de saúde. A fim de possibilitar um entendimento mais claro, o Quadro 49 reúne e classifica os referidos indicadores.

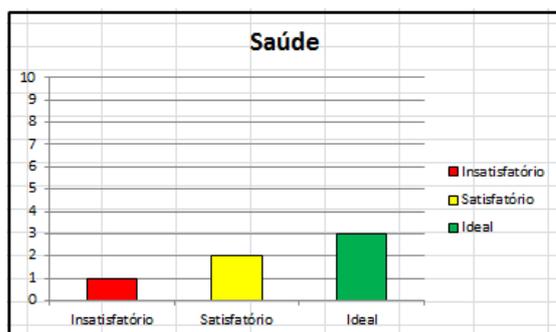
Quadro 49 (4) – Análise da categoria saúde.

Categoria de Análise	Indicador	Parâmetros		
		Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
Saúde	Esperança de vida ao nascer			
	Mortalidade infantil			
	Prevalência da desnutrição total			
	Imunização contra doenças infecciosas infantis			
	Oferta aos serviços básicos de saúde			
	Campanhas preventivas			

Fonte: Elaborado pela autora

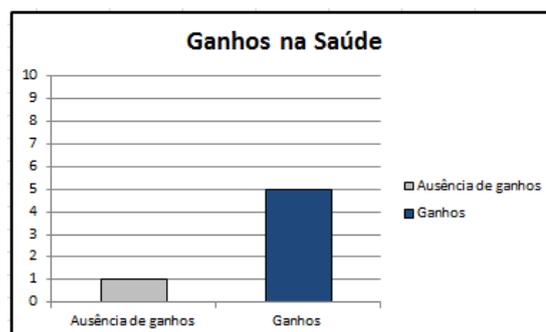
Essa informação pode ser visualizada também por meio dos Gráficos 01 e 02.

Gráfico 01 (4) – Indicadores estudados na categoria de análise saúde.



Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 02 (4) – Ganhos sociais da categoria de análise saúde.



Fonte: Elaborado pela autora.

Ao longo das entrevistas é constatado um trabalho participativo dos profissionais da saúde com os demais membros da comunidade e até mesmo com agentes externos que apoiam a saúde da PCV.

Em paralelo - no que diz respeito aos indicadores mortalidade infantil, prevalência da desnutrição total, imunização contra doenças infantis - constata-se uma evolução nos últimos anos, o que denota melhores condições de saúde para a comunidade local, no mesmo período, observa-se uma intensificação do TBC na localidade

## 4.2 Ganhos sociais - Educação

Situada na PCV, a Escola Municipal Bom Jesus dos Navegantes, fundada em 1980, atende tanto a comunidade local como também a alguns vilarejos circunvizinhos. Na escola são realizados projetos interdisciplinares, objetivando trabalhar os conteúdos curriculares através da construção coletiva de conhecimentos e do estudo, pesquisa e discussão de temas relevantes à comunidade. A pedagogia adotada pela escola Escola Municipal Bom Jesus dos Navegantes, Figura 20, respalda-se no contexto social, cultural e econômico da população da PCV.

Figura 20 (4) – Escola Municipal Bom Jesus dos Navegantes.



Fonte: Dados da pesquisa.

Para estudo da categoria de análise Educação foram consultados profissionais de educação que trabalham na escola citada. Primeiramente, foi analisado o indicador

escolarização. De acordo com os entrevistados, as atuais condições de acesso à educação, na PCV, contribuem para a permanência dos alunos na escola. Sobre a educação infantil, os entrevistados 3 e 4 asseguram que 100% das crianças que estão em fase de estudar frequentam a escola. “Todas as crianças que tão na faixa etária de estudar estão dentro da sala de aula” (ENTREVISTADO 4).

No entanto, no ensino médio, o percentual é um pouco mais baixo, pois, em determinados casos, o controle dos pais sobre os filhos diminui quando eles atingem a adolescência. Mesmo assim, para o entrevistado 3, mais de 90% dos jovens da localidade frequentam a escola. As Figuras 21 e 22 apresentam o cotidiano infantil da escola, e as Figuras 23 e 24 representam as salas de aula do Ensino Médio.

[...] na educação infantil é 100%, porque logo quando elas completam 3 anos, elas vêm logo pra educação infantil, que é o maternal [...] Casais que têm problemas dentro de casa, seja com o álcool ou com as drogas e aí não têm mais aquele domínio sobre o filho. Então, há um percentual aí que eu posso dizer, no entorno de 5% ou menos, de alunados, aí no caso referente aos jovens, adolescentes que não frequentam a escola [...] (ENTREVISTADO 3)

Figura 21 (4) – Alunos da Educação Infantil  
(a).



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 22 (4) – Alunos da Educação Infantil  
(b).



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 23 (4) – Alunos do Ensino Médio (a). Figura 24 (4)– Alunos do Ensino Médio (b).



Fonte: Dados da pesquisa.



Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto ao indicador alfabetização, os entrevistados 3 e 4 afirmam que grande parte da população adulta da comunidade é analfabeta. Para o entrevistado 3, “pra população adulta, acho que uns 50% se considera analfabetos, não sabe ler e escrever seu nome”. De acordo com o entrevistado 4, as dificuldades e o cansaço inerentes à profissão de pescador corresponde a uma das principais razões que justificam o alto índice de analfabetismo neste grupo. Portanto, este foi classificado como insatisfatório.

Éh [pausa] assim, a população já é mais difícil a gente ver isso [alfabetização], porque a gente já tentou vários projetos, mas eles começam e desistem. Até pelo cansaço do dia a dia, vida de pescador, vai pro mar todo dia, voltar, chegar e ir pra escola, então fica difícil. A gente já teve vários projetos e isso ajudou muito pra que esse percentual diminuísse, porque muitos deles já conseguiram pelo menos escrever o nome, que não conseguia... (ENTREVISTADO 4).

Porém, quando se analisa os jovens entre 14 e 18 anos, esse percentual diminui consideravelmente, pois o entrevistado 3 estima que apenas 5% dos jovens nessa faixa etária sejam analfabetos.

Referente ao indicador escolaridade, os entrevistados 3 e 4 afirmam que aproximadamente 80% dos jovens concluem o Ensino Médio. Esse fato pode ser constatado na fala do entrevistado 4: “acho que quase uns 80% consegue terminar o ensino médio”. Nesse sentido, para o entrevistado 3, a atual política estadual de educação favorece o alto percentual de escolaridade dos jovens da PCV.

[...] porque hoje no município tem umas normativas que você não pode mais reprovar o aluno. Então, se você reprova ele, mas você tem que fazer um relatório, relatando as dificuldade dele, porque ele passou, mas com aquelas dificuldades, que é pro professor trabalhar aquelas dificuldades dele. Então, é pouco o número de alunos reprovados de uma turma pra outra (ENTREVISTADO 3).

No intuito de contribuir para a compreensão da categoria de análise educação, na PCV investiga-se o indicador bibliotecas na comunidade. Dessa forma, a única biblioteca existente na comunidade está situada na Escola Municipal Bom Jesus dos Navegantes, funciona o período diurno e está aberta ao público externo, conforme as Figuras 25 - 28.

Porém, de acordo com os entrevistados 3 e 4, a biblioteca possui problemas de infraestrutura, acervo, funcionários, entre outros. As condições do acervo foi um dos fatores mais destacados pelos entrevistados, uma vez que praticamente não existem livros de pesquisa ou leitura na biblioteca. A maior parte é composta por livros didáticos utilizados pelos alunos nos anos anteriores.

Tem, sim, uma biblioteca. Agora, o acervo bibliográfico é muito pobre, porque o acervo bibliográfico que nós tem hoje na escola é mais esse livro paradidático [...] aquele livro não serve mais, porque vem outro, então a gente não pode jogar em outro local, então guarda na biblioteca e a cada ano que passa vai se acumulando (ENTREVISTADO 3)

Figura 25 (4) – Fachada da biblioteca da Escola Bom Jesus dos Navegantes.



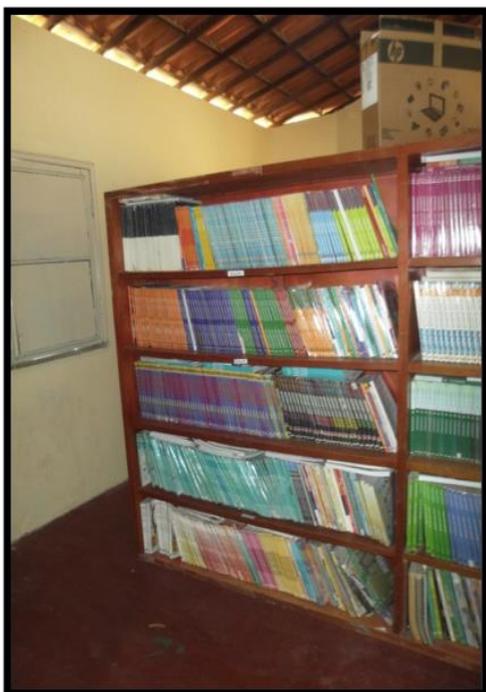
Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 26 (4) – Estantes da biblioteca da Escola Bom Jesus dos Navegantes.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 27 (4) – Acervo da biblioteca da Escola Bom Jesus dos Navegantes.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 28 (4) – Armário da biblioteca da Escola Bom Jesus dos Navegantes.



Fonte: Dados da pesquisa.

É possível constatar no relato do entrevistado 4 a insatisfação com as atuais condições da biblioteca e o desejo que a escola possua um espaço que incite os alunos à leitura e à pesquisa, Figuras 29 e 30. “Nós temos uma que a gente chama de biblioteca na escola, né? [...]. O nosso sonho é ter uma biblioteca grande, onde as crianças vá lá e fique bem, se sintam bem, tenham o prazer de ler. A gente não tem esse espaço” (ENTREVISTADO 4).

Figura 29 (4) – Mesa de estudo na biblioteca da Escola Bom Jesus dos Navegantes (a).



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 30 (4) – Mesa de estudo na biblioteca da Escola Bom Jesus dos Navegantes (b).



Fonte: Dados da pesquisa.

Além das precárias condições do mobiliário e do pobre acervo, a sala da biblioteca também apresenta problemas de iluminação, ventilação, não é equipada com computadores, nem dispõe de um profissional responsável pelo funcionamento do espaço.

Quanto à análise do indicador ginásio de esportes, foi constatado que a comunidade da PCV não dispõe de nenhum espaço para a realização de atividades esportivas. As Figuras 31 - 33 demonstram bem essa realidade. É válido ressaltar que as aulas de educação física e as atividades de recreação realizadas na escola da localidade acontecem ao ar livre.

Figura 31 (4) – Atividade de recreação na Escola Municipal Bom Jesus dos Navegantes (a).



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 32 (4) – Atividade de recreação na Escola Municipal Bom Jesus dos Navegantes (b).



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 33 (4) – Aula de educação física na Escola Municipal Bom Jesus dos Navegantes.



Fonte: Dados da pesquisa.

A fim de contribuir com a análise da categoria educação, o próximo indicador a ser estudado corresponde a museus, teatros, cinemas e centros culturais. Assim sendo, foi relatado pelos entrevistados 3 e 4 que a comunidade não possui museu, teatro ou centro cultural. Logo, este indicador pode ser classificado como insatisfatório.

No entanto, o entrevistado 3 acrescenta que, em virtude de alguma atividade cultural, a população local utiliza o espaço do centro comunitário da PCV, Figura 34.

Figura 34 (4) – Centro Comunitário utilizado para realização de atividades culturais.



Fonte: Dados da pesquisa.

Por último, foi pesquisado o indicador IES e constatou-se que não existem faculdades ou universidades na PCV, ou seja, este indicador foi classificado com insatisfatório.

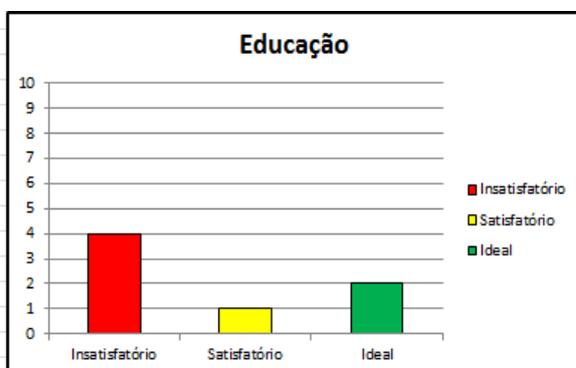
Diante da análise dos indicadores relacionados à categoria educação, constata-se que mais da metade dos indicadores estudados são classificados como insatisfatórios. Essa informação pode ser visualizada no Quadro 50. Logo, apenas os indicadores, escolarização, escolaridade e bibliotecas representam um ganho social, representado pelos Gráficos 03 e 04

Quadro 50 (4) – Análise da categoria educação.

Categoria de Análise	Indicador	Parâmetros		
		Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
Educação	Escolarização			
	Alfabetização			
	Escolaridade			
	Bibliotecas			
	Ginásio de esportes			
	Museus, teatros, cinemas e centros culturais			
	IES			

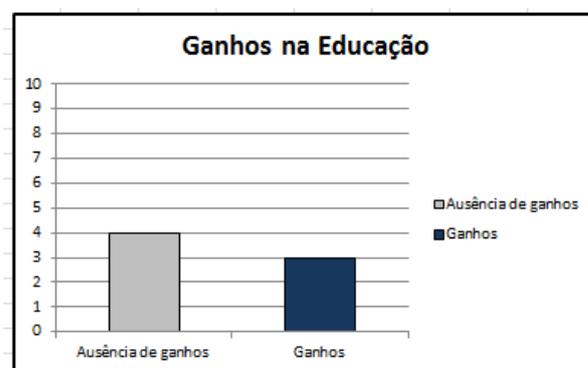
Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 03 (4) – Indicadores estudados na categoria de análise educação.



Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 04 (4) – Ganhos sociais da categoria de análise educação.



Fonte: Elaborado pela autora.

Durante o período de coleta de dados foi possível verificar a insatisfação dos moradores locais, referente às atividades relacionadas ao lazer, uma vez que a comunidade não dispõe de uma praça ou outro ambiente que propicie o lazer e convívio na comunidade.

### 4.3 Ganhos sociais - Trabalho

Conforme mencionado, não foram encontradas publicações na literatura pesquisada que investigassem as prerrogativas trabalhistas no contexto dos empreendimentos comerciais de base comunitária.

Após a coleta de dados, foi possível corroborar com a literatura no que diz respeito às famílias locais serem as principais responsáveis pela gestão e posse dos empreendimentos turísticos de base comunitária, embora possuam pouco conhecimento sobre legislação trabalhista e gestão administrativa e financeira, de uma maneira geral.

Nesta categoria, o primeiro indicador a ser analisado corresponde a empregados no turismo.

Para análise deste indicador foi necessário questionar os entrevistados sobre o percentual de pessoas que trabalham, de maneira direta e indireta, nas atividades relacionadas ao TBC. A população total da PCV corresponde, aproximadamente, a 1.200 pessoas segundo o PSF da região.

Conforme os entrevistados 5 e 6 a atividade turística emprega entre 50 a 60 pessoas, o que corresponde a aproximadamente 5% da população local. Logo, o indicador empregados no turismo é classificado como insatisfatório.

Embora a literatura sobre o TBC aponte que a comunidade local é a principal responsável pela instalação e gestão dos empreendimentos turísticos de base comunitária, esse indicador demonstra, quantitativamente, um baixo percentual de pessoas que trabalham na atividade em questão.

Por outro lado, no que se refere ao indicador empregados no turismo de origem e procedência local, os entrevistados afirmam que 100% dos profissionais que trabalham nas atividades relacionadas ao TBC são nativos da PCV. Sendo assim, este indicador é classificado como ideal. As Figuras 35 - 38 apresentam as principais pousadas da região e as 39 e 40 expõem os bares na beira da praia.

Figura 35 (4) - Pousada da Maezinha.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 36 (4) - Pousada Sol e Mar.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 37 (4) - Pousada Recanto Verde.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 38 (4) - Pousada Refúgio da Paz.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 39 (4) - Barca na praia na PCV.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 40 (4) - Palhoça na praia da PCV.



Fonte: Dados da pesquisa.

Visto que os empreendimentos turísticos de base comunitária, Figuras 38 – 41, existentes na PCV correspondem a estabelecimentos familiares, ao analisar o indicador cumprimento da legislação trabalhista, constata-se uma absoluta informalidade nos postos de trabalho. Para o entrevistado 7, nenhum desses empreendimentos cumpre a legislação trabalhista. Como justificativa, os entrevistados 5 e 6 alegam que isso acontece devido ao baixo faturamento dos estabelecimentos e à baixa oferta de empregos.

Não, porque ainda, assim, o ganho, a renda é muito baixa do que a própria legislação exige, né? Porque diz que, não, pra assinar carteira, eu como sou empreendedor individual, eu tenho que faturar 60 mil por ano, 5 mil por mês. [...] Mas num é isso. Tem mês que num fatura nem 200 reais, que tem a baixa, que pode, [pausa] né? Passa em branco [...] (ENTREVISTADO 5)

Já o entrevistado 8 afirma que possui duas pessoas que o auxiliam nas atividades cotidianas da pousada, porém nenhuma delas trabalha com carteira assinada. Ainda para o entrevistado, uma das pessoas que o ajuda está fazendo estágio, embora não exista na pousada ninguém responsável para acompanhar tal prática.

Eu tenho uma pessoa que me ajuda, é remunerado. Tem outra menina agora no momento que tá fazendo um estágio, tá estagiando.[...] essa menina que tá estagiando, ela consegue receber, acompanhar, mas a outra menina só trabalha na parte de arrumar, né, de zelar os apartamentos, olhar direitinho [...]. (ENTREVISTADO 8)

Dando continuidade, os entrevistados afirmam que nunca houve registros, na PCV, de casos de acidente de trabalho. “No momento, assim, que eu saiba, não. Graças a Deus nunca chegou a acontecer nada” (ENTREVISTADO 7). Logo, o indicador acidentes de trabalho é classificado como ideal.

Do mesmo modo, referente ao indicador, empregados menores de 18 anos de idade, os entrevistados afirmam que nunca souberam de empreendimentos turísticos de base comunitária que empregassem menores.

É válido recordar que esses empreendimentos são negócios familiares, portanto, em alguns casos, os jovens menores de idade ajudam seus pais. Segundo o entrevistado 7, “mas num chega a ser um trabalho diretamente, feito uma coisa à parte, dele com os pais, né? Pra ajudar”. Dessa forma, este indicador é classificado como satisfatório.

Ao analisar o indicador taxa de desemprego na baixa temporada, percebe-se que a sazonalidade não é uma dificuldade para os proprietários de pousada na PCV.

Não, não há problema, porque essa história de alta estação é quando dá mais um pouco de cliente, então, eu não considero um problema, porque até nossos clientes que vêm aqui na Prainha são clientes selecionados, são pessoas que já conhecem a localidade, vêm porque gosta (ENTREVISTADO 8).

Não. A gente num trabalha muito assim, com alta e baixa temporada, não. O cliente da gente é um cliente que vem sempre. Sempre que ele tá podendo num é porque é uma baixa temporada ou alta, né? [...] Ele tá sempre vindo. Num é aquele cliente que espera as férias de julho, espera as férias de janeiro, não. O cliente da gente tá sempre vindo. Isso num interfere no nosso movimento aqui, não (ENTREVISTADO 6).

Mesmo assim, quando se aprofunda a discussão sobre o desemprego ou a diminuição de trabalho, o entrevistado 7 relata: “Às vezes acontece, né, dá uma diminuída que não há tanta necessidade, né, no caso, de ter aquela pessoa como empregado, né?” Nesse contexto, é válido lembrar que nenhum dos empreendimentos turísticos de base comunitária da PCV possuem empregados formais.

Em contrapartida, o entrevistado 6 afirma: “o trabalho é tão pouco, que as mesmas pessoas tá sempre trabalhando, fazendo as mesmas coisas”, visto que esses empreendimentos são familiares e o fluxo de turistas é constante. Portanto, este indicador é classificado como ideal.

Quando os entrevistados foram questionados sobre o indicador empregados com qualificação profissional. O entrevistado 8 afirma: “olha, aqui a gente já fez [pausa] aqui na recebemos o Sebrae pra arrumadeira [...] A que tá trabalhando comigo já fez duas oficinas [...]”.

Do mesmo modo, um dos proprietários de pousada destaca: “eu já fiz curso de garçom, já fiz outro também. Veio uma consultora do Sebrae, um tempo, René trouxe lá pra escola, era curso de garçom e curso de atendimento ao público” (ENTREVISTADO 5).

Algumas têm [pessoas com qualificação profissional], as outras [pausa] nem todas têm [...]. Umás como camareira, outras como garçom, curso de culinária e um pouco de administração, né, como manter o negócio, mas isso há muito tempo, quando o Sebrae veio dar curso aqui no Canto Verde, mas ultimamente a gente num tem tido mais curso de profissionalização (ENTREVISTADO 7).

Conforme podemos visualizar na citação anterior, o entrevistado 7 destaca que ultimamente não está ocorrendo cursos de qualificação profissional na localidade, devido à ausência de comprometimento dos empreendedores locais e da iniciativa pública.

Esse foi no tempo, como eu tava te falando, bem no início, quando a gente iniciou o turismo comunitário, teve [cursos de qualificação profissional] [...] Não existe isso aqui. Existe uma [pausa] uma falha, né? Tanto por parte do proprietário de pousada como governo, né, municipal, estadual (ENTREVISTADO 7).

Mais adiante, ainda o entrevistado 7 afirma que já foram ofertados cursos de qualificação profissional na cidade de Beberibe; no entanto, devido aos custos com deslocamento, a população local não participou.

É, a gente teve oferta pra ir lá pra Beberibe, só que os cursos saíam muito caro pra nós aqui, que no caso, as pessoas que fosse lá não era viável pelo que elas ganhava, porque num tem um valor x, né, porque ainda num é um turismo que tá [...] forte, então as pessoas, o que ganham não é suficiente pra fazer um curso fora do Canto Verde ainda, a não ser que alguém ajude, né?

Diante do exposto, o indicador programas de qualificação profissional é classificado como insatisfatório.

Em linhas gerais, referente à categoria de análise trabalho, foi possível constatar que as atividades desenvolvidas pelos empreendimentos turísticos de base comunitária são realizadas pelos integrantes das famílias responsáveis pelo empreendimento sendo esse um dos principais motivos pelo baixo quantitativo de empregados diretos e indiretos. Além disso, embora o fluxo de turistas na PCV seja constante, não é intenso, assim como nos destinos turísticos de massa.

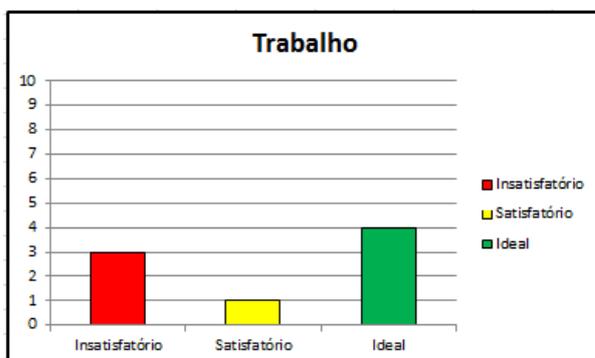
O Quadro 51 relaciona os indicadores investigados na categoria de análise trabalho, nele é possível visualizar a inexistência de ganhos nos indicadores: empregados no turismo, cumprimento da legislação trabalhista e programas de qualificação profissional. Os demais indicadores representam ganhos sociais para a comunidade da PCV, os quais podem ser evidenciado pelos Gráficos 05 e 06.

Quadro 51 (4) – Análise da categoria trabalho.

Categoria de Análise	Indicador	Parâmetros		
		Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
Trabalho	Empregados no turismo	Insatisfatório		
	Empregados no turismo de origem e procedência local			Ideal
	Cumprimento da legislação trabalhista	Insatisfatório		
	Acidentes de trabalho			Ideal
	Empregados menores de 18 anos de idade		Satisfatório	
	Taxa de desemprego na baixa temporada			Ideal
	Empregados com qualificação profissional			Ideal
	Programas de qualificação profissional	Insatisfatório		

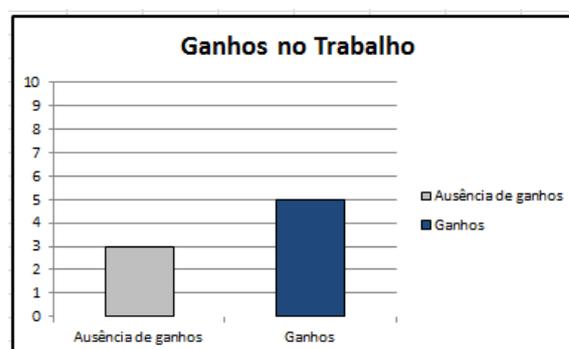
Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 05 (4) – Indicadores estudados na categoria de análise trabalho.



Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 06 (4) – Ganhos sociais da categoria de análise trabalho.



Fonte: Elaborado pela autora.

## 4.4 Ganhos sociais – Coesão Social

O ano de 1993 marca as primeiras experiências de turismo comunitário vivenciadas na PCV. Nessa época, os turistas se hospedavam na casa dos pescadores e, desde então, começou a ser discutido qual modelo de desenvolvimento turístico seria adotado.

A região fica próxima a destinos turísticos de massa, porém, o impacto negativo dessa atividade sempre preocupou os moradores da PCV.

A comunidade está situada em uma área de faixa litorânea de elevado valor econômico e entre alguns dos principais destinos turísticos do litoral cearense: Porto das Dunas (Aquiraz), onde se localiza o Parque Aquático do Beach Park, Praia das Fontes, Morro Branco (Beberibe) e Canoa Quebrada (Aracati). (FABRINO, 2013, p.82)

Nesse contexto, a luta pela posse da terra, a busca por um modelo de desenvolvimento turístico que favorecesse os moradores locais e o combate contra a pesca predatória são algumas das características fortemente presentes na história da PCV. Portanto, em 05 de junho de 2009, a localidade passa a ser um Reserva Extrativista (Resex), Lei Federal 9985/00, tornando-se uma área da administração pública federal sujeita às restrições de uso, conforme o Anexo I.

Embora a criação da Resex possa ser interpretada como uma conquista para a comunidade, que sempre se preocupou com os impactos negativos do turismo de massa e possui uma trajetória de luta pela posse das terras da região.

Desse modo, Fabrino (2013) destaca que na mesma localidade, um empresário de Fortaleza é proprietário, há mais 20 anos, de uma casa de veraneio, Figura 41 , avaliada em R\$ 4.000.000, 00 (quatro milhões de reais), com 315 (trezentos e quinze) hectares, o correspondente a mais de 50% (cinquenta por cento) do território demarcado pela Resex.

Figura 41 (4) – Casa de veraneio de um empresário de Fortaleza.



Fonte: Dados da pesquisa.

Logo, sentindo-se prejudicado, o referido empresário lidera um movimento de resistência contra a criação e limites da Resex da PCV e solicitou na justiça o pedindo de anulação da Resex, aumentando os conflitos na localidade. Essas informações podem ser confirmadas no trecho da entrevista a seguir:

Com a criação da reserva extrativista, então saiu esse conflito por interesses externos. Antes não tinha essa divisão. Então, ele [o empresário de Fortaleza] conseguiu pegar um grupo, encheu a cabeça deles que a reserva seria ilegal, que já foi negado pela justiça, que a reserva é totalmente legal. Ele tentou dizer pra eles que era só pra ser do mar e não em terra, que é um contra senso. Se a comunidade lutou 30 anos para ganhar o direito à terra, por que ela hoje iria querer só a reserva extrativista do mar? (ENTREVISTADO 9).

Fabrino (2013, p.84) confirma a atual existência de conflitos:

A influência do empresário desencadeou um conflito interno na comunidade, resultando na formação de dois grupos:  
De um lado, a Associação de Moradores da PCV [Figura 42], criada em 1989 e com aproximadamente 220 associados, que apoia a criação da Resex continental e

marinha, entendendo que a Resex Terrestre é uma forma de garantir o direito da terra para os nativos [...]

De outro, a Associação Independente dos Moradores da PCV – AIMPCV [Figura 43] criada em 2010. Formada por moradores contrários à criação da Reserva continental, a AIMPCV não aceita a implantação da Resex Terrestre.

As Figuras 42 e 43 apresentam as sedes as duas associações comunitárias existentes na localidade.

Figura 42 (4)- Associação Independente dos Moradores da PCV e Adjacências.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 43 (4) - Associação dos Moradores da PCV.



Fonte: Dados da pesquisa.

Essa divergência de opiniões tem impactado diretamente a harmonia e a boa convivência dos moradores da PCV, características que até então faziam parte da história da região. Mais adiante, o entrevistado 9 relata uma manifestação contra a Reserva Extrativista que ocorreu durante uma reunião do Conselho Deliberativo da PCV realizada na comunidade em outubro de 2013:

[...] faz um mês, teve uma assembleia que foi convocada pelos Instituto Chico Mendes e aí foi convidado o procurador da república federal, o delegado da polícia federal, dos crimes ambientais, o comandante da Marinha e o comandante da polícia militar, o batalhão ecológico. Então, era pra explicar aos moradores como estava este conflito na justiça e qual era a real situação hoje da Prainha. [...] Aí chegaram um grupo de 20, com faixas, com camisas, todo organizado, acompanhado pelo advogado da associação independente [...] eles tava lá atrás pra fazer baderna, para tumultuar a assembleia.

E aí, só como as mulheres do Instituto Chico Mendes tinha pedido essa cobertura para controlar a situação, que a gente já tinha sido agredido verbalmente na

comunidade por esse grupo. [...] Então, várias vezes o delegado teve que intervir para calar a boca desse povo. Aí eles mostraram exatamente o intuito que era, era tumultuar e isso é a pedido do [empresário cearense]. (ENTREVISTADO 9)

As Figuras 44 – 48. representam uma manifestação por parte dos membros da Associação Independente dos Moradores da PCV e Adjacências

Figura 44 (4) – Manifestação dos moradores contra a criação da Resex (a)



Fonte: Site [www.prainhadocantoverde.com](http://www.prainhadocantoverde.com)

Figura 45 – Manifestação dos moradores contra a criação da Resex (b)



Fonte: Site [www.prainhadocantoverde.com](http://www.prainhadocantoverde.com)

Figura 46 (4) – Manifestação dos moradores contra a criação da Resex (c)



Fonte: Site [www.prainhadocantoverde.com](http://www.prainhadocantoverde.com)

Figura 47 (4) – Manifestação dos moradores contra a criação da Resex (d)



Fonte: Site [www.prainhadocantoverde.com](http://www.prainhadocantoverde.com)

Figura 48 (4) – Moradores sentados sobre a Jangada S.O.S Sobrevivência durante a manifestação contra a criação da Resex

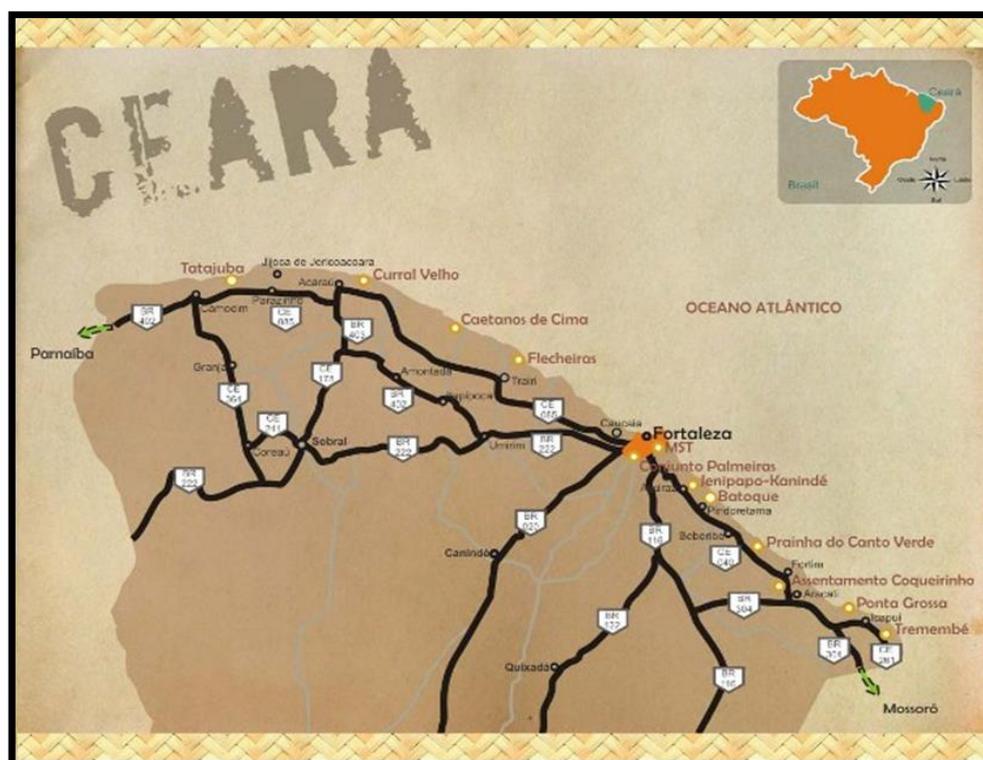


Fonte: Site [www.prainhadocantoverde.com](http://www.prainhadocantoverde.com)

Justifica-se a breve contextualização sobre o atual conflito existente na PCV, visto que agora será investigada a categoria de análise, Coesão Social e na sequência Protagonismo e acredita-se que esta disputa pode influenciar os resultados de ambas.

Nesta categoria, Coesão Social, o primeiro indicador a ser investigado corresponde às redes comunitárias. De acordo com o entrevistado 9, a Rede de Turismo Comunitário (Rede Tucum), originou-se a partir das experiências de turismo comunitário, originadas na PCV. Hoje são, aproximadamente, 12 comunidades: Tatajuba, Curral Velho, Caetanos de Cima, Flecheira, Tapeba, Conjunto Palmeiras, Jenipapo de Kanidé, Batoque, Assentamento Coqueirinho, PCV, Ponta e Tremembé, integram a Rede Tucum, Figura 49.

Figura 49 (4) - Comunidades que integram a Rede Tucum.



Fonte: Site [www.tucum.org](http://www.tucum.org).

O entrevistado 9 ressalta também a atuação da Rede de Turismo Comunitário Solidário no Brasil (Rede Turisol), Figuras 50 e 51, liderada pelo MTur, iniciada em 2008 e composta por comunidades de vários estados no Brasil. No entanto, esta foi desfeita, pois deixou de receber o apoio do governo. Logo, a Rede Tucum, atualmente, é a única rede comunitária presente na PCV.

Figura 50 (4) – Outdoor da Rede Tucum na PCV



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 51 (4) - Logomarca da Rede Tucum em uma pousada na PCV.



Fonte: Dados da pesquisa.

Porém, quando o entrevistado 10 foi questionado sobre a existência de redes comunitárias na localidade, ele afirma: “existe uma rede aí, uma Rede Tucum, mas essa rede Tucum não fez nada aqui. Se fez, foi pra alguma pessoa que eu não conheço. Mas eu trabalhei no turismo mais de 20 anos e pra mim ela num fez benefício nenhum”.

Nesse contexto, durante a coleta de dados constatou-se que apenas alguns empreendimentos turísticos de base comunitária estão vinculados à Rede Tucum e vários membros da comunidade desconhecem as ações desta rede. Não distante, o indicador redes comunitárias de turismo foi classificado como satisfatório.

Referente ao indicador redução de conflitos, o entrevistado 10 alega que o turismo comunitário atualmente vivenciado na PCV é incapaz de reduzir os conflitos, pelo contrário; talvez esse turismo esteja propiciando focos de disputa na localidade.

Hoje, eu acredito que mais, não. [...] o marco maior [para início dos conflitos] foi quando entrou dinheiro internacional dentro da comunidade, benefício não governamental, que não tinha prestação de contas, que não sabia de onde vinha, quem tava doando esse dinheiro e beneficiando a um grupo gestor. Então gerenciava o benefício pra aquele grupo. Então, naquele grupo tinha o turismo comunitário, tinha o turismo ecológico, tinha tudo. Existe uma propaganda [...]

De acordo com o entrevistado 9 afirma que os problemas originados a partir das influências do empresário cearense, que pede a anulação da Resex, sobre parte da população

local corresponde ao principal motivo que originou os conflitos na comunidade. “Bom, não tinha conflito na comunidade. Só tinha conflito quando ele foi criado pelos interesses externos. Agora, onde tem o conflito, não sei realmente onde é que o turismo vai resolver um conflito” (ENTREVISTADO 9). Logo, este indicador é classificado como insatisfatório.

Na sequência, o próximo indicador a ser analisado corresponde à promoção da solidariedade. De acordo com o entrevistado 9:

Então, por exemplo, os meninos fazem uma festa de natal, aí eles fazem o pedido pra o centro comunitário de ajudar, dar uma contribuição, escola precisa de alguma coisa, etc. [...] Por exemplo, o pescador que tá doente, aí a mulher vai na jangada, quando a jangada chega e na divisão do pescado, ela sempre vai... talvez a primeira que vai receber o peixe. [...] Então pessoas com necessidades, eles nunca vão aqui ficar sem. Mas não é institucionalizado, é uma coisa que sempre existia. [...] Agora, sim, já teve o grupo da saúde, as agentes de saúde, se tem uma pessoa necessitada, então eles vão fazer isso. Existe nesses casos aí.

O entrevistado 10 corrobora com o entrevistado 9 e complementa: “Então, assim, quando acontece pessoas doentes aqui, a gente convida vários pescadores pra formar um grupo [pra ajudar]”. Diante do exposto, é possível perceber que a comunidade desenvolve várias ações de solidariedade e este indicador foi classificado como ideal.

O último indicador a ser investigado, nesta categoria, corresponde à cooperação para alcance dos objetivos comuns. De acordo com o entrevistado 10, inicialmente a proposta de turismo comunitário existente na PCV prezava pela inclusão da comunidade nas ações relacionadas ao TBC. No entanto, com o passar dos anos, as famílias que não tinham condições de participar do TBC ficaram excluídas da atividade. Ainda para o entrevistado 10, atualmente os empreendimentos turísticos de base comunitária trabalham de forma individual.

Eu acredito que o turismo comunitário era uma proposta que tinha de que era um turismo anexado à família. Então é um trabalho familiar, de que a família poderia ter um apartamento, um quarto, e aí desse quarto hospedar os visitantes e até foi tentado isso, mas é por isso que eu digo que num existe um conjunto de responsabilidade de interesse geral, mas sim aquela questão de interesse individual [...] (ENTREVISTADO 10).

Mais adiante, ele ressalta que apenas algumas famílias eram beneficiadas por projetos sociais.

Teve um projeto, que era um projeto exatamente projeto comunitário, que o projeto era lançado pra isso, voltado pra família, mas nunca foi. Esse projeto nunca foi beneficiado às famílias, Foi beneficiado a algumas famílias e após isso [...] (ENTREVISTADO 10).

Antes todo mundo focava o mesmo assunto, o mesmo benefício. Na época que eu trabalhava no turismo da comunidade, quando se... Não tinha uma barraca nem um ponto de comércio [...] Então o que houve era que era beneficiado as pessoas que tinha empreendimento, mas aquelas pessoas que não tinha empreendimento, era como se elas não tivessem ali perante aquela assembleia. Então, a assembleia era voltada pra quem já tinha empreendimento. (ENTREVISTADO 10)

Já o entrevistado 9 destaca as diferentes condições econômicas existentes na PCV.

Tem gente que é mais sucedido e tem gente que é menos sucedido na questão econômica, por exemplo, porque sempre vai ter pessoas que trabalha mais, né? Tem pescadores que vão todo dia, se não chove, pro mar e tem outros que vão um dia sim, outro não. Então obviamente que a renda não é dividida. Não é todo mundo que trabalha e quem batalha mais ganha mais e quem se forma mais, que faz curso, etc., todos esses vão ter o resultado e que não faz então não vai ter.

Embora existam duas associações de moradores na comunidade, estas representam objetivos contrários, ao invés de cooperarem para os mesmos objetivos. Diante do exposto, este indicador será classificado como insatisfatório.

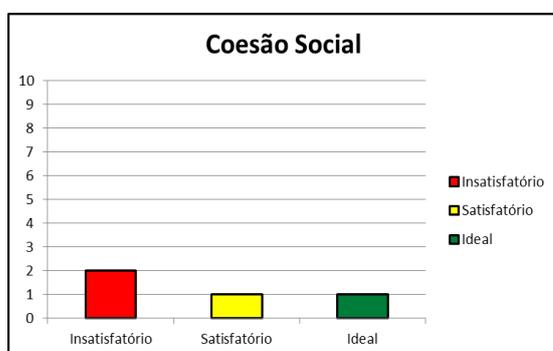
Após a análise dos indicadores utilizados, constatou-se a existência de alguns conflitos, podendo estes serem originados devido a criação da Resex, talvez devido à influência do empresário proprietário uma residência na localidade. Por outro lado, também foi possível perceber a existência de disputa entre aqueles que participam das atividades relacionadas ao TBC, como projetos sociais e redes comunitárias. E as pessoas que não fazem parte destas, por consequência, não são beneficiadas pelas ações desenvolvidas. Porém, a comunidade possui um forte sentimento de solidariedade, visto que sempre desenvolve ações em favor dos necessitados. O Quadro 52 relaciona os indicadores estudados nesta categoria com suas respectivas classificações assim como o Gráfico 07 e 08.

Quadro 52 (4) – Análise da categoria coesão social.

Categoria de Análise	Indicador	Parâmetros		
		Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
Coesão Social	Redes comunitárias			
	Redução de conflitos			
	Promoção da solidariedade			
	Cooperação para atingir um objetivo comum			

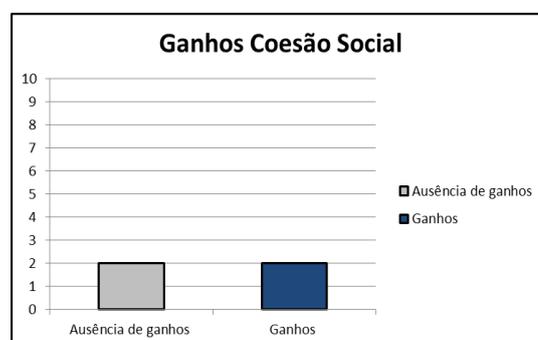
Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 07 (4) – Indicadores estudados na categoria de análise coesão social.



Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 08 (4) – Ganhos sociais da categoria de análise coesão social.



Fonte: Elaborado pela autora.

## 4.5 Ganhos sociais – Protagonismo

Conforme mencionado, acredita-se que as disputas existentes devido a PCV ter se tornado uma reserva marítima e continental pode influenciar os resultados desta categoria. Quanto aos entrevistados, optou-se por permanecer com os mesmos entrevistados na categoria anterior visto que o entrevistado 9 foi um dos idealizadores do modelo de TBC vivenciado na PCV, além ter sido um dos fundadores da Associação dos Moradores da PCV e do Instituto Terramar. Do mesmo modo, o entrevistado 10 foi o primeiro presidente da Associação Independente da PCV e Adjacências, além de trabalhar há mais de 20 anos com o TBC na comunidade.

Nesse contexto, o primeiro indicador a ser investigado corresponde à organização interna. De acordo com o entrevistado 9, a Associação dos Moradores da PCV desde a sua constituição está organizada em conselhos, ou seja, grupos de pessoas formalmente constituídos para resolver problemas específicos da comunidade. Atualmente, essa associação é subdividida entre os conselhos de saúde, educação, pesca, turismo e ética.

A associação dos moradores legítima [a primeira a ser fundada], ela tem conselhos e desde 96 [...] Aí a diretoria da associação não dava mais conta de fazer tudo isso, porque as reuniões eram intermináveis, então nós criamos o primeiro conselho de saúde [...] Bom, hoje tem alguns que já foram criados e extintos [conselhos], mas tem o saúde, educação, os pescadores, era grupo de pescadores, não era chamado conselho; aí era o conselho de turismo, o conselho de ética e alguma coisa, que era um por dentro da associação, que tentava remediar conflitos (ENTREVISTADO 9)

Tendo em vista que a PCV é uma Resex, o ICMBio determina, por meio da Portaria nº 233, publicada em 03 de dezembro de 2013, o Conselho Deliberativo, conforme pode ser visualizado no Anexo I:

De acordo com a portaria, o conselho deliberativo da unidade de conservação será presidido pela chefia da reserva extrativista e composto por representantes do ICMBio, da Capitania dos Portos do Ceará, da Superintendência do IBAMA no Ceará, do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC), da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará (DAS) e da Prefeitura Municipal de Beberibe.

Portanto, o indicador organização interna pode ser considerado como ideal.

O próximo indicador a ser analisado corresponde à **articulação externa**. O entrevistado 9 afirma que desde 1992 a PCV recebe apoio externo, técnico e financeiro, de instituições públicas e ONGs.

Nesse contexto, é válido apresentar as ONG's: Instituto Terramar e Amigos da PCV, onde a primeira originou-se a partir da viagem dos pescadores da PCV ao Rio de Janeiro, na Jangada S.O.S. Sobrevivência, e a segunda corresponde a uma organização com sede na Suíça, vinculada à Associação de Moradores da PCV, que desde então apoia vários projetos na comunidade.

A relação da PCV com a Suíça originou-se por meio do entrevistado 9, que é suíço, naturalizado brasileiro e um dos fundadores do Instituto Terramar, o que pode ser comprovado através nos trechos da entrevistas, a seguir:

[...] Eu e mais 9 pessoas, a maioria era acadêmico, engenheiros de pesca, educadores, psicólogos, de diferentes universidades, que apoiaram essa viagem de protesto da jangada. Aí, quando a gente voltou do Rio, aí eu perguntei: “chamamos atenção e vamos fazer o quê agora?”. Não restava outra opção do que fundar o Instituto Terra Mar. A partir daí, o Instituto Terramar no primeiro ano funcionou sem dinheiro, mas aí conseguimos o apoio da Holanda, uma financiadora institucional, que financia prédio, carro, tudo, né? (ENTREVISTADO 9)

Destaca-se também a forte atuação da organização, Amigos da PCV:

O Instituto Terra Mar, através de projetos financiadores, geralmente pequenos, aqui com o Sesi, esse tipo de coisa, e um grande financiador foi a Associação dos Amigos da PCV. O principal apoio tem vindo, não só pra turismo, pra tudo, pra pesca, pra toda a comunidade, pra escola, pra bolsa de estudos pros meninos que vão pras universidades. Então, essa grande parte de apoio é pelos Amigos. (ENTREVISTADO 9)

Mais adiante, é ressaltado o apoio governamental e várias iniciativas da comunidade para conseguir parceiros externos.

E tamos sempre trabalhando no Ministério de Turismo e a gente vai estender agora pra o Ministério de Desenvolvimento Social, que é mais fácil que lá saia alguma coisa do que no Ministério do Turismo. Então essas são articulações contínuas e também em conjunto com a Tucum, então se procura também no exterior, a gente tem pontes no exterior. (ENTREVISTADO 9)

A partir dos trechos citados, é possível constatar a marcante presença do entrevistado 9, na constituição das organizações, Amigos da PCV e o Instituto Terramar e nas ações de busca por apoio externo a comunidade. Ele não é nativo da comunidade, embora residente desde 1992. Coincidentemente, o anos de 1992 e 1993, marca as ações da PCV contra a pesca e turismo predatório, a fundação das ONG's e constituição da primeira associação de moradores da comunidade.

Por outro lado, o entrevistado 10 confirma o apoio de várias instituições à PCV, mas apresenta dúvida sobre a execução físico-financeira dos incentivos recebidos.

Na comunidade tem uma rede Amigos da PCV que mandou 850 mil francos [moeda suíça] pra ser trabalhado e investido nesta comunidade. E se você for analisar os 850 mil francos que foram enviado, encaminhado a essa comunidade não tem trabalho relacionado a isso [...]Tudo é individual [...] (ENTREVISTADO 10)

Ela [a comunidade] tem vários grupos, várias entidades que apoiam esse movimento. O Terramar é que faz a divulgação todinha desse turismo comunitário, mas é uma entidade que suspeita [...] Então acaba tendo uma divulgação assim, questão de apresentação, divulgação, mas na verdade, a realidade é outra. (ENTREVISTADO 10)

Em outras palavras,

Ela tem uma divulgação tremenda, né? Assim, é uma divulgação mundial sobre esse trabalho da PCV ser uma das comunidades que são pioneiras da base do turismo comunitário. Mas nós da comunidade não vemos isso. Porque ser pioneira, eu acho que esse turismo comunitário teria que ser focado as famílias. (ENTREVISTADO 10)

Embora exista essa divergência de opiniões ente os entrevistados, o indicador articulação externa é classificado como ideal, pois, há mais de 20 anos, a comunidade da PCV diversas instituições incentivam, divulgam e valorizam o TBC vivenciado na localidade.

Referente ao indicador acordos comunitários, constata-se que nem todos os moradores da PCV possuem oportunidades de trabalho nas atividades relacionadas ao TBC, em paralelo é reforçado que a principal atividade econômica na região é a pesca. Contudo, essa atividade enfrenta vários problemas como: a diminuição do pescado, principalmente da lagosta, as dificuldades dos pescadores para a realizar a manutenção e aquisição dos apetrechos de pesca, e os jovens da localidade não possuem interesse pela atividade.

[Todos os moradores possuem oportunidade pra trabalhar com atividades relacionadas ao TBC?] Obviamente não, senão teria que ter umas 50 pousadas. É óbvio que não, porque tem gente que pesca, tem gente que trabalha a terra ou os dois. Geralmente são complementar. Tem pesca e também trabalha em terra alguns. Aí quem trabalha em casa também faz artesanato e pode prestar serviço de turismo, ou seja, em traslado, seja em trilhas, seja hospedando pessoas. Mas é claro que não poderia nunca todo mundo, os 500 adultos da comunidade trabalhando no turismo, né, não seria lógico. A atividade principal é a pesca e sempre será a pesca, porque sem pesca a comunidade não teria como se sustentar, né? Então, ela deixaria a Prainha por falta de... porque não pode substituir a pesca com o turismo. (ENTREVISTADO 9)

Já o entrevistado 8 relaciona a diminuição da pesca com as dificuldades do comércio local.

Varia muito de meses pra meses, né, porque tem época que a pesca tá fraca, tem época que... quando a pesca tá fraca, o comércio tá fraco também, fica com a mesma frequência da pesca, que a nossa fonte de renda fixa aqui ainda é a pesca. [...] Hoje a pesca num tá... pelo menos uns 50% do que antes, então as outras entidades que dependem da pesca vai ficando bem abaixo do que era positivo.

No entanto, referente a projetos de capacitação tecnológica e educação, o entrevistado 9 alega que todos os membros da comunidade podiam participar.

Por exemplo, há algumas semanas teve uma semana de diferentes cursos com o Centec, que é o negócio lá do governo do estado, educação tecnológica do Ceará. Que tem o Centro Vocacional Tecnológico em Beberibe.[...] E aí teve cursos de resolução de conflitos, teve curso de GPS, teve cursos de artesanato e aí tudo isso foi uma inscrição que foi aberto na escola, então todos os moradores tinha, até foi interessante que moradores da associação velha pintaram casas dos moradores da independente. Apesar do conflito, isso funcionou.

Porém, uma vez que não foram constatados mecanismos formais ou informais que promovam a repartição dos benefícios e a democratização das oportunidades, este indicador é classificado como insatisfatório.

O último indicador a ser analisado na categoria de análise, Protagonismo, corresponde à participação no processo decisório. Embora existam duas associações de moradores, o entrevistado 10 destaca que parte da população é neutra, ou seja não está vinculada a nenhuma das associações. O entrevistado 9 corrobora com o que foi dito anteriormente e afirma que o quantitativo de membros em cada uma das associações está diretamente relacionado à realização de projetos sociais. “Bom, vamos dizer, entre 100 (membros) se tem alguma coisa onde tem um projeto, tem dinheiro, aí tem 300 (membros). Mas, assim, quem participa mais regularmente, sem necessariamente recursos financeiros, é então 100 pessoas” (ENTREVISTADO 9).

Conforme já foi apresentado, a PCV é representada por duas associações, a Associação dos Moradores da PCV e a Associação Independente dos Moradores da PCV, além do conselho deliberativo instituído pelo ICMBio.

No turismo, ocorre dentro da assembleia geral do conselho de turismo, então lá as decisões são tomadas. E na Prainha, é dentro do conselho deliberativo, onde também se decide sobre legislação. Atualmente tem duas resoluções, que é lei federal. Uma é sobre a construção de casas e quartos de pesca e a outra é sobre a pesca no mar. Então, esses são discutidos e aprovados no conselho deliberativo e depois homologado em Brasília pelos advogados do Instituto Chico Mendes. (ENTREVISTADO 9)

Diante do exposto, o indicador participação no processo decisório é classificado como ideal.

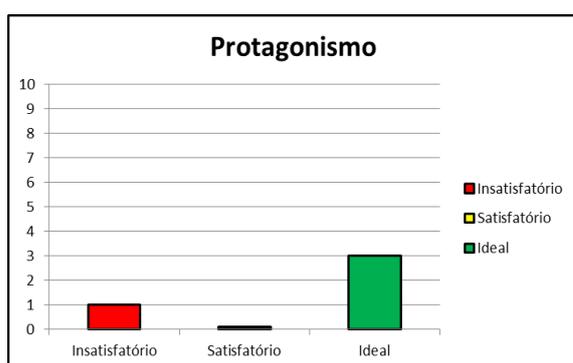
Após a análise desta categoria, Protagonismo, constata-se que apenas o indicador acordos comunitários não representa um ganho social para a comunidade, já nos demais indicadores foram classificados como ideal. Embora o protagonismo seja uma característica marcante da comunidade da PCV, existe uma disputa entre o grupo que lidera as ações de protagonizadoras e a população não participante dessas ações. O Quadro 53 relaciona os indicadores estudados, o Gráfico 09 representa a classificação dos indicadores e o Gráfico 10 apresenta os ganhos sociais.

Quadro 53 (4) – Análise da categoria protagonismo.

Categoria de Análise	Indicador	Parâmetros		
		Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
Protagonismo	Organização Interna			
	Articulação Externa			
	Acordos Comunitários			
	Participação no processo decisório			

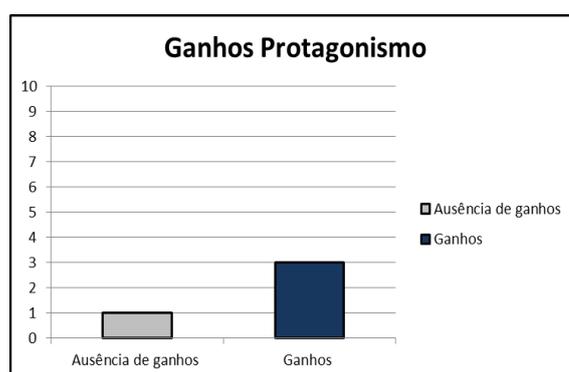
Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 09 (4) – Indicadores estudados na categoria de análise protagonismo.



Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 10 (4)– Ganhos sociais da categoria de análise protagonismo.



Fonte: Elaborado pela autora.

## 4.6 Ganhos Sociais - Valorização da Cultura Local

Por último, investiga-se os ganhos pertinentes à categoria de análise, valorização da cultura local. Nesta categoria, o primeiro indicador a ser investigado corresponde à interação do artesanato local. De acordo com o entrevistado 11, a comunidade produz e comercializa o artesanato, apenas no destino turístico de base comunitária, PCV, embora, em outras épocas, esse artesanato também era comercializado em outros destinos turísticos próximos. Para o entrevistado 4: “somos nós que produzimos, somos nós que vendemos, né, e essa renda fica na comunidade. Se eu não ganho de uma forma, mas ganho de outra”.

ela produz só pra própria comunidade, mas não transporta [não comercializa em outras localidades]. [...] só pra consumo de algumas pessoas que vêm pra comunidade, né? [...] sim, porque além disso quando o turista vem conhecer a nossa comunidade, ele tem que apreciar não só a cultura e, sim, o artesanato, pra ele levar alguma [...] bom, tem camisa, né, camisa, tem panos de [pausa] das mãos, anel, brincos que fazem, tem umas [pausa], bom, tem muita coisa [risos]. (ENTREVISTADO 11)

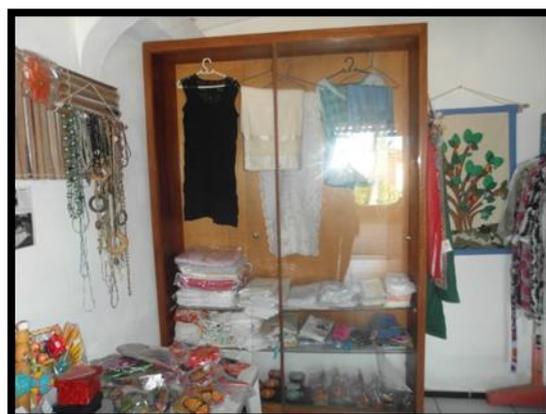
Diante do exposto, este indicador é classificado como satisfatório. As Figuras 52 e 53 apresentam o artesanato da PCV.

Figura 52 (4)– Artesanato comercializado na PCV (a).



Fonte: Dados pesquisa.

Figura 53 (4)– Artesanato comercializado na PCV (b).



Fonte: Dados pesquisa.

Em seguida, quando os entrevistados foram questionados sobre a valorização dos pratos típicos, eles destacaram que durante todas as épocas do ano, os turistas podem saborear

a culinária da localidade. “Bom, tem a tapioca, né, com o peixe assado, que são prato típico. Também tem o pirão de peixe, que é muito conhecido pelos pescadores, também, que é oferecido, às vezes, a galinha caipira” (ENTREVISTADO 4). Logo, este indicador é classificado como ideal.

Referente ao indicador bens patrimoniais os entrevistados 4 e 11 apontam a jangada S.O.S Sobrevivência como o único bem patrimonial da PCV e quanto ao estágio de conservação, o entrevistado 11 considera que a jangada não se encontra em boas condições. “Bom, ela tá mais ou menos. Num tá muito bem conservado, não, mas ela existe ainda” (ENTREVISTADO 11). De acordo com as Figuras 54 e 55, percebe-se que a jangada apresenta sinais de desgaste, e necessita de serviços de manutenção e revitalização. Além disso, o local onde encontra-se a jangada não possui nenhuma indicação sobre o bem patrimonial e percebe-se sinais de sujeira e abandono. Portanto, este indicador é classificado satisfatório.

Figura 54 (4) – Jangada S.O.S. Sobrevivência (a)



Fonte: Dados pesquisa.

Figura 55 (4) – Jangada S.O.S. Sobrevivência (b)



Fonte: Dados pesquisa.

Quanto ao indicador eventos e festividades tradicionais, os entrevistados afirmam que a comunidade sempre comemora as festas tradicionais, como: regata ecológica, festas do papangus, padroeiro, entre outras “[...] a gente festeja o São João, né, faz parte da nossa

tradição. Na semana santa, a festa dos Papangus; a regata ecológica [...] e a festa religiosa de São Pedro, ele é o padroeiro” (ENTREVISTADO 4) As Figuras 56 e 57 representam respectivamente os preparativos para a Festas das Velas na PCV e a igreja católica da região.

É o Festival de Velas que vai dar início agora em dezembro, no dia 15, que é um monte de velinha aqui no local, com vários patrocinadores colocados nelas e com jogos, como se fosse um circo. [...] A Regata acontece no final de novembro e para o começo de dezembro, e a dança dos papangus começa em março... às vezes é fevereiro, às vezes é março [...] No mês de junho só a festa do padroeiro da comunidade, que é a de São Pedro, que acontece... é a semana toda, termina com uma passeata de jangada com São Pedro no mar (ENTREVISTADO 11)

Figura 56 (4) – Preparativos para a Festa das Velas na PCV.



Fonte: Dados pesquisa.

Figura 57 (4) – Igreja Católica da PCV.



Fonte: Dados pesquisa.

O próximo indicador a ser analisado corresponde ao conhecimento da população sobre sua cultura. De acordo com os entrevistados, grande parte da população conhece a sua história e a cultura da PCV, além de valorizar os hábitos e costumes da comunidade. “Bom, ela [a cultura] é trabalhada, principalmente quando acontece a feira de ciência, os professores trabalham com os jovens, com criança, contando as histórias da comunidade, o que já aconteceu, e as famílias também” (ENTREVISTADO 11). Logo, este indicador foi classificado como ideal.

Eu acho que já foi mais presente. E, assim, nós, como escola, a gente tenta resgatar isso no dia a dia [...]. Ela é uma das comunidades que tem por aqui na vizinhança que ainda tem valorização bem maior é a nossa. Começando pelo estilo de moradia, né? Assim, o modo da gente viver, os nossos costumes, por mais que a gente tenha

energia, por mais que a gente tenha uma estrada aí, a gente ainda permanece com os nossos costumes. Onde eu não vejo isso na Canoa Quebrada, não vejo isso na Praia das Fontes. (ENTREVISTADO 4)

O próximo indicador a ser analisado corresponde a fomento à cultura. Como instituições que apoiam a cultura da PCV, novamente foram citadas as ações do Instituto Terramar, desde 1993, e do ICMBio, a partir da constituição da Resex, em 2011. Portanto, este indicador é classificado como ideal

Referente ao indicador compartilhamento do espaço, Figuras 58 - 61, é relatado pelo entrevistado 4

Eu por exemplo, ontem eu visitei, eu levei meus alunos pra visitar Praia das Fontes, e os depoimentos dos moradores da comunidade é totalmente do que a gente vê aqui. Primeiro, porque o nosso turista se hospeda nas pousadas que são nossas, nas nossas casas, que a gente às vezes oferece, e em Praia das Fontes, não, são nos grandes hotéis. Então, que a gente queira ou não, a gente tem esse convívio, esse contato com o turista. (ENTREVISTADO 4)

Figura 58 (4) – Ambientes de convivência Pousada Sol e Mar (a).



Fonte: Dados pesquisa.

Figura 59 (4) – Ambientes de convivência Pousada Sol e Mar (b).



Fonte: Dados pesquisa.

Figura 60 (4) – Ambientes de convivência Pousada Sol e Mar (c).



Fonte: Dados pesquisa.

Figura 61 (4) – Ambientes de convivência Pousada Sol e Mar (d)



Fonte: Dados pesquisa.

Diante do exposto, constata-se que o indicador espaços de convivência pode ser classificado como ideal. No entanto, é válido destacar que nem todas as pousadas da PCV possuem espaços de convivência. Em alguns casos, os proprietários transformam suas casas em pousadas e passam a residir em outro domicílio na própria comunidade, ou até mesmo em outras cidades.

Quanto ao indicador participação cultural, para os entrevistados, os turistas que visitam a PCV procuram aprender sobre a cultura e a história da localidade. Por sua vez, a comunidade aprecia essa interação e o convívio com os turistas. Porém, é válido destacar que esse interesse por parte dos visitantes nem sempre acontece, no mais, o trabalho desenvolvido pela Rede Tucum pode influenciar positivamente o turista a buscar interação com a comunidade.

Varia muito, alguns [turistas], sim. Outros, não. Esse [turista] do final de semana, que só vem pra passear, não. Mas esse que vem permanecer sempre procura alguém pra conversar, pra conhece [...] Eu acho que tem mais a fim de conhecer, que vem no fim de semana, porque o que vem, o que permanece num é tanto, mas também a gente recebe muitos grupos de universitários, aí esses vêm, né? (ENTREVISTADO 4)

Bom, quando os turistas que vêm pela rede [Rede Tucum], ele fica muito interessado em conhecer a história da comunidade, de conhecer porque a Prainha hoje é um lugar de nativo, ele fica muito interessado, fica muito curioso e ele sente o prazer de ter esse conhecimento, ele tem esse prazer. E a gente se sente muito orgulhoso em falar isso para eles (ENTREVISTADO 11).

Dessa forma, o indicador participação cultural é classificado como ideal.

Por último, será analisado o indicador mudanças de hábitos. Para os entrevistados, a comunidade da PCV não apresenta qualquer sinal de mudança devido à interação com os turistas. Pelo contrário, eles enxergam o TBC como um aliado ao fortalecimento da cultura local.

Porque o turismo que vem pra cá é um turismo que não vem pra nos prejudicar, né? Então, assim, não tem porque eu dizer que é o turismo que veio pra preocupar, que vem pra bagunçar, porque são grupos que vêm ou então são famílias que vêm no final de semana e ficam na casa de uma pescador ou então numa pousada, mas é todo mundo em família. (ENTREVISTADO 4)

Portanto, o indicador mudanças de hábitos é classificado como ideal.

Após a análise dos indicadores estudados nesta categoria, valorização da cultura local, constata-se que todos representam um ganho social. Ou seja, dentre as categorias estudadas, esta é a que mais contribui para a sustentabilidade social da PCV. O Quadro 54 apresenta os indicadores investigados, assim como os Gráficos 11 e 12.

Quadro 54 (4) – Análise da valorização da cultura local.

Categoria de Análise	Indicador	Parâmetros		
		Insatisfatório	Satisfatório	Ideal
Valorização da cultura local 9	Interação do artesanato local			
	Valorização dos pratos típicos			
	Bens patrimoniais			
	Eventos e festividades tradicionais			
	Conhecimento da população sobre sua cultura local			
	Fomento a cultura			
	Participação Cultural			
	Compartilhamento do Espaço			
Mudanças de hábitos				

Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 11 (4) – Indicadores estudados na categoria de análise valorização da cultura local.



Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 12 (4)– Ganhos sociais da categoria de análise valorização da cultura local.



Fonte: Elaborado pela autora.

## 5 Conclusões

---

Esta dissertação objetivou identificar os ganhos sociais na perspectiva da sustentabilidade parcial. Inicialmente, foram identificadas categorias de análise: Educação, Saúde e Trabalho, referentes a sustentabilidade social e Coesão Social, Protagonismo e Valorização da Cultura Local, a partir do TBC. Essas categorias possibilitaram uma melhor organização dos indicadores estudados. Para o alcance de tal objetivo, foi construído um conjunto de indicadores de sustentabilidade social a partir das publicações: OMT (2001), Hannai (2009), Cordeiro (2008), Martins e Cândido (2007) e Fabrino (2013). No intuito de complementar a investigação da categoria de análise Saúde, esta pesquisa propôs, até então, exclusivamente o indicador campanhas preventivas. Posteriormente os indicadores foram organizados em categorias de análises e para cada indicador foram criados parâmetros de análise.

O referido conjunto de indicadores foi aplicado no destino turístico de base comunitária, PCV, Beberibe – CE. A escolha desse destino ocorreu devido a sua relevância na literatura investigada, embora não foram encontradas pesquisas que dispusessem a analisar a sustentabilidade, ou ausência dela, na localidade.

Após a aplicação e análise do conjunto de indicadores proposto nesta pesquisa, é possível sugerir novos indicadores, referente às categorias analisadas, que podem complementar ou diminuir as limitações deste trabalho. O Quadro 55 apresenta esses novos indicadores:

Quadro 55 (5) – Indicadores sugeridos para estudos futuros.

<b>Categoria</b>	<b>Indicadores sugeridos</b>
Saúde	Proporção de idosos na população; Índice de envelhecimento, Percentual de jovens envolvidos com drogas ilícitas.
Educação	Evasão escolar; Percentual de adultos participantes de programas educacionais; Acesso a informática.
Trabalho	Empregados no TBC que dominam outros idiomas estrangeiros; Programas de incentivo ao jovem trabalhador; Emissão de notas fiscais por parte dos empreendimentos turísticos de base comunitária.
Coesão Social	Incidência de conflitos entre moradores da localidade; Incidência de conflitos entre moradores e turistas; Satisfação da população em residir na localidade.
Protagonismo	Surgimentos de novos líderes comunitários; Membros ou instituições da comunidade possuem representatividade política-governamental.
Valorização da cultura local	Reconhecimento nacional como destino turístico de base comunitária; Reconhecimento internacional como destino turístico de base comunitária;
Indicadores sociais comuns (genéricos)	Índice de violência; Prostituição; Custo de Vida

Fonte: Elaborado pela autora.

Sabe-se que o TBC se utiliza de pressupostos divergentes do turismo convencional; no entanto, uma análise fundamentada em conceitos não é o suficiente para considerá-lo sustentável. A partir desta lacuna conceitual foi desenvolvido o presente estudo, no intuito de contribuir para a avaliação da sustentabilidade social em destinos turísticos de base comunitária.

A fim de identificar quais indicadores de sustentabilidade correspondem a um ganho social foram construídos parâmetros de análise para cada um deles, o que possibilitou a classificação como insatisfatório, satisfatório ou ideal. Em outras palavras, a partir da construção dos parâmetros de análise, pode-se afirmar se o indicador corresponde a um ganho ou não. Conforme mencionado, a existência de ganhos sociais ocorre quando o indicador investigado for classificado como satisfatório ou ideal.

Nesse contexto, pode-se afirmar que a categoria de análise Valorização da Cultura Local é a que mais contribui para a sustentabilidade social do destino turístico, pois, neste caso, todos os indicadores correspondem a um ganho social. Além disso, apenas 2 indicadores foram classificados com satisfatório, os outros 7 como ideal. Portanto, é possível concluir que

na categoria de análise Valorização da Cultura Local existe uma relação conceitual e empírica entre sustentabilidade social e TBC, o mesmo é válido para o protagonismo

Referente à categoria de análise Protagonismo essa também contribui para a sustentabilidade do destino, pois apenas 1 dos seus indicadores, acordos comunitário para repartição dos benefícios, não corresponde a um ganho social, No entanto, os demais indicadores são classificados com ideal.

Em meio às categorias de análise resultantes da revisão da literatura do TBC, a Coesão Social corresponde à categoria que não existe uma predominância de indicadores que favorecem a sustentabilidade social na região, estando esses bem equitativos entre ganhos sociais e ausência destes.

No entanto, constatou-se que os entraves sociais originados a partir da criação da Resex podem ter influenciado os resultados desta categoria. É válido destacar, que a comunidade da PCV não necessariamente é contra a criação da Resex, esses conflitos são provenientes de outras razões, como, a continuidade do controle e poder pelas famílias que trabalham no TBC.

Uma visão uniforme sobre o perfil sócio- econômico dos moradores da PCV negligência as mínimas disputas existentes em destinos turísticos desta natureza. Atualmente, nem todas as pessoas interessadas em trabalhar no TBC encontram oportunidades, por outro lado algumas famílias trabalham no turismo, as quais são donas de pousadas, na pesca, na condição de micro- empresário pois possuem embarcações, e ainda participam de projetos sociais. Em outros casos alguns moradores nativos da PCV foram trabalhar em outras localidades e quando passaram a ter reservas financeiras voltaram a localidade para investir seus recursos, e hoje são empresários.

Portanto, não é apenas a criação da Resex que influencia a coesão social da região, além disso: a disputa pelo poder, a manutenção do espaço mercadológico, as diferenças sócio-

econômicas e até mesmo a influências de agentes externos, como: o empresário de Fortaleza, dono de uma propriedade na PCV, e o suíço, líder de vários projetos sociais na região.

Na categoria de análise Trabalho existe uma predominância de indicadores que correspondem aos ganhos sociais. Porém, 3 indicadores empregados no turismo, cumprimento da legislação trabalhista, programas de qualificação profissional, dentre 8, tenham sido classificados com insatisfatórios.

Conforme é destacado na literatura sobre TBC, o trabalho, neste contexto, é desenvolvido pelas próprias famílias, e essa característica possui implicação diretamente nas prerrogativas trabalhistas. Sobre o baixo quantitativo de empreendimentos turísticos de base comunitária e, por consequência, o baixo percentual de empregos gerados, possivelmente devido à pouca demanda de turistas. No entanto, essa problemática pode ser estudada em pesquisas futuras. Em resumo, a categoria de análise trabalho favorece a sustentabilidade social em destinos turísticos de base comunitária. Porém, estudos futuros podem aprofundar as investigações sobre as relações de trabalho no contexto do TBC.

E, por último, a categoria de análise Educação corresponde à única categoria que possuiu um maior quantitativo de indicadores correspondentes à ausência de ganhos.

Entre os indicadores classificados como insatisfatórios estão IES e museus, teatros, cinemas e centros culturais (MARTINS; CÂNDIDO,2008), porém devido ao contexto social e geográfico das iniciativas de TBC, talvez dificilmente essas instituições estarão presentes nesses destinos turísticos.

Nesse contexto, constata-se a existência de ganhos sociais em todas as categorias investigadas, embora algumas dessas apresentem uma maior proporção de ganhos sociais que outras. Logo, os ganhos sociais no TBC são multifacetados diante da sua variabilidade não sendo possível identificar uma correlação entre as diferentes categorias analisadas.

Embora a dissertação tenha algumas limitações, pode-se afirmar que o estudo conseguiu atender ao objetivo proposto, identificando os ganhos sociais na perspectiva da sustentabilidade parcial.

A propósito, são apresentadas como limitações deste estudo: a dificuldade de acesso a dados secundários, especialmente referente à investigação das categorias de análise Saúde, Educação e Trabalho.

Outra limitação deste estudo diz respeito à inexistência de indicadores de sustentabilidade capazes contemplar as diversas características sociais dos destinos turísticos de base comunitária. O conjunto de indicadores desenvolvidos neste trabalho originou-se a partir da pesquisa bibliográfica realizada. Porém, não foram encontradas pesquisas sobre indicadores de sustentabilidade para destinos turísticos de base comunitária, portanto, não é possível afirmar que todas as particularidades deste tipo de destino turístico foram investigadas.

Ainda assim, outros estudos poderão ser desenvolvidos com a pretensão de ampliar a literatura trabalhada nesta dissertação ou com o anseio de contribuir para a análise da sustentabilidade em destinos turísticos de base comunitária. Sendo assim, seguem-se algumas recomendações para a realização de estudos futuros:

- Desenvolver estudos complementares a partir da adição de novos indicadores de sustentabilidade social, permitindo considerar características que não foram investigadas no presente estudo;
- Adaptar os parâmetros de análise desenvolvidos construídos nesta pesquisa, modificando os níveis de classificação para 5 opções ao invés de apenas 3 opções, como é atualmente representado;
- Estudar outras dimensões da sustentabilidade, como ambiental, cultural, territorial, econômica, que também são bastantes relevantes para a avaliação da sustentabilidade de destinos turísticos de base comunitária.

- Avaliar a sustentabilidade, utilizando-se uma triangulação de diferentes métodos de pesquisa (qualitativo e quantitativo) para garantir maior confiabilidade dos dados.
- Realizar um estudo comparativo entre diferentes destinos turísticos de base comunitária.

## Referências

- AXELSSON, R.; ANGELSTAM, P.; DEGERMAN, E.; TEITELBAUM, S.; ANDERSSON, K.; ELBAKIDZE, M.; Drotz, M. K. Social and cultural sustainability: Criteria, indicators, verifier variables for measurement and maps for visualization to support planning. **Ambio**, v. 42, n. 2, p. 215-228, 2013.
- AZEVEDO, D. B.; SILVA, T. N.; MALAFAIA, G. C. O papel dos stakeholders sociais nas redes solidárias sob a ótica do desenvolvimento sustentável: o caso da univens. The role of social stakeholders in solidary networks under the perspective of sustainable development: the univens case. **Global Manager**, v. 1, n. 1, 2011.
- BARACAT, M. M. Z.; NOBRE, F. S. Participação social como elemento de análise da sustentabilidade: estudo do Programa Brasileiro de DST/AIDS. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 11, n. 1, p. 41 a 64, 2013.
- BARBOSA, G.S. O Desafio do Desenvolvimento Sustentável. **Revista Visões**, 4ª Ed, n. 4, v. 1, 2008.
- BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**: as estratégias de mudança da agenda 21. 12 ed., Vozes, 2011.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edições 70, 2010.
- BARTHOLO, R. Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária, In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária**: Diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 45-54.
- BELLEN, H. M. V. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BENI, M. C. **Políticas e planejamento do turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.
- BRIASSOULIS, H. Sustainable Development and its Indicators: Through a (Planner's) Glass Darkly. **Journal of Environmental Planning and Management**, v. 44, p. 409–427, 2001.
- BURSZTYN, I. **Desatando um nó na rede**: sobre um projeto de facilitação do comércio direto do Turismo de Base Comunitária na Amazônia. 2012, 251f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2012.
- BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLO, R., SANSOLO, D.G, BURSZTYN, I. (Orgs.) **Turismo de base comunitária**: Diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p. 76-91, 2009.

BURSZTYN, I.; DELAMARO, M. C.; DELAMARO, L. S. L.; SAVIOLO, S. R.; Benchmark PCV. In: **Caderno Virtual de Turismo**, revista *on line* do Instituto Virtual de Turismo do Rio de Janeiro, n. 9, 2003.

CÂNDIDO, G. A. **A aplicação das dimensões do desenvolvimento sustentável e os níveis da competitividade sistêmica**: um estudo comparativo entre regiões produtoras de calçados no Brasil. Campina Grande. Relatório Tese Titular em Administração Geral. UFCG. 2004.

CARVALHO, A. P.; BARBIERI, J. C. Inovações socioambientais em cadeias de suprimento: um estudo de caso sobre o papel da empresa focal. **Revista de Administração e Inovação**, v. 10, n. 1, São Paulo, p.232-256, 2013.

CHANLAT, J. F. Ciências sociais e management. **Revista de Administração da FEAD**, v. 3, n. 2, dez. 2006.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. 7 Ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

CORDEIRO, I. D. **Instrumentos de avaliação da sustentabilidade do turismo**: uma análise crítica. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008.

CORDEIRO, I.; LEITE, N. K.; PARTIDARIO, M. R. Instrumentos de Avaliação de Sustentabilidade de Destinos Turísticos: Uma Revisão de Literatura. **Caderno Virtual de Turismo** (UFRJ), v. 10, p. 49-64, 2010.

CORIOLOANO, L.N.M.T. O Turismo Comunitário no Contexto da Globalização. In: CORIOLOANO, L.N.M.T, VASCONCELOS, F.P. (Orgs.) **Turismo Territórios e Conflitos Imobiliários**. Fortaleza: EdUECE, p. 11 – 26, 2012a.

\_\_\_\_\_. A Contribuição do Turismo ao Desenvolvimento Local. In: PORTUGUEZ, A. P., SEABRA, G., QUEIROZ, O.T. M. M. (Orgs). **Turismo, Espaço e Estratégias de Desenvolvimento Local**. Paraíba: Editora Universitária da UFPB, p. 61- 70, 2012b.

\_\_\_\_\_. Turismo Comunitário no Nordeste Brasileiro. In: BARTHOLO, R., SANSELO, D.G, BURSZTYN, I. (Orgs.) **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p. 277-288, 2009.

\_\_\_\_\_. O Turismo Comunitário: Indícios de Mudanças. In: CORIOLOANO, L.N.M.T (Org.). **O turismo nos discursos, nas políticas e no controle à pobreza**. São Paulo: Annablume, p. 97-21, 2006.

CORIOLOANO, L.N.M.T.; SAMPAIO, C. A. C. Territórios Solidários Latino- Americanos e Turismo Comunitário no Rebatimento a Megaempreendimentos Transnacionais. In: CORIOLOANO, L.N.M.T, VASCONCELOS, F.P. (Orgs.) **Turismo Territórios e Conflitos Imobiliários**. Fortaleza: EdUECE, 2012. p. 27 – 41.

COSTA, E. B.; STEINKE, V. A. Riscos ao Patrimônio Mundial Motor de Desenvolvimento: Desígnios à Cultura E à Natureza. **Revista do Departamento de Geografia-USP**, v. 25, p. 222-252, 2013.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2010.

CRUZ, R. C. **Política de Turismo e Território**. São Paulo: Contexto, 2000.

DIESENDORF, M. Sustainability and sustainable development. In: DUNPHY, D., BENVENISTE, J., GRIFFITHS, A., SUTTON, P. **Sustainability: The corporate challenge of the 21st century**. Sydney: Allen & Unwin, v. 2, p. 19-37, 2000.

DUARTE, L. M., WHERMANN, M. E. S. de F. Desenvolvimento e Sustentabilidade: desafios para o século XXI. Salvador. **Revista CAR**, 2002.

ELKINGTON, J. Enter the Triple Bottom Line. In HENRIQUES, A.; RICHARDSON, J. (Orgs.), *The triple bottom line, does it all add up? Assessing the sustainability of business and csr*. London: Earthscan, 2004. p. 1-16.

FABRINO, N.H. **Turismo de Base Comunitária: Dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos**. Dissertação (Mestrado) - Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2013.

FABRINO, N. H.; C. H. A., N. P. E. Turismo de Base Comunitária (TBC): elementos chaves para aferir seu desempenho na perspectiva da sustentabilidade. **Revista Brasileira de Ecoturismo**. v.5, n 3, 2012.

FALCÃO, M. C. **A sustentabilidade do destino turístico de Fernando de Noronha: uma análise a partir da abordagem do ciclo de vida de áreas turísticas e das dimensões da sustentabilidade**. 2009, 201f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

FEITOSA, M. J. S.; GÓMEZ, C. P., Municipal Ecological Footprint: Uma Análise Comparativa da (In) Sustentabilidade dos Municípios de João Pessoa – PB e Campina Grande – PB. In: **Anais ... XIII – Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente (ENGEMA)**, 2011.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman/Artmed, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009b.

FOLADORI G. **Sustentabilidad Alternativa**. Uruguay: Colección Carbichui, 2005.

\_\_\_\_\_. Avanços e limites da sustentabilidade social. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 102, p. 103-113, 2002.

GALDINO, J. W. Reserva extrativa marinha (RESEX) da Prainha do Canto Verde: a comunidade concretizando um sonho. **Revista Raízes**, v. 32, n.2, 2012.

GARCIA, T.S.; FIGUEIRÓ, A.S.; DEGRANDI, S.M. Possibilidades para um turismo de base comunitária na bacia do Rio Camaquã (RS): um diálogo com o desenvolvimento baseado no território. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.6, n.1, 2013, p.139-152.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª Edição, São Paulo: Atlas, 2010.

GODOI, C., C. K., BANDEIRA-DE-MELLO, R., SILVA, A. B. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2012.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GRIMM, I. J. ; SAMPAIO, C. A. C. Turismo de Base Comunitária: convivencialidade e conservação ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, São Paulo, p. 57 – 68, 2011.

GOODWIN, H.; SANTILLI, R. Community-based tourism: A success? **Occasional Paper**, Leeds: The International Centre for Responsible Tourism (ICRT) e Deutsche Gesellschaft fur Technische Zusammenarbeit (GTZ), n. 11, 2009.

GUZZATTI, T. C.; SAMPAIO, C. A. C.; CORIOLANO, L. N. M. Turismo de base comunitária em territórios rurais: caso da associação de agroturismo Acolhida na Colônia (SC). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 6, 2013. p. 93-106.

HANAI, F. Y. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 1, 2012.

\_\_\_\_\_. **Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade: uma aplicação ao contexto de desenvolvimento do turismo na região de Bueno Brandão, estado de Minas Gerais, Brasil**. 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental – Escola de Engenharia de São Carlos (EESC) – Universidade de São Paulo (USP), São Carlos – SP, 2009.

Hopwood, B; Mellor, M; O'Brien, G. Sustainable Development: Mapping Different Approaches. **Sustainable Development** n. 13, p. 38–52 , 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censos demográficos**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 05 de agosto de 2012

INFRAERO. **Anuário Estatístico Operacional 2012**. Disponível em: <<http://www.infraero.gov.br/index.php/estatistica-dos-aeroportos.html/>>. Acesso em: 30 de Março de 2013.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível?, In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 108- 121.

IRVING, M. A.; BURSZTYN, I.; SANCHO, A. P.; MELO, G. D. M. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**. v. 5, n.4, 2005.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Autores Associados, n. 118, p. 189-205, 2003.

JULIÃO, D.; CORTÊS, F.; FARIAS, J. M. D. S.; LOHMAN, J.; SILVA, T. C. A influência das leis trabalhistas brasileiras na relação capital/ trabalho dos guias de turismo. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, Vol. 4, n. 3, 2009.

KREAG, G. The impacts of tourism. **Minnesota: Sea Grant**, 2001.

LIMA, M. C. Tipos de pesquisa e técnicas de coleta de materiais – a pesquisa bibliográfica. In: **Monografia: a engenharia da produção acadêmica**. São Paulo: Saraiva, p. 37- 49, 2004.

LIMA, T. C. S.; MOITO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katál**, v. 10 n. esp. p. 37-45. 2007.

LOURENÇO, M. L.; CARVALHO, D. M.W. Sustentabilidade social e desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia -RACE**, v. 12, n. 1, 2013. p. 9-38.

MACEDO, R. F.; MEDEIROS, V. C. F. A.; AZEVEDO, F.F.; ALVES, M. L. B., Ecoturismo de base comunitária: uma realidade ou uma utopia. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural – PASOS**, v. 9, n. 2, 2011. p. 437-448.

MALDONADO, C. **Pautas metodológicas para análise de experiências de turismo comunitário**. Genebra: Organização Internacional do Trabalho, 2005.

MARCONATTO, D. A. B.; PEDROZO, E. A.; TREVISAN, M.; SAGGIN, K. D.; ZONIN, V. J. Saindo da Trincheira do Desenvolvimento Sustentável: uma Nova Perspectiva para a Análise e a Decisão em Sustentabilidade. **Revista de Administração Mackenzie - RAM Online**, v. 14, 2013. p. 15-43.

MARSHALL, C.; ROSSMAN, G. **Design Qualitative Research**. 5ª Edição. Sage. 2010.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C.R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**, 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, M; CÂNDIDO, G. **Índice de desenvolvimento sustentável para municípios (IDSM): metodologia de cálculo e análise do IDSM e a classificação dos níveis de sustentabilidade para espaços geográficos**. João Pessoa: Sebrae, 2008.

MEADOWS, D. **Indicators and Informations Systems for Sustainable Development**. Hartland Four Corners: The Sustainability Institute, 1988.

MEADOWS, D. L.; MEADOWS, D. H.; RANDERS, J.; BEHRENS, W.W. **Limites do crescimento** - um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972.

MENDES, E.G.; CORIOLANO, L. N. M. T. O Turismo Comunitário da PCV - Beberibe/CE. **Revista de Estudos Turísticos**, v. 1, 2006. p. 45-67.

MENDONÇA, T. C. M. Turismo socialmente responsável da Prainha do Canto Verde: uma solução em defesa do local herdado. In: BARTHOLO, R., SAN SOLO, D.G, BURSZTYN, I. (Orgs.) **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p. 289-301, 2009.

MENDONÇA, T. C. M.; IRVING, M. A. Turismo de base comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turísticos no Brasil: PCV, Beberibe (CE). **Caderno Virtual de Turismo**, v. 4, n. 4, 2004, p. 12-22.

MERRIAM, S. **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

MIDDLETON, V.; HAWKINS, R. **Sustainable Tourism**. Oxford: Butterworth-Heinemann, 1998.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MITCHELL, G. Problems and fundamentals of sustainable development indicators. **Sustainable Development**, v. 4, n. 1, 1996, p. 1-11.

MOLINA, S. **Turismo e Ecologia**. Bauru: EDUSC, 2001.

MORGADO, H. F. M. Turismo comunitário: una nueva alternativa de desarrollo indígena. **AIBR. Revista de Antropologia Iberoamericana**. vol. 1, n. 2, Madrid: 2006, p. 249-264.

MINISTÉRIO DO TURISMO - MTUR. **Plano Nacional do Turismo 2013 – 2016: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil**. Brasília 2013. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/plano\\_nacional\\_2013.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_2013.pdf)> . Acesso em: 10 de dezembro 2013

\_\_\_\_\_. **Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: desafio para a formulação de política pública**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional do Turismo 2007-2010: uma viagem de inclusão**. Brasília, 2007.

MURPHY, K. The social pillar of sustainable development: A literature review and framework for policy analysis. **Sustainability: Science, Practice, & Policy**, v. 8, n. 1, p. 15-29, 2012.

NASCIMENTO, M. C. S.; CORIOLANO, L. N. M. T. Turismo Comunitário na PCV / Beberibe - CE: resistência e solidariedade face ao turismo global. In: **Anais ... XVIII Encontro de Iniciação à Pesquisa, 2012, FORTALEZA. ANAIS DO XVIII Encontro de Iniciação à Pesquisa, 2012**.

NOVAES, M. B. C.; GIL, A. C. Ação Participante como Estratégia Metodológica para o Estudo do Empreendedorismo Social em Administração de Empresas. **Revista de Administração Mackenzie – RAM**, v. 10, n. 1, 2009.

OLIVEIRA, P. R. A.; CORIOLANO, L. N. M. T. O Turismo Comunitário da PCV no litoral cearense.. In: III SEMGIZC, 2009, Fortaleza. **Anais ... III SEMGIZC**, 2009.

OLIVEIRA, V.M.; CÂNDIDO, G. A.; GÓMEZ, C. P. Indicadores de sustentabilidade para a atividade turística: uma proposta de critérios de análise para o seu monitoramento. In: **Anais ... Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais – SIMPOI**, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – OMT. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre:Bookman, p. 168, 2003.

\_\_\_\_\_. **O Código Mundial de Ética do Turismo**. Resolução adoptada pela Assembleia Geral da Organização Mundial do Turismo A/RES/406 (XIII) 13ª reunião, Santiago, 1999

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE TURISMO - OMT. **Indicadores de desarrollo sostenible para los destinos turísticos: guía práctica**. Madrid: OMT, p. 545, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – OMS. **Carta da Organização Mundial de Saúde, 1946**. Disponível em: <<http://www.onuportugal.pt/oms.doc>>. Acesso em: 14 de dezembro de 2003.

PAIVA JR., F. G., LEÃO, A. L. M. S., MELLO, S. C. B. Validade e confiabilidade na pesquisa qualitativa em Administração. **Revista de Ciências da Administração**, v.13, n.31, 2011. p.190-209.

PATTON, M. Q. **Qualitative Research and Evaluation Methods**. London: Sage Publications, 2002.

PEDRON, F.; KLEIN, A.; ALMEIDA, J.A.; SOUZA, M. **A geração de emprego e renda no turismo rural: uma análise de sete estudos**. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/turismorural/artigo.ucs.html/>> Acesso em: 31 de julho de 2004.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 2008.

RUSCHMANN, D.V.M. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J.A.; FROELICH, J.M.; RIEDL, M. **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas-SP: Papirus, 2000. p. 63-73. (Coleção Turismo).

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

\_\_\_\_\_. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

\_\_\_\_\_. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

\_\_\_\_\_. Estratégias de transição para o século XXI. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-56.

\_\_\_\_\_. Desarrollo sustentable, bio-industrialización descentralizada y nuevas configuraciones rural-urbanas. Los casos de India y Brasil. **Pensamiento Iberoamericano** 46, p. 235-256, 1990.

SAMPAIO, C. A. C.; ZAMIGNAN, G. Estudo da Demanda Turística: Experiência De Turismo Comunitário da Microbacia do Rio Sagrado, Morretes (PR). **Revista Cultura e Turismo**, v.6, n.1, 2012. p.25 – 39.

SAMPAIO, C. A. C.; CORIOLANO; L. N. Dialogando com experiências vivenciadas em Marraquech e America Latina para compreensão do turismo comunitário e solidário. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. v. 3, n. 1, 2009. p. 4-24.

SAMPAIO, C. A. C.. **Turismo como fenômeno humano**: princípios para se pensar a socioeconomia e sua prática sob a denominação turismo comunitário. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SANSOLO, D.G. Centralismo e participação na proteção da natureza e desenvolvimento do turismo no Brasil. In: BARTHOLO, R., SANSOLO, D.G, BURSZTYN, I. (Orgs.) **Turismo de base comunitária**: Diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p. 122-141, 2009.

SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Central da Amazônia Comunitária: por uma proposta de plataforma de serviços de articulação em comunicação em rede. In: VI Encontro Nacional da ANPPAS, 2012, Belém. **Anais ... VI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**. Belém: NAEA, v. 1. p. 1-17, 2012.

\_\_\_\_\_. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R., SANSOLO, D. G., BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária**: Diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 142 - 161.

SCHARER, R. Turismo sustentável: um estudo de caso sobre a experiência da comunidade da prainha do Canto Verde no litoral do Ceará. **Revista de Turismo y Patrimônio Cultural - PASOS**, v.1, n.3, p. 231-242, 2003.

SELLTIZ, C. JONADA, M., DEUTSCH, M., COOK, S. **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais**. Trad. Dante Moreira Leite. 5ª ed. São Paulo: Abril. 1975.

SEPÚLVEDA, et al. **Metodología para estimar el nivel de desarrollo sostenible de los territorios rurales (El Biograma)**. Brasília: IICA, 2005.

SILVA, C. B. P.. Desenvolvimento sustentável: uma abordagem em construção no transporte público. **Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade -INTERFACEHS**, v. 2, n. 4, 2007.

SILVA, K.T.P.; RAMIRO, R.C.; TEIXEIRA, B.S. Fomento ao turismo de base comunitária: a experiência do Ministério do Turismo\*. In: BARTHOLO, R., SANSOLO, D.G, BURSZTYN, I. (Orgs.) **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 359-373.

SOUZA, N. M. O. **A Sustentabilidade Empresarial das Vinícolas do Vale do São Francisco**. 2012,142f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós- Graduação em Administração (PROPAD). Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife – PE, 2013.

SPRADLEY, J. **The Ethnographic Interview**. Nova Iorque: Holt, Rinehart & Winston, 1979.

STIGLITZ, J. E. Participation and development: perspectives from the comprehensive development paradigm. **Review of Development Economics**, v. 6, n. 2, p. 163-182, 2002.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**.14ª São Paulo: Atlas, 2013.

YIN, R. K. **Estudo de caso**. Planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZAMIGNAN, G. , SAMPAIO, C. A. C. . Fortalecimento da conservação de modos de vidas tradicionais e da biodiversidade: a experiência de turismo comunitário da Microbacia do Rio Sagrado, Morretes (PR). In: II Congreso Internacional Ciencias, Tecnologías y Culturas, 2010, Santiago de Chile. **Anais ... II Congreso Internacional Ciencias, Tecnologías y Culturas**, 2010.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e imagem, p. 55-75, 2009.

ZUÑIGA, C.E.H.; VERA, M.P.; SKEWES, J.C.; SAMPAIO, C.A.C. Culturas originárias e turismo: uma experiência de turismo comunitário no mundo Mapuche, Tralcao, Sul do Chile. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.5, n.1, jan/abr-2012, pp.103-118.

# APÊNDICE A – Autorização para Realização da Pesquisa



Ministério do Meio Ambiente - MMA  
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio  
Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

## Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 40851-1	Data da Emissão: 18/07/2013 11:28	Data para Revalidação*: 15/08/2014
* De acordo com o art. 33 da IN 154/2009, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades e ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

### Dados do titular

Nome: Juliana Roberta de Silva	CPF: 042.938.034-14
Título do Projeto: Os ganhos do Turismo de Base Comunitária na perspectiva da sustentabilidade: O caso da Praia do Canto Verde	
Nome da Instituição: UFPE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	CNPJ: 24.134.488/0001-08

### Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Análise observacional, realização de entrevistas, aplicação de questionários, levantamento documental	06/2013	12/2013

### Observações e ressalvas

1	As atividades de campo a serem realizadas por pessoas naturais ou jurídicas estrangeiras, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
2	Esta autorização NÃO cobre o pesquisador titular e os membros de sua equipe de necessidade de obter as anulações previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, possessor ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
3	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa ISAMA nº 154/2007 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 1000/10, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
4	O titular de licença ou autorização e os membros de sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforços de coleta ou captura que não comprometam a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condições in situ.
5	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação de legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio e o material biológico coletado apreendido nos termos da legislação brasileira em vigor.
6	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso e componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em <a href="http://www.mma.gov.br/ogen">www.mma.gov.br/ogen</a> .
7	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade e fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infra-estrutura da unidade.

### Outras ressalvas

1	Inserir na pesquisa informações sobre a UC Federal Reserva Extrativista Praia do Canto Verde, local objeto do estudo, antes de iniciar a pesquisa com a comunidade, entrar em contato com o grupo de turismo; após concluir a pesquisa, retornar para apresentar à comunidade e disponibilizar 3 cópias impressas do trabalho (2 para a comunidade e 1 para o ICMBio).
---	--

### Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Município	UF	Descrição do local	Tipo
1		CE	RESERVA EXTRATIVISTA PRAIA DO CANTO VERDE	UC Fauna

### Destino do material biológico coletado

#	Nome local destino	Tipo Destino
1	UFPE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº154/2007. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet ([www.icmbio.gov.br/sisbio](http://www.icmbio.gov.br/sisbio)).

Código de autenticação: 88669921



Página 1/2



## APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista

### Objetivo C– Aplicar o conjunto de indicadores selecionado na PCV.

#### Categoria de análise - Saúde

1. Como você analisa os serviços de saúde ofertados na PCV?
2. Atualmente, qual a esperança de vida ao nascer na localidade? Ou seja, qual o número médio de anos de vida que se espera para um recém-nascido?
3. Vocês dispõem de dados históricos sobre a esperança de vida ao nascer? Quais? Como posso localizá-los?
4. E sobre a taxa de mortalidade infantil? Qual o número de crianças mortas com até 1 (um) ano de idade?
5. Vocês dispõem de dados históricos sobre a mortalidade infantil? Quais? Como posso localizá-los?
6. Qual a prevalência da desnutrição total para crianças de até 2 (dois) anos de idade?
7. Vocês dispõem de dados históricos sobre prevalência da desnutrição? Quais? Como posso localizá-los?
8. Os serviços de saúde disponíveis na PCV realizam imunização contra doenças infecciosas infantis? Para crianças de até qual idade?
9. Contra quais doenças? Esses serviços são suficientes para abranger toda população local?
10. A imunização contra doenças infecciosas infantis acontece desde quando? Existem dados históricos? Quais? Como posso localizá-los?
11. Os serviços de saúde ofertados na PCV dispõem de uma infraestrutura adequada à demanda local? E de profissionais da área de saúde?
12. Qual o prazo médio para a realização dos serviços básicos de saúde? Este prazo está adequado? A população local se queixa dos prazos?
13. Os serviços de saúde ofertam campanhas preventivas? Sobre o quê?
14. Vocês recebem orientações do Ministério da Saúde sobre a realização de campanhas preventivas?
15. E sobre a prevenção da AIDS e do câncer do colo útero?

16. De maneira proativa, os serviços de saúde realizam alguma campanha preventiva?
17. De maneira geral, como você classificaria as condições de saúde na PCV: insatisfatório, satisfatório ideal?

### **Categoria de análise – Educação**

1. Como você analisa questões de acesso à educação na PCV?
2. Qual o percentual de crianças e jovens de até 17 (dezesete) anos de idade, provenientes da PCV, que frequentam a escola? Ou seja, nível de escolarização.
3. Qual o percentual da população de jovens de até 17 (dezesete) anos de idade capaz de ler e escrever ? E o percentual da população de adultos capazes de ler e escrever? Ou seja, o nível de alfabetização de crianças/jovens e adultos.
4. Qual a quantidade média de anos de estudo da população da Prainha do Canto? Equivale a conclusão do Ensino Fundamental I? Em outras palavras, o nível de escolaridade. Essa média de anos está diminuindo, aumentando ou se mantém constante?
5. Vocês dispõem de dados históricos sobre a escolarização, alfabetização e escolaridade sobre a população da PCV? Quais? Como posso localizá-las?
6. A comunidade local dispõe de biblioteca (s)? Quais as condições do acervo? Quais as condições da infraestrutura, como espaço físico, iluminação, ventilação, mobiliário, entre outros?
7. A comunidade local dispõe de ginásio de esportes? Quais as condições? Dispõe de vestiários, materiais esportivos, profissionais capacitados ? Apresenta acessibilidade? Possui quadras esportivas divididas conforme modalidade esportiva e/ ou faixa etária?

8. A comunidade local dispõe de museus, teatros, cinemas ou centros culturais? Quais são? Estão em funcionamento? Realizam uma programação com qual frequência?
9. A comunidade local dispõe de Instituições de Ensino Superior? Quais são? Que cursos ofertam?
10. São ofertados na comunidade local cursos extra-curriculares? Quais? Com qual frequência? Sobre quais temas? E sobre os temas informática básica/língua estrangeira/ educação ambiental/cultura local/empreendedorismo?
11. De maneira geral, como você classificaria a educação na PCV: insatisfatório, satisfatório ideal?

#### **Categoria de análise – Trabalho**

1. Qual a população da total da PCV?
2. Qual o percentual da população da PCV que trabalham em atividades relacionadas ao TBC?
3. Entre os profissionais que trabalham nas atividades relacionadas ao TBC, qual o percentual de empregados procedentes da comunidade local?
4. Os empreendimentos comerciais que atuam em áreas relacionadas ao TBC cumprem com a legislação trabalhista?
5. Já foram registrados acidentes de trabalho nos empreendimentos comerciais que atuam no TBC?
6. Qual a faixa etária dos empregados nas atividades relacionadas ao TBC? Esses empreendimentos empregam menores de 18 anos? Ou já empregaram alguma vez?
7. A sazonalidade é um problema para os empreendimentos turísticos de base comunitária? Quais os meses mais afetados? Nesse período existe desemprego?

8. As pessoas que trabalham nas atividades relacionadas ao TBC possuem cursos de qualificação profissional? Quais?
9. São ofertados para a comunidade local cursos de qualificação profissional? Quais? Com qual frequência? E sobre as áreas de atendimento ao cliente/gestão comercial/gastronomia/ artesanato/turismo e lazer, entre outros?
10. De forma genérica, como você classificaria as condições de trabalho na PCV: insatisfatório, satisfatório ideal?

### **Categoria de análise - Coesão Social**

1. Como você analisa a coesão social na PCV?
2. O TBC pode ser interpretado como um elemento integrador?
3. A Comunidade da PCV possui os mesmos interesses?
4. Todos os moradores locais possuem oportunidades para trabalhar no TBC ? Essas oportunidades são compartilhadas?
5. Atualmente, existe uma harmonia na PCV? Existem diferentes grupos sociais aqui? Quais? Por quê?
6. Existem redes de turismo comunitário na PCV? Quais? Desde quando?
7. Essas redes desenvolvem ou já desenvolveram projetos ou ações de desenvolvimento locais? Quais? Esses projetos acontecem com qual frequência?
8. O TBC vivenciado na PCV é capaz de reduzir os conflitos na região? Como isso acontece? A comunidade possui focos isolados de disputa? Existem normas locais ou representantes para resolver as questões de conflito?
9. O TBC realizado na PCV promove ações de solidariedade? Como campanhas de arrecadação, ações de desenvolvimento humano? A comunidade participa dessas ações ? Qual percentual?

10. Como a comunidade está organizada socialmente? Ela possui cooperativas, associações ou líderes comunitários? Quais? Desde quando? Qual a periodicidade das reuniões?
11. A comunidade local é engajada ou é membro de alguma dessas organizações?
12. De forma genérica, como você classificaria a coesão social na PCV: insatisfatório, satisfatório ou ideal?

### **Categoria de análise - Protagonismo**

1. Como você analisa o protagonismo dos moradores da PCV?
2. A comunidade da PCV está engajada para o desenvolvimento do TBC?
3. A comunidade da PCV possui organizações que apoiam o TBC? Quais? Desde quando?
4. A comunidade da PCV possui modelos de gestão apoiam o TBC? Quais? Desde quando?
5. Uma vez que existam organizações e modelos de gestão que apoiam o TBC quais são as ações desenvolvidas? Desde quando?
6. O TBC vivenciado na PCV é apoiado por alguma instituição externa? Quais?
7. Quando a PCV recebeu apoio externo para o desenvolvimento do TBC? Esse apoio foi técnico ou financeiro?
8. A PCV recebe apoio externo para o desenvolvimento do TBC? Quais? Esse apoio foi técnico ou financeiro? Com qual frequência?
9. A comunidade da PCV possui articulação externa para o desenvolvimento de novos projetos de apoio ao TBC?
10. A comunidade da PCV é proativa na busca de novos parceiros externos? Como isso acontece?

11. Os benefícios, provenientes TBC, são repartidos entre os membros da comunidade local? Como isso acontece?
12. As oportunidades, originadas pelo TBC, são partilhadas entre os membros da comunidade da PCV? Como isso acontece?
13. A comunidade da PCV possui acordos comunitários que contribuam para a repartição dos benefícios e das oportunidades? Como isso acontece?
14. Existem regras para a repartição dos benefícios e das oportunidades? Como essas regras foram estabelecidas? Normas escritas ou não? De maneira democrática ou não?
15. Como acontece o processo de tomada de decisão e formulação das políticas na PCV? A comunidade local participa? De qual forma? Desde quando?
16. Em média, qual o percentual de moradores que participam do processo de tomada de decisão e formulação de políticas? Participam direta ou indiretamente?
17. De forma genérica, como você classificaria o protagonismo na PCV: insatisfatório, satisfatório ou ideal?

### **Categoria de análise – Valorização da cultura local**

1. Como você analisa a valorização da cultura local na PCV?
2. A comunidade local produz ou comercializa artesanato na localidade?
3. Como você relaciona o artesanato com o TBC vivenciado na PCV? O artesanato é uma atividade expressiva para o turismo vivenciado na região?
4. Os empreendimentos comerciais relacionados ao TBC ofertam pratos da culinária tradicional? Quais? Em quais períodos do ano?
5. Existem bens patrimoniais que promovam a cultura local na PCV? Quais? Qual o estágio de conservação desses bens?

6. A comunidade local realiza eventos ou festividades que promovam a cultura local? Quais? Desde quando? Em quais períodos do ano?
7. A comunidade local conhece a cultura da PCV? Aproximadamente, qual o percentual da população que conhece sobre a cultura local? Os jovens conhecem? O temática é trabalhada na comunidade?
8. Alguma instituição apoia a cultura local? Qual? Desde quando? Essa instituição é interna ou externa à comunidade? Como acontece esse apoio? É técnico ou financeiro?
9. Os turistas e a comunidade local compartilham os mesmos espaços de convivência? Como isso acontece? Quais são esses espaços?
10. Os turistas que visitam a PCV possuem interesse em conhecer a cultura local? Como isso acontece? Aproximadamente, qual o percentual de turistas que se interessam em conhecer a cultura local?
11. A comunidade local apresentou alguma mudança no vestuário, linguagem, hábitos tradicionais, entre outras, provocadas pela interação com os turistas? Como podem ser percebidas essas mudanças?
12. O que a comunidade local acha da presença de turistas na PCV? Os turistas são vistos de uma maneira positiva ou negativa?
13. Em linhas gerais, como você classifica a valorização da cultura local na PCV: insatisfatório, satisfatório ou ideal

# ANEXO I – Decreto de Criação da Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde



**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

## DECRETO DE 5 DE JUNHO DE 2009.

Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde, no Município de Beberibe, no Estado do Ceará, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 18 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, e o que consta do Processo nº 02007.003650/2001-61,

### **DECRETA:**

Art. 1º Fica criada a Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde, no Município de Beberibe, no Estado do Ceará, com uma área aproximada de vinte e nove mil, setecentos e noventa e quatro hectares e quarenta e quatro ares, com base cartográfica elaborada a partir da folha SB-24-X-A-III, na escala 1:100.000, publicada pelo IBGE e com o seguinte memorial descritivo: partindo do ponto 1, de coordenadas geográficas aproximadas 4°17'44,83"S e 37°57'20,22"Wgr, localizado na Linha de Costa, segue no sentido do mar por uma reta de azimute 36°49'15.981" e por uma distância aproximada de 29.877,11 m, até o ponto 2, de coordenadas geográficas aproximadas 4°04'45,21"S e 37°47'40,61"Wgr, localizado no Oceano Atlântico; deste, segue por uma reta de azimute 110°37'35.42" e por uma distância aproximada de 6.331,55 m, até o ponto 3, de coordenadas geográficas aproximadas 4°05'57,54"S e 37°44'28,35"Wgr, localizado no Oceano Atlântico; deste, segue por uma reta de azimute 150°17'54.11" e por uma distância aproximada de 8176,161 m até o ponto 4, de coordenadas geográficas aproximadas 4°09'48,57"S e 37°42'16,61"Wgr, localizado no Oceano Atlântico; deste, segue por uma reta de azimute 233°32'30.04" e por uma distância aproximada de 30.081,095 m até o ponto 5, de coordenadas geográficas aproximadas 4°19'31,82"S e 37°55'20,41"Wgr, localizado na Linha de Costa; deste, segue pela parte terrestre por uma reta de azimute 198°33'42.16" e por uma distância aproximada de 707,858 m, até o ponto 6, de coordenadas geográficas aproximadas 4°19'53,68"S e 37°55'27,69"Wgr; deste, segue por uma reta de azimute 198°23'5.527" e por uma distância aproximada de 622,787 m até o ponto 7, de coordenadas geográficas aproximadas 4°20'12,94"S e 37°55'34,03"Wgr; deste, segue por uma reta de azimute 336°57'35.30" e por uma distância aproximada de 404,289 m até o ponto 8, de coordenadas geográficas aproximadas 4°20'00,83"S e 37°55'39,18"Wgr; deste, segue por uma reta de azimute 319°51'3.458" e por uma distância aproximada de 320,533 m até o ponto 9, de coordenadas geográficas

aproximadas 4°19'52,86"S e 37°55'45,90"Wgr; deste, segue por uma reta de azimute 301°15'22.71" e por uma distância aproximada de 659,088 m até o ponto 10, de coordenadas geográficas aproximadas 4°19'41,75"S e 37°56'04,19"Wgr; deste, segue por uma reta de azimute 307°17'20.38" e por uma distância aproximada de 234,417 m até o ponto 11, de coordenadas geográficas aproximadas 4°19'37,14"S e 37°56'10,25"Wgr; deste, segue por uma reta de azimute 303°09'24.034" e por uma distância aproximada de 109,635 m até o ponto 12, de coordenadas geográficas aproximadas 4°19'35,19"S e 37°56'13,23"Wgr; deste, segue por uma reta de azimute 302°45'14.67" e por uma distância aproximada de 227,329 m até o ponto 13, de coordenadas geográficas aproximadas 4°19'31,19"S e 37°56'19,44"Wgr; deste, segue por uma reta de azimute 315°53'31.42" e por uma distância aproximada de 508,38 m até o ponto 14, de coordenadas geográficas aproximadas 4°19'19,32"S e 37°56'30,93"Wgr; deste, segue por uma reta de azimute 300°21'7.963" e por uma distância aproximada de 273,042 m até o ponto 15, de coordenadas geográficas aproximadas 4°19'14,84"S e 37°56'38,58"Wgr; deste, segue por uma reta de azimute 237°25'17.25" e por uma distância aproximada de 337,917 m até o ponto 16, de coordenadas geográficas aproximadas 4°19'20,78"S e 37°56'47,81"Wgr; deste, segue por uma reta de azimute 335°30'40.78" e por uma distância aproximada de 1.083,413 m até o ponto 17, de coordenadas geográficas aproximadas 4°18'48,69"S e 37°57'02,42"Wgr; deste, segue por uma reta de azimute 296°8'16.824" e por uma distância aproximada de 213,484 m até o ponto 18, de coordenadas geográficas aproximadas 4°18'45,64"S e 37°57'08,64"Wgr; deste, segue por uma reta de azimute 312°02'45.093" e por uma distância aproximada de 897,366 m até o ponto 19, de coordenadas geográficas aproximadas 4°18'26,10"S e 37°57'30,28"Wgr; deste, segue por uma reta de azimute 08°10'6.0576" e por uma distância aproximada de 676,871 m até o ponto 20, de coordenadas geográficas aproximadas 4°18'04,28"S e 37°57'27,19"Wgr; deste, segue por uma reta de azimute 19°53'15.699" e por uma distância aproximada de 634,624 m até o ponto 1, início deste memorial descritivo, totalizando um perímetro aproximado de oitenta e dois mil, trezentos e setenta e sete metros e dezessete centímetros.

Art. 2º A Reserva Extrativista ora criada tem por objetivo proteger os meios de vida, a cultura e garantir a utilização e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista da comunidade da Prainha do Canto Verde, residente na área de abrangência da Reserva e demais populações habitantes de áreas contíguas.

Art. 3º Caberá ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes administrar a Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde, adotando as medidas necessárias para sua implantação e controle, nos termos do [art. 18 e 23 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000](#).

Parágrafo único. Os órgãos da Administração Pública Federal poderão, na forma da lei, firmar instrumentos com o Instituto Chico Mendes, visando a eficiência da gestão do patrimônio público federal localizado no interior da Reserva Extrativista.

Art. 4º Ficam declarados de interesse social, para fins de desapropriação, na forma da [Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962](#), os imóveis rurais de legítimo domínio privado e suas benfeitorias que vierem a ser identificados na Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde, para os fins previstos no [art. 18 da Lei nº 9.985, de 2000](#).

§ 1º O Instituto Chico Mendes fica autorizado a promover e executar as desapropriações de que trata este artigo, podendo, para efeito de imissão de posse, alegar a urgência a que se refere o [art. 15 do Decreto-Lei nº3.365, de 21 de junho de 1941](#).

§ 2º A Procuradoria-Geral Federal, órgão da Advocacia-Geral da União, através de sua unidade jurídica de execução junto ao Instituto Chico Mendes, fica autorizada a promover as medidas administrativas e judiciais pertinentes, visando a declaração de nulidade de eventuais títulos de propriedade e respectivos registros imobiliários considerados irregulares, incidentes na unidade de conservação ora criada.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de junho de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

*Carlos Minc*

Este texto não substitui o publicado no DOU de 8.6.2009 e [retificado no DOU de 13.11.2009](#)

## ANEXO II – Portaria de Criação do Conselho Deliberativo da Prainha do Canto Verde

Nº 239, quarta-feira, 15 de dezembro de 2010

**Diário Oficial da União - Seção 1**

### PORTARIA Nº 125, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

Criar o Conselho Deliberativo da Reserva  
Extrativista Prainha do Canto Verde/CE

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, de acordo com o texto da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo item I do artigo 19, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto 6.100, de 26 de abril de 2007, ambos publicados no Diário Oficial da União do dia subsequente; Considerando o disposto no art. 29 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o Art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza SNUC e dá outras providências;

Considerando ainda o art. 18 da Lei nº 9.985, bem como o art. 17 a 20 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta;

Considerando o Decreto s/nº de 05 de Junho de 2009, que criou a Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde, no Estado do Ceará; e Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais - DIUSP no Processo nº 02070.005322/2010-27; RESOLVE

Art.1º Criar o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde, situada no município de Beberibe no Estado do Ceará.

Art.2º O Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde contempla as seguintes representações:

- I - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio;
- II - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA / SUPES-CE;
- III - Prefeitura Municipal de Beberibe-CE;
- IV - Instituto Terramar;
- V - Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará - SDA;
- VI - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA-CE;
- VII - Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará - FD-ZCC;
- VIII - Colônia de Pescadores Z-11 de Beberibe;
- IX - Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará - DG-UFC;
- X - Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde;
- XI - Grupo do Turismo da Comunidade da Prainha do Canto Verde;
- XII - Grupo dos Pescadores da Comunidade da Prainha do Canto Verde;
- XIII - Conselho de Educação da Comunidade da Prainha do Canto Verde;
- XIV - Grupo dos Vazanteiros (Agricultores Familiares) da Comunidade da Prainha do Canto Verde;
- XV - Grupo da Juventude da Comunidade da Prainha do Canto Verde;
- XVI - Grupo da Cultura e do Artesanato da Comunidade da Prainha do Canto Verde;

XVI - Grupo da Cultura e do Artesanato da Comunidade da Prainha do Canto Verde;

XVII - Conselho de Saúde da Comunidade da Prainha do Canto Verde;

XVIII - Grupo das Pescadoras da Comunidade da Prainha do Canto Verde;

XIX - Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde e Adjacências - AIMPCVA. Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

§ 1º O Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde será presidido pelo chefe da unidade de conservação.

§2º O titular e o suplente do Instituto Chico Mendes deverão ser indicados pela Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais da Autarquia.

Art. 3º As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde serão fixados em regimento interno elaborado pelos membros do Conselho e aprovado em reunião.

Parágrafo único. O Conselho Deliberativo deverá elaborar seu Regimento Interno no prazo de até 90 dias, contados da sua instalação.

Art. 4º Toda e qualquer alteração na composição do Conselho Deliberativo deverá ser registrada em Ata de Reunião Ordinária da Assembléia Geral e submetida à decisão da Presidência do ICM-Bio.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO